

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

ALINE GARCIA AVEIRO

**Modos de subjetivação na política de acolhimento institucional de crianças e
adolescentes: narrativas do viver**

São Paulo

2018

ALINE GARCIA AVEIRO

**Modos de subjetivação na política de acolhimento institucional de crianças e
adolescentes: narrativas do viver**

(Versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de
São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em
Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
Humano

Orientadora: Adriana Marcondes Machado

São Paulo

2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Garcia Aveiro, Aline

Modos de subjetivação na política de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: narrativas do viver / Aline Garcia Aveiro; orientadora Adriana Marcondes Machado. -- São Paulo, 2018.

117 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

1. processos de subjetivação. 2. serviços de acolhimento. 3. políticas públicas. 4. crianças . 5. adolescentes. I. Marcondes Machado, Adriana, orient. II. Título.

NOME: AVEIRO, Aline Garcia

Título: Modos de subjetivação na política de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: narrativas do viver

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora:

Profa. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Àquela que muito me inspira pela força, pela alegria e pela
generosidade: minha mãe.

Àquele que me convida à paciência do viver, à
tranquilidade no fazer e que me torna forte mesmo na
distância: meu pai.

À parceira de vida, de samba e de sorrisos: minha irmã.

Aos meus avós, por estarem sempre tão fortes.

AGRADECIMENTOS

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: — Me ajuda a olhar!

(Eduardo Galeano)

Por sua importância para mim, a escrita dos agradecimentos tornou-se uma parte bastante desafiadora: tirou-me o sono e me emocionou. Comecei a escrevê-la logo no início e, neste momento final, recomeço infinitas vezes buscando a certeza de que cada pessoa, ao ler, saiba da importância que teve nesse processo.

Pude me ver emaranhada em uma rede na qual se fizeram presentes múltiplas formas de apoio e cuidado. Feito artesanalmente, este caminhar exigiu tempo, paciência, solidão, encontros, noites sem dormir e muita insistência em meio a uma vida que convoca cada vez mais à velocidade. Maior velocidade e menor permanência. Para permanecer, fui entendendo a importância dos encontros: minha caminhada contou com muitas e diferentes pessoas que possibilitaram que eu permanecesse potente nesse laborioso percurso que é o trabalho de elaboração de uma dissertação.

À Universidade de São Paulo, agradeço pela guarida institucional nos diversos momentos da minha vida.

Ao Instituto de Psicologia, agradeço pelo espaço fértil e acolhedor, de bons encontros e pensamentos. E agradeço também a todos os profissionais que, de alguma forma, possibilitaram minha estada e meu fazer.

À Secretaria de Pós Graduação, em especial à Olivia, agradeço por possibilitar este trabalho e garantir todos os processos necessários para que ele pudesse ser realizado.

Aos que me ajudaram a olhar...

À *Adriana*, orientadora desse processo e professora desde a graduação, agradeço imensamente por me acolher, por me impulsionar a deslocamentos, por insistir no cuidado com as palavras, pela paciência com minhas demoras e minhas urgências, e por me lembrar, sempre, das possibilidades de luta quando a vida parece perder sentido.

Ao *Julio Groppa*, agradeço, inicialmente, por me receber como monitora de sua disciplina e em seu grupo de pesquisa: experiências estas que foram fundamentais para os caminhos percorridos neste trabalho. Agradeço por ofertar formas diferentes de compreender o mundo, por me convocar a inquietações, por me arrancar do meu lugar e me levar a novos olhares. Por fim, agradeço pelas belíssimas contribuições quando da qualificação deste trabalho: sem elas, a vida impressa aqui estaria estática e sem movimento.

À *Irene Rizzini*, quem desde o início instigou pensamentos e foi referência nas discussões e lutas dessa área; tão logo se tornou leitora do meu trabalho e contribuiu de forma generosa e sensível para a escrita dessa dissertação. Agradeço por me inspirar.

À *Ana Godoi*, agradeço por me ensinar a ver as belezas desse processo, por me fazer permanecer e confiar. Agradeço por acolher meus passos de forma tão bela, serena e assertiva. Tornou-se uma companhia dessa empreitada tão solitária trazendo seriedade quando necessário, e provocando a rir nas dificuldades.

À *Yara Sayão*, aquela que me apresentou ao *mundo* do serviço de acolhimento e, ampliando meu olhar, produziu inquietações e o desejo por atuar nessa área. Agradeço por me lembrar, sempre, da história, das lutas e das conquistas.

Ao grupo de orientação, agradeço pelas leituras e contribuições com meu trabalho. Em especial àqueles que, de diferentes formas, tornaram menos árida essa empreitada: à *Allana*, pelo riso e loucuras; à *Lilian*, pela diversão e confidências; à *Marcela*, pelas lágrimas e sorrisos; à *Patrícia*, pela gentileza e força; ao *Diego*, por ser o príncipe; à *Renata*, pelo samba e boas conversas. Em especial, agradeço a meu querido amigo *André*, companheiro desse percurso, compartilhou das loucuras e delícias, e contribuiu na leitura atenta e nas discussões de forma sempre generosa.

Aos que me levaram ao mar e ajudam a olhar...

À *minha mãe*, agradeço intensa e amorosamente por permitir e dar forças ao meu mergulho na escrita, compreendendo ausências, cansaço e mau humor, e garantindo minha paz sempre com muitos sorrisos.

Ao meu pai, agradeço pelas conversas tão serenas, pelo cuidado, pela paciência e pelo apoio sempre tão acolhedor nos momentos difíceis.

À *minha querida irmã Lilian*, que tanto me ajuda a desbravar caminhos, enfrentar medos, interpelar o mundo e a me demorar mais nas pequenas coisas da vida.

Aos meus avós, Otília e Raimundo pelo amor, pelo cuidado, pela compreensão e pelas alegrias compartilhadas; que com suas histórias me mostram diariamente como atravessar oceanos e, assim, superar as intempéries da vida. *Ao meu avô Ewerton*, que com a lucidez de seus noventa e seis anos, insiste em repetir sobre a importância de estudar “pra saber”, incentivando os estudos e fortalecendo, assim, a beleza do conhecimento.

Ao Alexandre, irmão querido; ao *Victor*, cozinheiro impecável; ao *Ronnie*, parceiro de conversas e viagens.

À *Sthê, Helo e Vagner*, pela parceria na vida e no trabalho, pelas conversas, pelo aprender incessante da área, pela força em reinventar e, principalmente, pela presença.

À *Julia, Débora, Maira, Talitinha e Ana*, amigas tão queridas, que me apoiaram na (re)construção de sonhos e lutas.

À *Mariana*, amiga de longa data, que, de perto, acompanhou as nuances de parte dessa trajetória, me incentivando sempre a continuar, valorizando cada passo que eu dava e celebrando comigo cada conquista.

À *Iraê*, velha nova amiga, que com a potência da música me ajuda a olhar para o mundo de forma mais leve e divertida. E aos novos amigos *Laísa, Renato e Alysson*, por compartilhar comigo momentos tão belos.

Ao Ton, amigo de infância, por possibilitar leveza e risos.

À *Livinha, Fê Sato, Taiana, Alan, Will, Misu, Vivi, Neto, Léo, Elisa V., Martinha, Cássia, Neoci, Dani Faus, Maiara, Flah, Alice, Michele* e a tanto outros que, de diferentes formas, me apoiaram.

À *Ana Laura*, por me convocar a assumir posições, experimentar novos lugares e provocar à desconstrução de verdades.

Àqueles com quem me encontrei no caminho ao mar...

Agradeço a todas e todos com quem pude me encontrar em minha trajetória profissional, enfrentando o desconhecido, conquistando saberes e aprendendo a desaprender. Em especial, agradeço à *Valeria P., Sidnei, Soró, Naildes, Valeria, Sandro, Renata, Leila, Elisete, Flora, Anissa, Dayse, Juliana, Eliane, Isa Guará, Maria Ângela, Nicole, Milton, Lucas* e tantos outros junto dos quais me fortaleci.

Às vidas presentes neste trabalho...

Por fim, agradeço intensa e especialmente ao *Pedro, aos irmãos Lucas, Rafael e Douglas, e à Amanda* por provocarem em mim um turbilhão de afetos, pensamentos e questões, por me inquietarem, incitaram, sem saber, as principais questões deste trabalho. Assim, me acompanharam nas entranhas desta pesquisa, estiveram presentes mesmo na ausência, me lembrando da força de suas vidas tão violentadas.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida, contribuindo para que eu pudesse realizar esta pesquisa.

*São as histórias que permitem transformar o passado
em presente.
E que, também, permitem transformar o distante em
próximo.
O que está distante em algo próximo, possível e visível.*

(Eduardo Galeano)

RESUMO

AVEIRO, A. G. **Modos de subjetivação da política de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: narrativas do viver.** 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O presente trabalho dedica-se a explorar o funcionamento da medida protetiva de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, desvelando as forças presentes nesse campo de trabalho, bem como os efeitos nas vidas sobre as quais age. A partir da compreensão de que tais equipamentos integram a chamada rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da política de Assistência Social brasileira e são ancorados no discurso de cuidado e proteção, bem como na lógica da garantia de direitos, busca-se afirmar as potências, os desafios e as contradições presentes nessas instituições. Tais equipamentos carregam traços de uma história em que o trato à criança e ao adolescente é marcado por uma engrenagem precarizada e produtora de vidas adoecidas - vidas permeadas por sofrimento – e que, simultaneamente, geram práticas protetivas e de cuidado. As vidas das quais falamos são das crianças e dos adolescentes acolhidos, de seus familiares ou mesmo dos profissionais presentes nos equipamentos em tela. Objetiva-se compreender, a partir do funcionamento dos serviços e das políticas em voga, quais os modos de vida têm sido engendrados nesses equipamentos. A experiência em Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Saica) foi disparadora das questões presentes nesta dissertação e permitiu acessar formas de analisar as relações familiares, as práticas cotidianas, as relações institucionais e seus jogos de poder, bem como os elementos presentes no trabalho com família e nas práticas de adoção. Três histórias foram escolhidas para dar a ver essas diferentes questões e fazem parte de uma escrita-narrativa tecida com elementos dessas histórias, discussões teóricas, dados quantitativos e reflexões. Os movimentos e as inflexões nas vidas acolhidas institucionalmente carregam facetas do emaranhado que de fato é um Saica e permitem articular essas vidas às suas condições de existência ressaltando os esforços para que as práticas cotidianas gerem proteção e cuidado.

Palavras-chave: processos de subjetivação; serviços de acolhimento; políticas públicas; crianças; adolescentes.

ABSTRACT

AVEIRO, A. G. **Subjectivation modes of foster care policy for children and teenagers: narratives of living. 2018.** 119 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The present work is dedicated to exploring how the protective institutional foster care for children and teenagers measure works, revealing the forces present in this scope of work, as well as the effects on the lives upon which it acts. Considering the premise that such equipment is part of the so-called Special Social Protection Network of High Complexity of the Brazilian Social Assistance policy and are anchored in the discourse of care and protection, as well as in the logic of guaranteeing rights, it is affirmed the powers, challenges and contradictions present in these institutions. These institutions bear traces of a history in which the treatment of the child and adolescent is marked by a precarious process of life-sickness – lives permeated by suffering – and which, simultaneously, result in protective and care practices. The lives of which we speak are lives of the children and adolescents, lives of their family or even the professional presents in the concerned institutions. The objective is to understand, from the functioning of the services and policies in vogue, which modes of life have been engendered. The experience in Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Saica) incited the issues presents in this dissertation and allowed access to ways of analyzing family relationships, daily practices, institutional relationships and their power relations, as well as the elements present in the work with family and adoption practices. Three stories were chosen to show these different questions and are part of a writing-narrative woven with elements of these stories, theoretical discussions, quantitative data and some reflections. Movements and inflections in institutionally fostered lives carry facets of the tangle that in fact is a Saica and allow them to articulate these lives to their conditions of existence by emphasizing the efforts that day-to-day practices generate protection and care.

Keywords: subjectivation processes; foster care services; public policies; children; teenagers.

LISTA DE SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FUNABEM	Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP	Ministério Público
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PLAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária PR Presidência da República
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica
SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
SEAS	Secretaria de Estado de Assistência Social
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde da Família
UNB	Universidade de Brasília
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 OS CAMINHOS DE UMA PESQUISA	17
1.1 Existências. E persistências	17
1.2 Direções e inflexões	18
1.3 A formação <i>psi</i>	22
1.4 Sobre aquilo que produz movimento	24
2 PEDRO: AS IDAS E VINDAS DE UMA HISTÓRIA – A QUE(M) TEM SERVIDO O SAICA?	27
2.1 Quem chega aos Saicas	30
2.2 O ECA é para todos, todos os Menores	38
2.3 Crianças e adolescentes perigosos e em perigo: um velho cenário	41
2.4 O medo e seus efeitos	49
2.5 Impasses	52
2.6 De mão em mão	57
3 FAMÍLIA SANTOS: DO ABANDONADO AO SUJEITO DE DIREITO - REPRODUÇÕES E RUPTURAS	58
3.1 Órfãos, depositados, abandonados e menores em nosso presente	60
3.2 A (re)produção do afastamento familiar	69
3.3 A família como um muro poroso	77
3.4 A escrita como estratégia produtora de família	81
3.5 Passado, presente e futuro: o tempo de construção	84
4 AMANDA E SEUS DESTINOS: PERCORRENDO AS ENGRENAGENS DE UM SAICA	86
4.1 Entre uma casa e a precariedade	87
4.2 Paradoxos de uma vida em acolhimento	91
4.3 O muro que produz adotáveis	96
4.4 A relação público-privada	99
4.5 Quando o serviço não se torna temporário	103
5 OS MOVIMENTOS, AS VOZES E A VIDA	107
REFERÊNCIAS	112

1 OS CAMINHOS DE UMA PESQUISA

1.1 Existências. E persistências

O pai, pedreiro, espera há mais de cinco anos por uma cirurgia para tratar sua coluna: a dor nas costas é, concomitantemente, consequência de seu ofício e impeditivo para conseguir novos trabalhos; a jovem mãe desdentada faz uso de crack e de álcool quase diariamente, entorpecendo a vida cuja morada é a rua; a bisavó, de passos lentos e corpo frágil, não consegue acompanhar a vivacidade da neta adolescente e pede ajuda em seus cuidados; a diabete que cega o pai também o impossibilita de limpar a casa tomada por fedor e sujeira, de trabalhar para preencher as prateleiras vazias de comida e o impede de levar os três filhos à escola; internado há meses devido à hepatite, cirrose, água no pulmão e início de um derrame, o pai mora de favor com um amigo que está mais debilitado, vivem juntos em condições miseráveis e não tem outra opção de lugar para retornar quando – e se sair –, do hospital; vivendo com seu filho numa casa sala-banheiro, a mãe implora o acolhimento dele após fortes chuvas terem atingido sua casa, destruindo as poucas coisas e por se ver sem condições de cuidar de si e dele; o casal evangélico de classe média, morando na Zona Oeste de São Paulo, decide pelo retorno do filho adotado ao acolhimento, justificando com o fato de ele ter pegado dinheiro da mãe e da psicóloga, ter saído de casa sem autorização e dormido na rua algumas vezes, e por ser homossexual; a mãe, nordestina, cuja família inteira ficou na Bahia, trabalha com reciclagem e sem registro profissional, mora com seu companheiro de favor, num quartinho, nos fundos da casa de um ex-patrão, e mantém há anos uma relação com um homem violento e ciumento que a ajuda nos momentos de dificuldade e solidão; abusada sexualmente na adolescência, a mãe, que hoje luta por ter de volta a guarda de seus filhos, já fez uso intenso de álcool, cocaína e crack, e conseguiu controlar a relação com as drogas quando descobriu que era soropositiva e que havia transmitido a doença para um de seus filhos; há mais de vinte anos ao lado do companheiro, e depois de perder o segundo filho ainda bebê, a mãe, fragilizada, que perdeu sua mãe aos dezesseis anos, começou a usar crack e diz que não sabe ser mãe da sua única filha; após perder a casa, por não ter como pagar o aluguel, a jovem mãe dorme há meses num albergue e segue trabalhando 12 horas por dia separando material reciclado e conseguindo o pouco dinheiro com o qual pode se alimentar; o casal que mora na rua faz uso esporádico de algumas drogas, principalmente quando é chegado o inverno nas noites paulistanas, e sobrevive com o pouco dinheiro que a prática de recolher papelão da rua permite ganhar.

1.2 Direções e inflexões

É contra um mundo sem ordem, sem encadeamento, sem formas, sem beleza, sem sabedoria, sem harmonia, sem lei, que o conhecimento tem de lutar. É com ele que o conhecimento se relaciona.

(Michel Foucault)

O encontro com crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional evidencia histórias de famílias que vivenciam variadas formas de violência, a precariedade das condições básicas de vida e intenso sofrimento. Trata-se de histórias que carregam marcas de uma vida atravessada por diferentes dificuldades e enfrentamentos, em que pouco ou quase nada está assegurado, o que tem a potência de, nesse encontro, produzir estranhamento, tristeza, raiva, indignação, incômodo, e, paradoxalmente, também, vontade de luta. As questões trazidas à baila no presente trabalho surgem da incidência dessas histórias num corpo-psicólogo-em-atuação e das emergentes fagulhas desejan-tes-de-luta para que se encontre caminhos mais potentes nessas histórias.

Quando é afirmada a necessidade da retirada de crianças e adolescentes do convívio familiar, e seu conseqüente encaminhamento para o acolhimento institucional, parte-se da proposta de cuidado e de proteção àqueles que foram submetidos a alguma forma de violação de direitos. Com isso, almeja-se garantir o bom desenvolvimento integral do sujeito, a saber: o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social (BRASIL, 1990). Tais direitos, desde o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são aqueles de todos com idade até 18 anos. Todos, sem diferenciação. Uma importante mudança, pois a constituição do que se entende hoje por políticas públicas brasileiras endereçadas à criança e ao adolescente esteve, desde o período colonial, voltada a uma parcela específica da população: a infância pobre, marginalizada, delinquente e abandonada (RIZZINI, 1993).

Com o ECA, todas as crianças e todos os adolescentes passaram a ser compreendidos como sujeitos de direito e, para aqueles que não podem permanecer em suas famílias, qualquer que seja o motivo, foram inventadas novas estratégias, designadas como cuidado e proteção. Tal estatuto surge de importantes movimentos sociais e legítimas condições, bem como cuidados específicos à criança e ao adolescente. É preciso considerar que o ECA vive seu 28º aniversário e sua comemoração tem exigido a abertura de espaços para que seja possível acompanhar os movimentos dos efeitos de sua implementação nas práticas e nas

disputas políticas dessa política na vida das pessoas. Assim, entende-se ser necessário evidenciar e ampliar os discursos acerca dos efeitos das conquistas, fazendo avançar as discussões na área. E, na esteira de Passeti (1995) e Lazzari (2014), compreender quais elementos se mantêm enquanto continuidade às legislações anteriores e quais puderam operar descontinuidades à lógica do Menor: *perigoso* e em *perigo*.

É no encontro das diretrizes do ECA, que discorre acerca dos direitos da infância e da adolescência, com a política de assistência social (Suas), a justiça e os saberes *psi* que se formularam as questões mobilizadoras da presente pesquisa, a qual se dedicou ao estudo do cotidiano dos Saicas onde crianças e adolescentes vivem. Há diferentes modalidades de acolhimento institucional previstas: Casa Abrigo, Casa Lar, Casa de Passagem e República Jovem (BRASIL, 2009c). A República Jovem é a única modalidade voltada ao público entre 18 e 21 anos, todos os outros serviços são responsáveis por acolher a população entre zero e 18 anos de idade. Cada formato de instituição tem um objetivo e, portanto, algumas especificidades.

Em razão de dois principais motivos, pretende-se aqui abordar somente as Casas Abrigo, denominadas, em São Paulo, como Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Saica) (BRASIL, 2013). O primeiro destes motivos é que, no Brasil, 64,2% dos serviços são dessa modalidade (ASSIS; PIRES, 2013, p. 88); o segundo diz respeito ao fato de que as experiências que mobilizaram a presente pesquisa são oriundas de dois diferentes Saicas localizados no município de São Paulo. Dessa forma, optou-se por efetivar esse recorte.

A existência dos serviços de acolhimento, nos moldes atuais, é um acontecimento recente na história brasileira, e seu surgimento está atrelado a uma série de paradigmas formulados principalmente a partir do século XIX. Os saberes de cunho científico também são alicerces para tais mudanças. A psicologia, a medicina e a prática jurídica são exemplos dos discursos científicos que compõem, hoje, a maquinaria do complexo sistema de proteção à infância e à adolescência. Um sistema que será designado por psico-jurídico-assistencial, portanto.

Tais discursos não estiveram sempre presentes na sociedade. Na esteira do pensamento foucaultiano, é possível afirmar que as verdades são, todas elas, produções históricas (FOUCAULT, 2003) e, nesse sentido, as noções de *abandono*, *cuidado*, *negligência e proteção*, bem como as de *família*, *violência* e *desenvolvimento*, não são intrínsecas à relação com a infância, e até mesmo a noção de infância não existe desde sempre (ARIÈS, 1981). Tais noções, em sua variabilidade nas diferentes épocas, sinalizam as forças presentes no

contexto atual e têm consolidado o que se compreende por “direitos das crianças e dos adolescentes”.

Ter a família como locus privilegiado para o desenvolvimento infantil é a premissa de muitas das produções encontradas (COUTO, 2014; AVOGLIA; SILVA; MATTOS, 2012; SOUZA; CUNHA, 2011). Em paralelo, há pesquisas que discorrem sobre os danos psicológicos que muitas crianças enfrentam em decorrência de longos períodos vivendo em instituições (CINTRA; SOUZA, 2010; BRITO, ROSA, TRINDADE, 2014; MACIEL et al., 2017). Certamente, há a necessidade de ampliar a discussão, que é de extrema relevância, sobre a compreensão em voga acerca do conceito de família e sobre as possibilidades de desenvolvimento que crianças e adolescentes podem ter para além do seio familiar tradicional – como em comunidades ou mesmo em instituições.

Na força do discurso que defende a família como único lugar de vida, muitos pais e mães têm sido destituídos de seu lugar para que seus filhos possam ter “direito a uma família” “adequada”, que possa oferecer condições *favoráveis* ao desenvolvimento infantil e que eduque de forma a permitir o “bom futuro” dessas crianças. Ampliar os horizontes acerca da concepção naturalizada de família não elimina a urgência pela luta contra o fato de as famílias das camadas sociais mais empobrecidas serem aquelas que majoritariamente são atendidas pelos serviços de acolhimento institucional, ou por diversos outros equipamentos da rede de proteção social (FUKUDA; PENSO; SANTOS, 2013).

Duas principais premissas orientam esse trabalho: a primeira, de que os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes têm responsabilidade pelas vidas das famílias que lá chegam, visto que, em suas práticas cotidianas, produzem mundos e subjetividades (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015). Crianças, adolescentes e adultos que são acompanhados se constituem também nas relações com os serviços, no interior dos quais se reproduz incessantemente discursos com estatuto de verdade acerca da “deseestrutura”, das dificuldades e da “incapacidade” que vivem essas famílias.

A segunda premissa é que a impotência que domina muitas das famílias é também fruto de desigualdades sociais ou, como propõe (DONZELOT, 1980), fruto de uma “*economia social*” que produz mecanismos bastante distintos entre as formas de governo que regem as famílias pobres e a vida das famílias de classes sociais privilegiadas. Para estas, haveria a tentativa de assegurar proteções discretas, enquanto àquelas destinam-se formas de vigilância diretas e, assim, configura-se um complexo aparato que atua como “polícia das famílias”. Sem deixar de considerar aquilo que se inscreve no plano social, ou aquilo que está

no campo de uma chamada economia social, e sem tratar o Estado como origem ou manipulador dos programas de governo, Rose convida a pensar que:

Os programas que visam modificar e melhorar as formas pelas quais as autoridades pensam ou lidam com este ou aquele problema, às vezes partem do aparato político central, mas de forma geral são formulados por advogados, psiquiatras, criminologistas, feministas, assistentes sociais, patrões, trabalhadores, pais. (ROSE, 2011, p. 110).

Ou seja, ainda que haja um aparato político central, vê-se a constituição de políticas, de estratégias e de práticas elaboradas e desempenhadas pelos próprios atores sociais. Portanto, as condições em que vivem essas famílias não são entendidas como fatores externos. Mas, desde uma perspectiva diferente, tem-se que as desigualdades sociais contra as quais muitos desses atores sociais lutam seriam produzidas por eles próprios: desde aqueles que estão circunscritos à maquinaria do Estado até os que se inserem cotidianamente nos diversos setores da sociedade. A violência, o sofrimento e a precariedade, e, portanto, em última instância, o acolhimento de meninos e meninas, bem como as práticas de destituição do poder familiar e de adoção são engendradas não somente pela maquinaria do Estado, mas pelas formas de relação que se estabelecem no mundo. Inclusive pelos profissionais que atuam nos serviços.

Todavia, o trabalho dos profissionais desses equipamentos transita diariamente entre a lida com vidas que se encontram, muitas vezes, em situação limite, e o enfrentamento cotidiano das limitações impostas pelo aparato da própria instituição. A necessidade de assegurar condições de vida para as crianças e os adolescentes demanda uma implicação afetiva e efetiva que dispute com a burocratização e o enrijecimento dos processos. Eis o desafio.

Com Patto (2015), é possível articular, ainda que sob outra perspectiva, o funcionamento das instituições e o campo de forças em que elas são constituídas com a prática do trabalhador: “[...] uma tal condição de vida produz uma inversão desumanizadora: em suas funções especificamente humanas, o trabalhador animaliza-se” (PATTO, 2015, p. 41). A desumanização, nesta perspectiva, também efeito dos modos capitalistas de produção, seria aspecto presente nas relações de trabalho. Na esteira do que a autora propõe, e aproximando suas reflexões do campo das práticas de cuidado e de proteção a crianças e adolescentes, parte-se da compreensão de desumanização para afirmar o perigo da

burocratização, ou seja, de práticas no trato da vida que se constituem e se reproduzem subordinadas às normas, às leis e às regras.

Daí a importância de buscar compreender como as políticas públicas, com seu discurso ancorado na lógica de proteção social e garantia de direitos, têm provido condições que assegurem a vida, em suas singularidades, daqueles que delas necessitam; e quais os efeitos das estratégias inventadas, as quais servem também para o governo da sociedade. Efeitos que, muitas vezes, acabam por reproduzir violências sobre pessoas já violentadas. Essa pesquisa se constitui na necessidade de apreender como essa maquinaria de cuidado e proteção à criança e ao adolescente age sobre essas pessoas, sobre cada uma das vidas por ela governadas.

Diante do exposto, trata-se, portanto, de um trabalho que se ancora na pretensão de enfrentar as violências engendradas pelos mecanismos de poder e de governo atuais, e que não se posicione “em nome da verdade, da cientificidade, da objetividade, da justiça e da razão histórica” (GARCIA, 2002, p. 6); mas que possa pôr em análise as forças presentes no engendramento dessas formas de vida, a fim de evidenciar os conflitos presentes e as linhas de fuga possíveis. Para que, acompanhando o que propõe Donzelot, seja possível “medir os abalos do nosso presente através do exame de seu funcionamento e de seus disfuncionamentos.” (DONZELOT, 1980, p. 14).

Com o intuito de apresentar as formas pelas quais se produz e se mantêm, no cotidiano dos Saicas, os processos que asseguram vidas, as governam e fortalecem, bem como reproduzem formas de violência sobre crianças, adolescentes e adultos, propõe-se acessar alguns elementos da engrenagem por meio da qual tais processos se constituem. Para tal, são utilizadas narrativas ficcionadas construídas a partir da experiência em dois Saicas do município de São Paulo. As narrativas permitem articular alguns elementos dessas histórias com as forças que compõem o cenário atual da medida protetiva de acolhimento e de suas lutas. Assim, de forma semelhante a um caleidoscópio, cada narrativa reorganiza as forças em jogo possibilitando uma análise em que o singular e o coletivo se constituem conjuntamente.

1.3 A formação *psi*

Todavia, é necessário antes um passo. Foi no encontro entre um cotidiano do Saica – e as diferentes histórias ali presentes – e um corpo-psicólogo-em-atuação que se produziram questões e saberes. Na prática empenhada naquele trabalho e na elaboração das narrativas, há, portanto, o atravessamento dos saberes *psi* e de uma formação *psi*. As interpelações realizadas

e os temas decorrentes, presentes nas narrativas, explicitam um procedimento de pensamento que permite entrever a posição de uma forma de fazer psicologia em um Saica.

No cotidiano do serviço, muitas eram as atribuições e diversas eram as demandas atribuídas ao psicólogo, ainda que a diversidade e sobrecarga de demanda não fosse uma exclusividade desse profissional. Em um único dia, era possível que fosse realizada visita à casa de uma família, reunião com a escola, acompanhamento em consulta médica, acolhida de um novo menino ou menina, troca de e-mails com pessoas interessadas em trabalhar voluntariamente, reunião com a equipe do serviço e organização da rotina da casa, fora a importância, surgida no imprevisto, de intervir numa briga, jogar UNO com algumas crianças, ajudar na lição de casa, ir à praça passear com os adolescentes, fazer descer do telhado aqueles que haviam subido e, talvez, ainda, fechar o dia com uma assembleia que reunisse todas as crianças e os adolescentes.

Participar de todos esses acontecimentos de um Saica era uma possibilidade de estar no trabalho para que fossem percebidos saberes e práticas presentes e, neles, aqueles que dominam, tais como uma certa ideia de família, ou um determinado afeto, ou mesmo uma forma institucional enrijecida. E percorrer os movimentos de vidas acolhidas institucionalmente, através das narrativas e de sua potência caleidoscópica, acessa as formas de pensar as relações familiares, de analisar as práticas cotidianas, de compreender as relações institucionais e seus jogos de poder, bem como os elementos presentes no trabalho com a família e nas práticas de adoção. Assim, pretende-se evidenciar a posição de uma forma de fazer psicologia presente no percurso deste trabalho.

Os registros realizados na época dos acontecimentos, na forma de diário de campo, bem como o retorno a diferentes documentos elaborados no período de trabalho nos serviços, serviram como disparadores da escrita que aqui se apresenta. Com a retomada da experiência e a elaboração de narrativas sobre o vivido, não se pretende explicar a história ou conhecê-la em sua verdade. As diferentes narrativas apresentadas desejam compor um cenário no qual seja possível lançar luz sobre os processos, problematizando-os, diante da compreensão de que, habitando as relações existentes e através do estranhamento, bem como do questionamento acerca do presente e de suas verdades, inventam-se novas formas de vida, novos modos de pensar e, portanto, novas práticas.

1.4 Sobre aquilo que produz movimento

No decorrer do percurso de pesquisa e escrita desta dissertação, deparei-me com alguns desafios. A estratégia de uso da primeira pessoa do singular, a partir deste momento, torna-se necessária pelo interesse em evidenciar os movimentos percorridos, e aquilo que permitiu seus fluxos. Assim, os desafios que se impuseram logo no início deste trabalho foram: a situação preocupante em que vivem milhares de crianças e de adolescentes, pelas violências a que são submetidas; a conseqüente necessidade de respostas às problemáticas encontradas; os incômodos professados por diferentes atores acerca da distância entre as produções acadêmicas e o trabalho nos serviços de acolhimento; os questionamentos à prática da adoção existente hoje; e, por fim, os trabalhos que expõem diferentes verdades como se fossem soluções prontamente adequadas a problemas a serem enfrentados. Todas essas questões permitiram definir com maior clareza aquilo de que esta dissertação trata.

Como disse, decidi me valer da experiência em dois Saicas, de modo a pensar os diferentes acontecimentos: por que em um Saica uma cena era possível e no outro essa mesma cena parecia não caber? Como se produzia o fato de haver momentos em que tínhamos medo dos meninos e nos afastávamos deles, e, em outros, íamos atrás deles, se assim entendêssemos fazer sentido para aquela história? Por que em certas situações as famílias não iam às visitas e pareciam esquecer que seus filhos estavam acolhidos e, em outras, as famílias estavam, em sua maioria, muito presentes e participantes? A experiência em dois serviços ampliava a multiplicidade de questões que apareciam.

Um cuidado foi constante: não havia um serviço melhor que o outro. Os dois enfrentavam muitas dificuldades, tinham problemas delicados e produziam formas distintas de cuidado, bem como de adoecimento de adultos e crianças. Então não se tratava de tomar um caso como exemplo para tentar replicá-lo. Até porque não faria sentido replicar certos funcionamentos institucionais em outros lugares, com funcionamentos e pessoas diferentes. Mas, o que eu podia ver era que havia algumas práticas que pareciam respeitar mais cada vida que ali chegava, pareciam atentar mais aos efeitos de suas ações, pareciam ser menos violentas. E esse era o aspecto que interessava – o que as torna possível?

Dos dois serviços, escolhi três histórias: eram aquelas que, de alguma forma, ainda reverberavam em mim e, por isso, produziam importantes questões. Cada uma dessas três histórias, e, portanto, dessas vidas que atravessaram a minha, exigiu que eu fosse ao encontro delas de uma outra maneira, a fim de enxergar aquilo que nelas era potente, suas belezas, e

aquilo que produzia impotência, paralisia, desagrado. Isso porque, inicialmente, o que aparecia como discordância, em relação à atuação de outros profissionais ou à minha própria, era tratado como equivocado, como algo que não deveria acontecer. Tratar os acontecimentos como equívoco evidenciou-se como um problema, pois turvava o olhar e impedia a compreensão de que forças paradoxais engendram uma dada situação. Nesse sentido, a escrita das narrativas exigiu um constante exercício de buscar compreender as diferentes forças em jogo naquilo que produzia cada cena e a possibilidade de agir nessas forças.

Havia o cuidado para que nenhuma vida ficasse reduzida à engrenagem, como se não houvesse espaço para a indeterminação e para a possibilidade de agir nela. E a fim de complexificar o olhar, as narrativas foram compostas de histórias, discussões teóricas, dados quantitativos e reflexões. O esforço era garantir uma direção: a de compreender como se constituía cada cena e o que compunha a produção de dado acontecimento, o que exigiu um exercício de deslocamento constante para, ao me reencontrar com essas vidas, poder pôr em análise diferentes questões até então naturalizadas.

As narrativas elencadas vislumbram uma ou mais facetas do emaranhado que de fato é um Saica e, diante das muitas possibilidades de entrada, das muitas questões relevantes, foi necessário selecionar algumas. À medida que foram sendo construídas, as narrativas trouxeram novas questões, que se somaram às antigas, forçando novas leituras e impondo novas dificuldades. A escrita das narrativas me afetou de maneira ímpar, porque o ato da escrita fez variar minhas posições: passei a desconfiar do discurso da garantia de direitos, me distanciei da lógica de que só falta pôr em prática as leis e as teorias, e pude complexificar o olhar para situações aparentemente simples.

Em cada uma das narrativas fui trilhando um caminho e, assim, pude dar a ver algumas dessas questões. Cada narrativa constitui um capítulo deste trabalho e está destrinchada em temas, os quais, enlaçados nas histórias, permitem explorar novos pensamentos. Com Pedro, é possível compreender a diversidade de fatores que produzem o acolhimento de crianças e adolescentes quando da violação de seus direitos. São fatores tomados como categorias gerais, com o estatuto de conceito, tal como negligência, maus tratos, alcoolismo dos pais etc., e que se expressam de forma singular em uma certa vida. Ao me aproximar da vida de Pedro, pude vislumbrar, nas entranhas, os muitos atravessamentos da história que se fazem presentes hoje, tal como a lógica do Menor *perigoso* e em *perigo*, bem como seus efeitos. Ainda, fez pensar que, sustentado em discursos que alegam proteção e cuidado, o afastamento entre mães, pais e seus filhos tem sido operado sobre um público muito específico: as famílias inseridas num contexto de pobreza, precariedade e

vulnerabilidade, que seguem produzindo ameaça e risco à ordem social e, nesse sentido, ameaçam também os profissionais que atuam nessa engrenagem. Assim, o medo, como decorrência dessas circunstâncias, apareceu atualizado nas relações entre adultos e crianças/adolescentes como um elemento que, se arrastando pela história do trato com esses meninos e meninas, engendra a reprodução de violências nas práticas destinadas a essa população e nas relações entre os integrantes da equipe dos serviços.

Os irmãos da Família Santos nos fazem ver um Saica que surge no paradoxo de promover e garantir direitos quando estes já foram violados, e que carrega, na sua história, elementos de precariedade. Ainda que hoje o Saica garanta a vida de muitas crianças e muitos adolescentes, ele o faz, muitas vezes, em condições extremamente precárias e servindo à manutenção e à ordem do funcionamento social. Além disso, alicerçado entre o discurso imperativo da convivência familiar e comunitária, e a histórica lógica da orfandade, encontrei um serviço cujo funcionamento produz vidas com histórias lacunares. Estas lacunas assinalam a atuação do Estado como violentador e, simultaneamente, como aquele que tenta cuidar e proteger.

Já Amanda, a menina acolhida junto com a irmã, faz surgir um serviço de acolhimento em funcionamento, materializado em ações nem sempre claras em suas intenções ou coerentes com os objetivos do serviço; evidencia um serviço precário que atua não somente na vida de crianças, adolescente e seus familiares, mas também na vida dos próprios profissionais. Nesse sentido, me deparei com a importância de um cuidado também para com a equipe, e com a necessidade de um trabalho que, por sua importância e complexidade, não se fundamente em práticas voluntárias, de filantropia ou caridade. Em jogo com essas e outras questões, Amanda mostrou como o serviço age, no seu cotidiano, na produção da necessidade da adoção e, também, fez ver caminhos possíveis quando não há possibilidade de retorno ao convívio familiar, seja a família de origem, seja a extensa ou adotiva.

Pedro, a Família Santos e Amanda põem em jogo duas importantes questões. A primeira delas diz respeito ao fato de que a política pública, e suas variações, ainda que necessárias, interferem direta e diariamente na vida de crianças e adolescente, provocando efeitos cruciais, quando não devastadores, nas vidas sobre as quais opera. A segunda questão diz respeito à família como instituição, uma vez que as narrativas nos forçam a pensar a exclusividade desta instituição como forma através da qual tem sido possível pensar as relações entre adultos e crianças, e como aquilo que é almejado pelos Saicas. Ou seja, a máxima da “convivência familiar e comunitária”, tão reproduzida hoje, seja quando se refere à família de origem, à família extensa ou adotiva, vem se tornando um imperativo, e, dessa

forma, pode ser tão violenta quanto a decisão de manter alguém acolhido por longos períodos, tal como aponta a literatura.

2 PEDRO: AS IDAS E VINDAS DE UMA HISTÓRIA – A QUE(M) TEM SERVIDO O SAICA?

*Eu sou um corpo
Um ser
Um corpo só
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar
Eu sou a minha própria embarcação
Sou minha própria sorte*

(Luedji Luna)

Quando Pedro¹ chegou ao serviço, estava com 15 anos de idade. Foi por volta das três horas da madrugada, em um dia qualquer da semana, que o recebemos acompanhado pelo Conselho Tutelar (CT), pois estava em situação de rua e, portanto, de “risco e vulnerabilidade”. Diferente do que costumava acontecer com os meninos de rua, Pedro foi até o CT por desejo próprio semanas após sair da casa onde morava com a mãe, o irmão e o padrasto, em Cajati, no interior de São Paulo. Essa saída se deu porque, segundo ele, a relação com essa mãe e o padrasto não era boa: havia muitas brigas e desentendimentos, principalmente com o padrasto, que frequentemente agredia o menino. Pedro decidiu apostar na relação com uma tia e saiu de casa.

Na tentativa de ir ao encontro dessa tia, em Taboão da Serra (SP), local onde uns amigos dele também moravam, Pedro pegou caronas com caminhoneiros pela Rodovia Régis Bittencourt, até chegar ao destino desejado, percorrendo mais de 240 km. Com a tia, a situação também foi difícil, não pela relação entre eles, mas pelas condições precárias em que viviam. Na casa de apenas um cômodo, numa favela de Taboão da Serra, Pedro parecia não caber e se sentia sobrando ali. Então, algumas semanas depois, ele decidiu viver com um de seus amigos que morava em um bairro próximo. Nesse período, Pedro saía frequentemente para o “fluxo²”, “fazia umas fitas³” para conseguir dinheiro e usava cocaína e maconha habitualmente.

Um dia, em meio a essa rotina, seu amigo foi morto pelo próprio primo. Pedro assistiu toda à cena, que se desenrolou dentro de casa, resultado de uma briga familiar. Esta cena se

¹ Todos os nomes foram substituídos para manter sigilo.

² Fluxo é uma expressão usada para designar um baile funk espontâneo, feito na rua.

³ “Fazer uma fita” era uma expressão utilizada para dizer de algum roubo, furto ou assalto como forma de conseguir dinheiro.

impôs nos caminhos da vida de Pedro: naquele mesmo dia, saiu dali e perambulou durante dois dias pelas ruas de São Paulo. Os tiros, o amigo, a briga... dizia ele que tudo aquilo “voltava o tempo todo à sua mente” (*sic*). Na madrugada do terceiro dia, ainda sem rumo e bastante atordoado, decidiu pedir ajuda em uma base da Polícia Militar, de forma que os policiais o encaminharam para o Conselho Tutelar. Pedro foi, então, acolhido.

O motivo que justificou o seu acolhimento era o fato de ele estar em situação de rua e, portanto, exposto a diferentes formas de risco. Como Pedro, são muitos os meninos e as meninas que se encontram nessas condições. O município de São Paulo tem como terceiro maior motivo alegado para a medida protetiva de acolhimento institucional o fato de a criança ou do adolescente estar em situação de rua. Os primeiros motivos são ser “vítima de negligência/maus tratos”⁴ e a “situação de alcoolismo/drogadição dos pais ou dos responsáveis” (SÃO PAULO, 2015).

Tem sido cada vez maior o número de jovens acolhidos que viveram em situação de rua e, vale destacar, muitos deles ainda têm relação com seu núcleo familiar (ASSIS, PIRES, 2013; GONTIJO, MEDEIROS, 2009). A ida para as ruas é efeito de diversos fatores, tais como as dificuldades de sobrevivência enfrentadas pela família e a violência recorrente, o trabalho infantil para subsistência da criança ou até da família, e o uso de drogas. De uma forma geral,

[...] o desemprego, a precarização do trabalho e as suas consequências na estrutura familiar, situações inseridas no contexto capitalista vigente em nossa sociedade, caracterizam a situação de vulnerabilidade vivenciada pelas famílias que acabam por determinar a saída para ruas. (GONTIJO; MEDEIROS, 2009).

De forma semelhante, o que levou Pedro a estar em situação de rua e, mais tarde, ao seu acolhimento institucional, não foi apenas um, mas um conjunto de diferentes fatores. Tais fatores são utilizados como categorias gerais e se expressam na vida de Pedro de forma singular e concreta: a violência familiar, que se materializava nas agressões que sofria de seu padrasto; a precariedade das condições de sobrevivência, vista nas escassas refeições e na frágil estrutura da casa da tia; e o uso de drogas, que o convidava para sentir boas sensações em uma vida repleta de dores, fomes, frios e medos...

⁴ Há um enorme desafio em relação às categorias de negligência, maus tratos e abandono, termos tão recorrentes nesse campo e que carecem de uma precisão conceitual. Porém, mais do que buscar uma delimitação neste momento, tal problemática convida a pensar que a complexidade de compreensão dessas categorias parece ter estreita relação com as formas pelas quais se tem governado a infância. Ou melhor, se tem governado certa infância.

Os Saicas são uma das estratégias inventadas atualmente, garantidos pela política pública de assistência social, que permite ofertar proteção à criança e ao adolescente que se encontra em situação de risco, seja por ação ou por omissão dos responsáveis e do Estado. Conforme prevê o art. 101 do ECA, tais instituições devem ser uma “medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a (re)colocação na família de origem ou em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 1990). Por pautar-se na proposta de retorno ao convívio familiar, uma das premissas para o acolhimento é que a instituição esteja próxima à família de origem, permitindo que o trabalho possa ser realizado.

É importante reiterar que a Lei da Adoção, implementada ao final de 2009, altera o formato de institucionalização, determinando que as crianças e os adolescentes somente poderão ser encaminhadas às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente devem constar: a identificação da criança ou do adolescente; a qualificação completa dos responsáveis; o endereço de residência dos responsáveis, nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob guarda; e os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar. A Lei 12.010/2009 define ainda que as entidades que mantêm programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 horas ao juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade. (ASSIS; PIRES, 2013, p. 211).

Também é determinado que, diante de uma situação de emergência, não havendo Saica próximo à região de moradia da família, a criança ou o adolescente seja encaminhado para um serviço definido como Casa de Passagem⁵, para, mais tarde, ser transferido para um serviço mais adequado ao caso. Em ambas as circunstâncias, a lei prevê a possibilidade de exceções. De toda forma, tem-se que a chegada ao Saica não é espontânea, pois se trata de uma medida excepcional e sua determinação é estabelecida através do aparato jurídico do Estado.

No dia do seu acolhimento, Pedro foi levado diretamente para o Saica, sem a Guia de Acolhimento, e chegou ao serviço em plena madrugada, tendo sido recebido pela equipe de educadores que trabalhava naquele plantão⁶. Assim como Pedro, centenas de meninos e

⁵As Casas de Passagem são serviços cujo objetivo é oferecer acolhimento de caráter emergencial, em qualquer horário do dia ou da noite diante de uma necessidade de acolhimento imediato. Nesses casos, a entidade acolhe crianças e adolescentes por um período curto, tempo suficiente para avaliar a situação (diagnóstico situacional) e encaminhá-los para seus familiares ou para outros serviços de acolhimento (BRASIL, 2009d).

⁶Sobre o funcionamento do Serviço de Acolhimento e a dinâmica de trabalho de seus profissionais este trabalho tratará adiante.

meninas chegam cotidianamente aos 2.598 Saicas de todo o território brasileiro. O estado paulista tem a segunda maior taxa de acolhimento do Brasil: a proporção é de 114,8 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional para cada 100.000 pessoas da mesma faixa etária. Nesse estado, o município de São Paulo se destaca pela maior quantidade de serviços que, no ano de 2015, totalizava em 136 Saicas (SÃO PAULO, 2016), atendendo um total de 2900 jovens (SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO, 2016). Esse número compreende cerca de 30% de toda a oferta brasileira. São, portanto, quase 3 mil crianças e adolescentes afastados do convívio com seus pais ou responsáveis em razão da impossibilidade, por razões as mais diversas, de permanecerem na companhia de sua família de origem.

2.1 Quem chega aos Saicas

São poucos os estudos acerca do perfil dos acolhidos e de suas famílias, e algumas das pesquisas existentes foram realizadas há pelo menos cinco anos, o que aponta para a possível desatualização de alguns dados. Em contrapartida, foi bastante relevante a (re)elaboração de documentos legais, nos últimos anos, sobre essa temática, evidenciando a importância paradoxal que a população em situação de acolhimento institucional parece ter hoje na sociedade. Paradoxal porque as medidas adotadas parecem não convergir com a falta de importância dada ao tema em estudos que aprofundem discussões e pesquisas; ou seja, com estudos que possam contribuir para complexificar o cenário e, assim, propor soluções mais coerentes com a realidade em que vivem crianças e adolescentes afastados de suas famílias. De toda forma, ainda que os números obtidos nas pesquisas não representem os serviços atualmente e em sua totalidade, eles têm servido de base para a elaboração de políticas públicas e justamente por esse motivo, aqui, permitirão esboçar alguns traços, destacando aspectos relevantes ao tema deste trabalho.

Pedro era um adolescente considerado pardo e, portanto, com ancestralidade negra. Filho de migrantes, sua mãe nasceu no interior da Bahia, local onde seu avô e alguns familiares ainda moravam, e veio para São Paulo à procura de trabalho e de melhores condições. Aqui, encontrou o pai de Pedro. Depois de um tempo, engravidou e logo o pai desapareceu. Sobre o pai, Pedro não sabia nada, pois ainda muito pequeno passou a conviver com o novo companheiro da mãe, seu padrasto. Histórias como a de Pedro e sua família são bastante recorrentes nas vidas daqueles que chegam ao acolhimento institucional.

Em 2004, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou o primeiro documento que apresentava um levantamento realizado em território nacional com diversos serviços de acolhimento. As informações provêm de 589 instituições, o que totalizava apenas 22,67% dos Saicas existentes na época. Muitos Pedros e suas famílias, com trajetórias e histórias singulares, compõem os dados estatísticos produzidos pela pesquisa que destaca que a maioria das crianças e dos adolescentes atendidos tinha família (86,7%), eram não brancos (63,6%), do sexo masculino (58,5%), e o motivo mais citado para estarem em abrigos foi a pobreza (24,2%), seguido pelo abandono (18,9%) e a violência doméstica (11,7%). Vale destacar aqui que o documento utiliza ora o termo *afrodescendente*, ora *não branco*, apontando para uma importante questão que será abordada mais adiante.

Cerca de oito anos depois, no Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Acolhimento (2013), os dados encontrados mostravam que 85,6% das crianças e dos adolescentes tinham família; a população, que na pesquisa era denominada negra, somava 54,3%. Do total de crianças e adolescentes, 52,3% eram do sexo masculino, e os três principais motivos do acolhimento apontados foram: negligência da família (33,2%), seguido de abandono pelos pais/responsáveis (18,5%) e pais/responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas (17,7%). Vê-se, a partir dos dados de ambas as pesquisas, que o perfil da população atendida no Brasil pelos serviços de acolhimento se manteve bastante semelhante ao longo de uma década, exceto pela diferença encontrada nos três principais motivos alegados para o acolhimento: ao invés de *pobreza*, a negligência passou a ocupar o primeiro lugar para aplicação da medida protetiva de acolhimento.

Uma questão se faz presente na história de Pedro e nas estatísticas encontradas. Ao analisar os dados referentes às famílias das crianças e dos adolescentes atendidos hoje nos Saicas, destaca-se que 80% dos acolhidos têm família, apenas 2,4% das crianças e dos adolescentes não têm informações sobre a localização da família e 1,1% vive em situação de orfandade (ASSIS; PIRES, 2013, p. 173). Tendo em vista esses números, uma primeira discussão sobre o que se entende por lógica do abandono faz-se necessária. Pois a noção de que crianças e adolescentes em situação de acolhimento vivem necessariamente o abandono de sua família tem raízes constituídas historicamente e parece não abarcar a realidade majoritariamente encontrada nos dias atuais. Ainda que 18,5% de todos os acolhidos no Brasil sejam compreendidos como casos de abandono, há de se entender mais detalhadamente o que tem sido classificado como abandono, pois diferentes autores (ASSIS; PIRES, 2013; VARGAS, 2013; MENDES, 2007; CAMARGO, 2005) discutem que os conceitos de “negligência” e “abandono” são fortemente atravessados pela carga subjetiva do profissional

que as define. Seja quando se fala do abandono parcial ou do abandono total, em ambos os casos não se trata de uma referência à entrega da criança pela sua família, mas diz da ausência ou do afastamento dos pais.

[...] o abandono é a forma mais grave de negligência e o segundo motivo isolado a justificar o acolhimento institucional em todas as regiões brasileiras. O abandono pode ser parcial — se há a ausência temporária dos pais expondo a criança ou o adolescente a situações de risco — ou total, em que o completo afastamento do grupo familiar, deixa a criança ou o adolescente sem habitação, desamparada e exposta a várias formas de perigo. (ASSIS; PIRES, 2013, p. 177).

Na forma de abandono parcial ou total, Assis e Pires propõem que o abandono é uma das faces, e a mais grave face, da *negligência*. Para além de uma discussão acerca dos sentidos ou da precisão de cada conceito, a proposta aqui é iluminar os argumentos apresentados para o acolhimento de tantos meninos e meninas, buscando compreender o que da história se repete nos dias atuais e quais os problemas têm sido enfrentados nesse campo. Portanto, uma pergunta surge: o que, todavia, tem sido nomeado como *negligência* ou, então, *negligência da família*?

A negligência caracteriza-se pelas omissões dos adultos (pais ou outros responsáveis pela criança ou adolescente, inclusive institucionais), ao deixarem de prover as necessidades básicas para o desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes (Brasil, 2004; 2010, p. 34). Agrega atos como privação de medicamentos, falta de atendimento à saúde e à educação, descuido com a higiene, falta de estímulo, de proteção de condições climáticas (frio, calor), de condições para a frequência à escola e a falta de atenção necessária para o desenvolvimento físico, moral e espiritual. No caso de crianças e adolescentes, a negligência significa a privação de algo de que necessitam, quando isso é essencial ao seu desenvolvimento sadio, e não lhe é oferecido por opção (Claves, 1993). (ASSIS; PIRES, 2013, p. 176)

Omissão. Privação. Falta de condições para o desenvolvimento sadio. Falta esta que ocorreria por *opção* dos pais ou dos responsáveis. Portanto, se é por opção que se priva o desenvolvimento de uma criança ou de um adolescente, então não o é por condições externas, ou fatores outros que se impõem à relação de cuidado. Tal ideia parece ser totalmente convergente com a determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de a pobreza não poder ser alegada como motivo para uma medida protetiva de acolhimento. Trata-se, portanto, de uma conquista legal de grande importância, diante de uma história em que a pobreza foi criminalizada. Mas sabe-se que há sempre embates estabelecidos, pois

diante das conquistas, novos desafios se impõem. E, por esse motivo, o desafio aqui é iluminar as razões pelas quais se configura a impossibilidade de determinadas famílias em ofertar, por opção, condições adequadas para o desenvolvimento sadio de seus filhos.

Um passo antes, no entanto, é necessário. Se é o Estado que tem atuado na decisão de retirada de crianças e adolescentes da família, e se tal ação se faz pelas mãos dos seus diferentes atores, como juízes, médicos, psicólogos e assistentes sociais (DONZELOT, 1980), há de se ter clareza de como tem sido entendida a noção de negligência e, portanto, como diferenciar aquilo que está na ordem de uma “*opção* pela privação” e aquilo que seria efeito de circunstâncias outras, tais como a pobreza.

Negligência é um conceito bastante utilizado no Brasil, principalmente a partir do final dos anos 1980 (PASIAN et al., 2013), quando a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente tornaram obrigatória a notificação de casos de maus-tratos conhecidos, suspeitos ou confirmados (BRASIL, 1990, Art. 13). Trata-se da forma de maus-tratos infantil mais alegada nos registros de violação dos direitos das crianças, segundo a literatura nacional e internacional.

Conforme assinala Martins (2006), embora o conceito seja empregado rotineiramente para o registro de situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, no âmbito do sistema de proteção, nota-se uma grande dificuldade para conceituar a mesma, por parte dos profissionais que atuam na área. (PASIAN et al., 2013, p. 63).

Os primeiros registros relativos à negligência aparecem no final dos anos 1990, “nos trabalhos de Azevedo e Guerra (1998) sob a insígnia de vitimização psicológica, ou seja, como uma de suas modalidades, não sendo tomada como um dos tipos de maus-tratos em si” (PASIAN et al., 2013, p. 63). No decorrer dos anos seguintes, diante da preocupação de diferentes autores de que a pobreza não fosse considerada, ela própria, como um ato de negligência, a lógica da *opção* dos pais em relação ao (não) cuidado com seus filhos passou a integrar as definições propostas ao conceito de negligência, em que “tal falha [de cuidado e proteção] não é o resultado das condições de vida além de seu controle [dos pais]” (PASIAN et al., 2013, p. 64). Assim, a noção de *negligência* é adotada para designar as circunstâncias resultantes de um complexo multiatravessamento de fatores econômicos, sociais e comunitários, bem como de fatores pessoais.

Portanto, se é resultado de diversos fatores, é preciso considerá-los como produtores de negligência e, assim, não culpabilizar a família. Porém, quando se afirma que a negligência

é fruto de uma *opção* dos pais em não ofertar cuidado aos seus filhos, ou em privá-los de um bom desenvolvimento, a pergunta que se coloca é o que tem produzido essa *opção*.

As famílias de crianças e adolescentes abrigados são oriundas dos estratos mais pobres da população. As mulheres atuam como provedoras e cuidadoras, têm pouco ou nenhum estudo, o que diminui suas possibilidades de um trabalho que tenha remuneração adequada aos seus encargos, aumentando a sua fragilidade no cuidado dos filhos. Todas iniciaram atividades de trabalho de forma prematura: não conseguiram completar os estudos, tendo prejudicadas, assim, as suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, a não ser mediante subemprego. (FÁVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008, p. 170).

Em “Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam”, Fávero, Vitale e Baptista (2008), ao analisar a situação das famílias que estiveram sob a medida protetiva de acolhimento, chamam atenção para a afirmação de Rocha, coordenadora do Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2004), quando diz que “por trás de uma criança de abrigo há uma família que foi abandonada pelo poder público” (ROCHA, 2004 apud FÁVERO, VITALE, BAPTISTA, 2008, p. 170). Uma pesquisa realizada em Brasília (GOMES, 2014) apontou que a maioria das crianças e dos adolescentes acolhidos (81,37%) é oriunda de família pobre, acentuando uma vez mais a estreita relação entre a pobreza, o acolhimento institucional e a chamada negligência.

Outro aspecto referente ao perfil da população em situação de acolhimento que merece destaque é a afrodescendência. Para Rizzini, “a problemática da criança desvalida no Brasil Colônia e Império é inseparável da sociedade colonial e escravagista, da honra das famílias e da assistência entregue à caridade e à misericórdia” (RIZZINI, 1993, p. 11) e, segundo a autora, esses aspectos marcam de forma crucial a política e a cultura dos dias atuais.

Verifica-se predominância de crianças de cor da pele preta ou parda dentre as acolhidas a partir dos dois anos de idade, crescendo progressivamente até o final da adolescência. Dos 9 aos 17 anos de idade há constância na supremacia de acolhidos pretos ou pardos nos SAICAs (oscilando entre 50% e 60% do total), proporcionalmente aos brancos. (ASSIS; PIRES, 2013, p. 166).

A presença da população negra nos estratos sociais mais pobres tem aumentado nos últimos anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontando a articulação entre pobreza e população afrodescendente. Dado que tais grupos parecem coincidir na realidade brasileira, não à toa os Saicas acolhem, majoritariamente, crianças e

adolescentes cujas famílias são negras. Ainda que a porcentagem nas duas pesquisas mostre que os negros não são disparadamente a grande maioria entre os acolhidos, compreende-se aqui diferentes nuances que dificultam e complexificam uma reflexão mais aprofundada sobre o tema, especialmente porque põem em evidência a dimensão étnico racial da questão que, no entanto, este trabalho não pretende aprofundar.

De toda forma, no encontro com as duas pesquisas apresentadas, e na tentativa de conquistar um panorama da população em acolhimento, os termos *não branco*, *afrodescendente* e *negro* são categorias que foram tratadas como similares, mas que apresentam diferenças importantes. Ainda, a imprecisão com que a pesquisa do Ipea aborda tal temática, utilizando ora o termo *afrodescendente*, ora a expressão *não branco*, permite trazer à baila as dificuldades envolvidas no manejo de tal questão. Assim, a mistura na utilização de termos tão diferentes ajudará este trabalho a elencar alguns pontos.

Inicialmente, o termo *não branco*, ao reunir todas as raças a partir da perspectiva do branco, impede visualizar as reais procedências das famílias acolhidas e não permite entrever, por exemplo, quem tem descendência negra ou indígena. Nessa tomada de posição a partir do lugar do branco, se obscurece o olhar para os efeitos com os quais uma pessoa precisa se a ver por nascer com tais descendências em um país como o Brasil, ao mesmo tempo em que este mesmo obscurecimento já é, em si mesmo, um componente que nos diz daquilo que não deve ser visto.

Soma-se a isso a compreensão de que, no contexto das sociedades contemporâneas, há uma nova configuração do racismo, de forma que parece existir cada vez mais dificuldade em identificar seus procedimentos gerais (HARDT, 2000). De outro modo, tal mudança é evidenciada na preocupação de Patto:

[...] o conceito de raça foi substituído pelo de cultura como elemento explicativo das desigualdades sociais, é preciso continuarmos atentos às armadilhas da ideologia presentes nessa passagem: os juízos de valor centrados no modo de viver e de pensar dos grupos dominantes impregnam os trabalhos dos antropólogos culturalistas, que frequentemente consideram “primitivos”, “atrasados” e “rudes” grupos humanos (muitas vezes, classes sociais) que não participam ou participam parcialmente da cultura dominante. (PATTO, 2015, p. 69).

As armadilhas existentes hoje seriam, portanto, não um problema do conceito de cultura, mas justamente a lógica que estruturaria essa nova forma de racismo. Pois, ao contrário do que é comumente afirmado, entende-se que o racismo aumentou no mundo

contemporâneo, seja em extensão, seja em intensidade. Mas sua nova forma de funcionamento, suas novas estratégias, fazem parecer que houve um declínio, justamente porque, segundo Hardt (2000, p. 366),

O próprio da dominação branca é de engajar inicialmente o contato com a alteridade para, em seguida, submeter as diferenças segundo os graus de afastamento do elemento branco. Isso nada tem a ver com a xenofobia, que é o ódio e o medo face ao bárbaro desconhecido. É um ódio nascido da proximidade e que se desenvolve a partir dos graus de diferença em relação ao vizinho.

Os graus de diferença em questão estariam pautados não mais na diferença biológica das raças, tal como se propunha antigamente. Há um deslizamento do determinismo biológico das raças para a crença no construtivismo social e cultural, a partir do qual se entende que todos são igualmente humanos, porém com culturas e histórias diferentes, fato este que produziria, então, diferenças culturais. E tais diferenças, efeito das circunstâncias sociais, ao invés de serem excluídas do funcionamento social, são incluídas na estrutura da sociedade e orquestradas em um sistema de controle que permite manter a segregação dessa população. É o que Hardt vai denominar de *inclusão diferencial*: “o que importa é, portanto, que a exclusão racial geralmente aparece como resultado da inclusão diferencial” (HARDT, 2000, p. 366).

Diante do exposto, é possível perceber a articulação sutil que os elementos de raça e classe social mantêm com o funcionamento das famílias e a necessidade da medida protetiva de acolhimento. Seja sob o véu do *abandono* ou da *negligência*, e com discursos que alegam proteção e cuidado a crianças e adolescentes, o afastamento familiar tem sido operado sobre um público muito específico: as famílias pobres que vivem sob a égide de uma *economia social*. Uma economia que produz situações graves e de grande complexidade, exigindo que o trabalho de acolhimento seja concomitante a muitas outras estratégias e intervenções.

O acolhimento de Pedro foi engendrado pelo cruzamento de muitos elementos que os dados estatísticos buscam analisar e que, ao quantificar, não apreendem as singularidades, esvaziando as vidas de suas histórias. E é na aproximação das singularidades que se torna possível acessar aquilo que escapa ao governo, aquilo que não consegue ser controlado.

Pedro não pode permanecer na sua família e, após tentar a vida de outras formas, procurou pela medida protetiva de acolhimento institucional. Ele chegou ao serviço sem nenhum pertence seu, exceto a roupa que vestia e que pouco o protegia do frio da noite do inverno paulistano – chinelo, bermuda, camiseta e um agasalho. Ele carregava, também, uma carteira que estaria vazia, não fosse pelo seu documento de identidade. Desde a sua chegada,

algo nele marcava diferenças em relação aos outros adolescentes acolhidos ali, até então. Repetia incessantemente que queria ser alguém na vida, que não queria o mesmo destino do amigo e, portanto, faria tudo o que fosse necessário para evitar uma tragédia parecida... exceto voltar para Cajati. Ele não queria voltar para sua família, tampouco permanecer perto dela. Diante dessas circunstâncias, nos perguntávamos qual seria a melhor forma de cuidar de Pedro naquele serviço.

As formas de cuidado existentes num Saica devem contemplar as especificidades de cada história que chega e, concomitantemente, deve corresponder a todo o espectro da legislação então vigente. Uma das determinações em voga desde o ano de 2009 é a existência de um prazo máximo para a permanência no serviço de acolhimento: dois anos. Durante esse período, salvo exceções, é esperado que cada acolhido possa retornar à família de origem (nuclear ou extensa) ou ser inserido numa família substituta. Antes, era comum que quem chegasse ao serviço permanecesse ali por muitos anos e sem contato com sua família, sendo frequente a permanência na instituição até que o adolescente completasse a maioridade. Não era incomum que, após os dezoito anos, continuassem morando na instituição, pois não tinham mais referência familiar nenhuma. O serviço se tornava a única referência, seja física ou afetiva. Por isso, a conquista de um tempo máximo de permanência foi fruto da luta contra a institucionalização de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, ou seja, contra sua permanência em instituições por longos e indeterminados períodos. Entretanto, tal conquista impôs aos profissionais o desafio de trabalhar com situações de extrema complexidade em um período relativamente curto e preestabelecido.

A existência de um tempo pré-determinado para o acolhimento foi um dos desafios enfrentados no trabalho com Pedro: como “desacolher”, dentro de um prazo máximo de dois anos, um adolescente que chega ao serviço aos 15 anos de idade, principalmente se ele não quer voltar para casa e se dificilmente poderá ser adotado? Talvez o trabalho possível fosse encaminhá-lo para um serviço localizado perto da sua família de origem, o que permitiria que os laços familiares pudessem ser retomados, como prevê a política atual. Ou, talvez, perspectivar o desacolhimento por maioridade⁷, o que nesse caso significaria ele viver por três anos em um Saica. Ambas as alternativas eram possíveis, mas, naquela época, esta última parecia não ser uma boa decisão, pois seguia na contramão dos ideais de aproximação com a família, fosse ela natural ou substituta, e de brevidade no tempo de acolhimento.

⁷ O desacolhimento por maioridade é quando, ao fazer dezoito anos, o adolescente deve deixar o serviço.

2.2 O ECA é para todos, todos os Menores

Sempre que recebíamos um novo caso para acolhimento, a criança ou o adolescente deveria permanecer um mês sem realizar atividades fora da casa e que não tivessem a presença de um educador, ainda que a saída fosse para a escola. Com as crianças, essa norma era mais flexível, mas com os adolescentes não, principalmente quando tinham algum histórico de uso de drogas. O período de um mês foi estabelecido pela necessidade que sentíamos de conhecer melhor o novo menino ou menina que chegava e, assim, saber se poderia sair sozinho ou não, como ele se comportaria nos lugares, qual escola poderia recebê-lo melhor etc. Era uma estratégia de cuidado.

Com Goffman (2010), é possível compreender o dilema que as instituições totais enfrentam na lida diária com a multiplicidade das vidas dos internados e, simultaneamente, com a necessidade de manter uma eficiência em seu funcionamento. Ou seja, definir uma estratégia *a priori* para todos pode produzir, ao invés de cuidado, problemas. A perda da singularidade é um desses problemas: no caso das instituições penais, por exemplo, os meninos que ali estão passam anos usando roupas iguais, o mesmo corte de cabelo, dormindo em camas e vivendo em quartos que em nenhum aspecto carregam as especificidades de cada um que ali passa. Nos hospitais, veem-se problemáticas semelhantes: quando alguém é internado, apenas o fato de usar uma *roupa hospitalar* e estar em um *quarto hospitalar* produz estranhamentos e aspectos de adoecimento. Perde-se, portanto, a singularidade em nome da otimização dos processos institucionais. Na definição de um tempo preestabelecido, talvez, para Pedro, o período de um mês dentro de casa tenha sido longo demais.

Geralmente, os adolescentes são resistentes ao processo de retomada da vida escolar, pois, muitas vezes, repetiram o ano e estão atrasados, ficando desanimados com a ideia de ir à escola. Mas com Pedro a conversa foi diferente, ainda que ele também estivesse alguns anos atrasado. Ele nos pediu para ser matriculado na escola com urgência, para que voltasse logo a estudar e, assim, pudesse conseguir um trabalho ou um estágio. O tempo parecia urgir para ele. Pedro foi então matriculado no único Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (Cieja)⁸ perto da casa, perfazendo 1 hora e 20 minutos no trajeto de ônibus todos os dias.

⁸ De acordo com a Lei Municipal nº 15.648 de 14/11/2012, o Cieja é uma Unidade Educacional que atende jovens e adultos com o objetivo de oferecer oportunidades de escolarização que aliam Ensino Fundamental à educação profissional (SÃO PAULO, 2012).

Chamava atenção aquele menino que explicitava muitos desejos, sonhos e lutas. Durante os primeiros momentos na casa, Pedro se mostrou bastante tranquilo e colaborativo com a rotina e na relação com toda a equipe. Assim que pode sair, começou seus estudos no Cieja, iniciou tratamento no Centro de Atenção Psicossocial Infantil (Capsi)⁹ – intervenção realizada por nós com todos aqueles que haviam feito uso de alguma droga ilícita – e não faltava nas aulas de natação. Dizia que, na piscina, além de gastar energia, conseguia “ouvir os próprios pensamentos”. Com o passar dos dias, alguns desencontros e brigas foram acontecendo entre ele e outros adolescentes que viviam no serviço. Os antigos moradores não queriam se relacionar com ele. Era comum aqueles que já moravam no serviço enfrentarem certa resistência para se relacionar com os novos e, quando algum conflito desses acontecia, era perceptível para nós que Pedro ficava sempre muito mal. Após as brigas, permanecia sozinho por horas, em algum canto da casa e, muitas vezes, chorava. Por isso, tentávamos sempre intervir nas situações conflituosas de forma que essa “disputa territorial” não significasse para Pedro uma questão pessoal. Em um desses episódios de briga, ele procurou a equipe com o pedido de ser transferido para outro serviço.

Pouco tempo após sua chegada, outro adolescente foi acolhido: Rafael. Ele tinha 16 anos, já havia morado nessa casa no ano anterior e adorava contar as histórias aventureiras sobre sua passagem pela Fundação Casa – passagem essa que, soubemos muito tempo depois, era uma mentira contada e repetida por ele. O encontro entre os dois adolescentes desorganizou Pedro, que começou a enfrentar os outros moradores, a dormir algumas noites fora, a desobedecer à equipe, dentre outras coisas. Num certo dia, os dois saíram sem nossa autorização e ficaram fora durante uma semana. Quando retornaram, Pedro contou que ficou muito difícil lidar com a *fissura* da cocaína e, por isso, havia saído para poder usar a droga; também contou que acabou realizando pequenos furtos. Agora de volta, queria retornar às suas atividades anteriores, pois desejava “ser alguém na vida”.

O gesto de Pedro e Rafael, movido por razões singulares, é absorvido no amplo espectro das fugas, evasões ou das saídas sem autorização. Trata-se de diferentes nomes para uma mesma prática: saída sem a permissão dos profissionais do serviço. Esta é uma problemática bastante frequente no trabalho com os adolescentes que estão acolhidos. A maneira pela qual a equipe nomeia tal ato já sugere a compreensão acerca do sentido de se ter essa regra burlada. Assim, ainda que a vaga do menino esteja garantida naquele serviço por

⁹ O Caps Infantil é uma instituição que oferece acolhimento e tratamento para crianças e adolescentes que “apresentam sofrimento mental, em decorrência de transtornos mentais graves ou persistentes, e em situações de vulnerabilidades, incluindo aquelas decorrentes do uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida” (BRASIL, 2011).

um prazo de 48 horas¹⁰, há os serviços que permitem o retorno; há os que notificam imediatamente a Polícia, via Boletim de Ocorrência; há os que já informam as instâncias jurídicas sobre o fechamento da vaga e a existência de uma nova vaga em aberto; e há os serviços que avaliam e definem uma ação para cada situação, para cada caso. Toda essa problemática escancara uma delicadeza: o gerente do serviço, em última medida, é quem alarga ou estreita a determinação legal, interpretando-a. Ainda, é o gerente quem detém a guarda de todos aqueles que se encontram em situação de acolhimento (BRASIL, 1990, Art. 92) e, portanto, é quem responde legalmente por tudo o que acontece com cada criança e cada adolescente, fato este que confere uma enorme responsabilidade à sua função e, portanto, às suas decisões. Todos esses fatores são forças que compõem o campo no qual cada decisão no serviço é cotidianamente tomada. Quando da saída de Pedro e Rafael, nós decidimos fazer o Boletim de Ocorrência e enviar um relatório notificando o Fórum das dificuldades que enfrentávamos com Pedro. E, ainda, quando ele retornou ao serviço, o *reacolhemos*.

A decisão de *reacolher* é fundamentada em algumas premissas. Os casos que chegam ao serviço devem ser compreendidos e trabalhados nas suas especificidades, a fim de garantir que cada menino e cada menina receba um atendimento personalizado, bem como encaminhamentos que sejam pertinentes ao seu caso. O Saica tem um objetivo socioeducativo (GULASSA, 2010) e pertence a uma engrenagem cuja finalidade primeira é possibilitar à família de origem ter de volta o cuidado e a guarda de seus filhos e filhas. Por esse motivo, tem por princípio um atendimento que vise a “preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar” (BRASIL, 1990, Art. 92), além da

[...] função protetiva e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e o empoderamento de suas famílias. (BRASIL, 2009c, p. 17).

Diante disso, mesmo preocupados com o movimento de furtos e de uso de drogas que Pedro vinha fazendo, entendíamos que era importante ele retornar às suas atividades corriqueiras como estratégia protetiva e possibilidade de retorno ao convívio familiar. Além disso, sabíamos que as instâncias jurídicas cobrariam que ele estivesse frequentando tais espaços. Deste modo, ele tentou voltar às atividades que havia iniciado. Ao mesmo tempo,

¹⁰ Não há nenhuma orientação legal sobre a garantia da vaga durante o período de 48 horas após a saída sem autorização de alguma criança ou adolescente. Este era um acordo específico daquele território, estabelecido pela equipe dos equipamentos de garantia de direitos junto aos Saicas da região.

expressava incessantemente pela casa o desejo de *fugir* dali, dizendo que não iria conseguir aprender a ler e a escrever e enfatizando que gostava muito da adrenalina que os furtos provocavam. “Enquanto roubava sentia uma sensação de liberdade”, dizia ele.

Frequentar a escola e fazer tratamento no Caps para intervir no uso de drogas eram ações que integravam o nosso trabalho de cuidado e preparo para um possível desacolhimento: fosse para a família, para outro serviço ou pela maioridade. Paralelamente, tentávamos encontrar a família, com o objetivo de compreender, pelo olhar de outras pessoas, a situação que culminou na saída dele de casa e, assim, tentar conquistar o retorno de Pedro ao convívio familiar. Mas, no decorrer do tempo, todos esses acontecimentos foram fortalecendo em muitos de nós a ideia de que ele não deveria estar acolhido ali, pois o uso de drogas e os possíveis furtos poderiam pôr os outros meninos em situações de risco, ou, poderiam pôr a própria equipe em risco. No olhar de alguns profissionais, Pedro era visto como um menino perigoso e em perigo.

2.3 Crianças e adolescentes perigosos e em perigo: um velho cenário

Das novas antenas vêm as velhas tolices.

(Bertold Brecht)

Em Pedro e num certo modo de olhá-lo vislumbramos os muitos atravessamentos da história e seus efeitos: ele e os funcionários portam em si certa noção de infância perigosa e em perigo que vêm sendo engendrada no Brasil e que participa da própria constituição do país como tal.

Com a inserção, no Brasil, do modelo europeu de família e de relações econômicas emergiu, ao longo dos séculos, uma população marginalizada e, nela, crianças e adolescentes vivendo situações bastante precárias, seja do ponto de vista dos vínculos sociais, seja dos vínculos familiares. O período entre 1870 e 1930 é compreendido como um momento de particular importância para o país, dado o processo de aceleradas transformações que ocorreram em âmbito nacional e também internacional, e cujas consequências afetaram profundamente as relações sociais que aqui se constituíam.

Pilotti e Rizzini (1995) caracterizam essa época como importante por ter sido uma fase de gestação de ideias e de práticas que marcaram de forma crucial os dias atuais. Estava em voga o desejo de reformar o Brasil, de “salvar” o país do atraso, da ignorância e da barbárie,

para transformá-lo numa nação culta e civilizada (RIZZINI, 2011). Foi um período de crescente urbanização, em que se configurava um novo estilo de vida caracterizado pela rapidez, pela descontinuidade e pelo surgimento do homem metropolitano, cada vez mais centrado em sua individualidade. Ainda, nesse crescimento das cidades, sua arquitetura e sua divisão espacial também imprimiam diferenças nos modos de vida rural, que até esse período abarcava a maior parte da população, ao revelar uma preocupação com a segurança e a ordem. O aumento da população pauperizada e sua concentração desordenada nos núcleos urbanos marcavam o clima citadino, abrindo espaço para que crianças e jovens se tornassem frequentemente presentes nas cenas de abandono e pobreza. Os “filhos da pobreza” tornar-se-iam problema social gravíssimo para a política da época. Simultaneamente, diante da influência das ideias europeias, pautadas no positivismo e nas teorias evolucionistas, emergia um novo conjunto de saberes que caminhava lado a lado com o desejo de civilizar o país.

A missão civilizatória e porque não idealista, de ‘fazer o povo’ (Lopes Trovão, 1896), incluindo-se aí a ação sobre a infância, será assumida mais pela classe de intelectuais – filantropos e reformadores (médicos, juristas, sociólogos e demais profissionais liberais) – do que propriamente por aqueles que tinham nas mãos o governo do país. Foram eles os idealizadores das proposições por uma ‘*reforma moral*’ do país, na qual a infância veio a ocupar um lugar bastante central. (RIZZINI, 2011, p. 53).

Portanto, a partir de conhecimentos científicos, buscava-se empreender uma reforma de cunho moral sobre as famílias pobres. A eugenia, que ganhava força na época, fortalecia a ideia do aperfeiçoamento físico e moral da espécie humana, tendo por alicerce a lógica da ação transformadora do homem sobre o próprio homem. Ou seja, intervindo na reprodução, almejava-se que os *sãos* se reproduzissem e os *defeituosos* não.

No campo em que engendrava todos esses acontecimentos, emergiam novas compreensões e um novo saber, que se constituiria como Psicologia e que atribuía às famílias grande importância para o desenvolvimento das crianças. Se antes era a natureza do indivíduo que produzia os caminhos da delinquência e as características antissociais e de periculosidade, os saberes da psicologia começaram a imprimir mudanças nas explicações para a existência da infância e adolescência desviantes, buscando no meio social – e no ambiente sociofamiliar – as causas dos desajustes. Tal concepção ganhava especial força com ajuda da Medicina, aliada ao Direito e aos novos conhecimentos do campo *psi*, como a Psiquiatria, que operavam potencializando os saberes que contribuía para as práticas de cunho higienista, pois atuavam na avaliação e no julgamento do grau de capacidade das famílias em cuidar de seus filhos (RIZZINI, 2011).

Foucault nos permite compreender esse momento quando afirma que, a partir do século XVIII, as sociedades modernas voltariam a “levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana” (FOUCAULT, 2008, p. 3), e as características biológicas da espécie humana passariam a fazer parte das estratégias gerais de poder. Trata-se do que denominou de biopoder, em que aquilo que era tido como a naturalidade da espécie estava inserido na artificialidade política das relações de poder. Esse tipo de funcionamento se alicerçava no cálculo e no conhecimento sobre os indivíduos para compor o campo de intervenções do governo e, assim, gerir as vidas. A produção de modos de vida, controlando os corpos e extraindo deles sua força, produzia o ajuste do funcionamento da população aos processos econômicos. A força dos saberes ditos científicos somada ao desejo de desenvolvimento de uma nação comporia, portanto, a cena das estratégias políticas da época.

É nesse contexto que teve início um espraiamento do controle médico sobre a criação dos filhos de famílias pobres e a avaliação, por esses profissionais, das formas de cuidado dispensadas a essas crianças. Ou seja, começou a ganhar força a entrada do Estado no âmbito das relações familiares, através do discurso e da prática médica. Vê-se, aí, o início dos mecanismos de controle do Estado sendo operados pelo discurso e pelos saberes científicos de cuidado e de prevenção em relação à infância e à questão social. Ainda que as novas ideias ampliassem o olhar para além do indivíduo (PATTO, 2011), esse funcionamento acabava por pulverizar a responsabilidade do Estado e colocava as famílias como principais responsáveis pelas mazelas sociais, o que acabou por reforçar o preconceito social para com os filhos das famílias pobres.

Os alicerces estavam postos para a construção de um complexo aparato médico-jurídico-assistencial cujas metas eram definidas pelas funções de prevenção, educação, recuperação e repressão (RIZZINI, 2011, p. 26). Nota-se a trama complexa que se constituía no Brasil do final do século XIX, em que meninos e meninas vivendo em situações precárias de vida começaram a ser vistos, e vistos como risco à sociedade. No bojo de todos esses acontecimentos, a noção de risco ganha força, indicando a possibilidade do *vir a ser* um problema. Tratava-se, então, não somente de atuar no foco do problema, mas de buscar prevenir. A visão sobre a criança, nessa época, mostra-se ambivalente: por um lado, simbolizava esperança – “a criança é o futuro da nação” – pois, devidamente educada, se tornaria útil à sociedade, ou seja, se tornaria mão de obra para contribuir com o desenvolvimento do país. Por outro, ela representava uma ameaça e era tida como delinquente devendo, assim, ser afastada dos caminhos da criminalidade (RIZZINI, 2011; LAZZARI,

1999). Para o delinquente, eram pensados mecanismos de exclusão da sociedade, bem como de repressão e correção, a fim de garantir a ordem e a paz social, afastando-o do convívio social e com sua família, vista como a responsável pela degeneração moral do delinquente.

Os diferentes setores sociais buscavam explicações para as causas das situações problemáticas, criavam estratégias no esforço de evitá-las, e encontravam no meio familiar possibilidades de intervenção. Um clima de medo se instaurava diante da crescente desigualdade social e do conseqüente aumento dos índices de criminalidade e de pessoas vivendo em situação de rua. Com o passar do tempo, e em meio a esse cenário, as instâncias de correção e repressão começaram a atuar de forma bastante híbrida. Não à toa, aos abandonados e aos delinquentes eram endereçadas ações bastante semelhantes: aqueles que já haviam cometido algum delito ou que poderiam vir a cometê-los precisavam da intervenção do Estado. Bastante relevante para as discussões aqui propostas é o fato de que o enfoque para a infância nasceu, naquele momento da história brasileira, intimamente ligado à emergência da “questão social” (ALVIM; VALLADARES, 1988). Compreende-se que

[...] o território social é uma realização histórica, um terreno movediço e incerto que começou a se consolidar nas sociedades ocidentais no século XIX (cf. DELEUZE, apud DONZELOT, 1979). É este o terreno que estão implicados termos como previdência social, bem-estar social, assistentes sociais e serviço social. (ROSE, 2011, p. 98).

No prefácio do livro *A Polícia das famílias* (DONZELOT, 1980), Deleuze afirma que o *social*, “setor estranho, de formação recente e de importância crescente” (DELEUZE, 1980, p. 5), poderia ser entendido como aquele domínio de intervenção em torno das classes menos favorecidas e cujo alvo privilegiado seria o que o autor nomeia como “patologia da infância”. Em outras palavras, a questão social fortalecia a preocupação com “a infância em perigo, aquela que não se beneficiou de todos os cuidados da criação e da educação almejadas, e a infância perigosa, da delinquência”. (DONZELOT, 1980, p. 92). Com a questão social, criam-se novos termos, estratégias, discursos, e a ciência compõe fortemente esse campo de forças. As lógicas da “boa criação”, do “cuidado” e da educação aliaram-se ao desejo existente de evitar que uma criança pudesse vir a se tornar um problema à ordem social. Assim, o olhar para a “criança em perigo de se tornar perigosa” (RIZZINI, 2011) ganhava cada vez mais força e, com ele, novas práticas eram criadas. Prevenção. Intervenção educativa. Proteção.

Foucault (2008) argumenta que, no decurso da História, teriam existido três modalidades de funcionamento social, três mecanismos denominados por ele de jurídico, disciplinar e de segurança. A partir do século XVIII ganharia força o disciplinar, caracterizado

pelo acoplamento entre um tipo de ação proibida, um tipo de punição e um culpado, havendo ainda a existência de um sistema externo de técnicas adjacentes visando à transformação do indivíduo. Interessava produzir corpos dóceis. Assim, os chamados menores abandonados e os menores infratores foram ganhando destaque e, no início do século XX, surgiram instituições de regime prisional com o objetivo de “recuperar” essa população, de torná-la útil à sociedade. “Para os menores *moralmente abandonados (não viciosos ou pervertidos)*, eram indicadas as ‘*escolas de prevenção ou preservação*’, uma para menores do sexo masculino e outra para as do sexo feminino, situadas dentro do perímetro urbano (1906).” (RIZZINI, 2011, p. 137, grifos do original). Outros equipamentos também foram criados, no centro urbano e rural, com o objetivo de educar moral, cívica, física e profissionalmente essas crianças. A Lei nº 947, de 29 de dezembro de 1902, foi responsável por reformar o Serviço Policial no Distrito Federal, ficando

[...] o Poder Executivo autorizado a crear uma ou mais colônias correccionaes para a reabilitação, pelo trabalho e instrucção, dos mendigos validos, vagabundos ou vadios, capoeiras e *menores viciosos* que forem encontrados e como taes julgados no Districto Federal (BRASIL, 1902, grifo nosso).

Foi no ano de 1920, com a promulgação de decretos que determinavam a construção de instituições para abrigar provisoriamente crianças e adolescentes de ambos os sexos, abandonados ou que tivessem cometido crime ou contravenção, que o cuidado endereçado às crianças e aos adolescentes abandonados e/ou delinquentes tornou-se uma questão legal. Nesse período, surgiu também a categoria específica do *menor*, um referencial jurídico que diferenciava a criança considerada alvo da ação civilizatória, ou seja, aquela que não era contida por uma família considerada habilitada a educar seus filhos, das outras crianças que não eram objeto das intervenções jurídicas. As práticas educativas entravam na cena com o objetivo de afastar as crianças de possíveis atos criminosos, de moldá-las. E o regime disciplinar e educativo começava a disputar o lugar do sistema penitenciário, pondo em jogo uma certa economia da repressão.

No fundo, a economia e a relação econômica entre o custo da repressão e o custo da delinquência é a questão fundamental. [...] Trata-se da emergência de tecnologias de segurança no interior, seja de mecanismos que são propriamente mecanismos de controle social, como no caso da penalidade, seja dos mecanismos que têm por função modificar em algo o destino biológico da espécie. (FOUCAULT, 2008, p. 15).

O Código de Menores, instituído em 1927, aumentou de nove para dezoito anos a idade da responsabilidade penal e, a partir dele, as leis de assistência e proteção aos menores operaram uma expansão na rede pública de assistência aos menores. A questão social ganhava força à medida que eram criadas estratégias nos diferentes setores sociais: leis de proteção e assistência ao menor, tribunais para os menores, novas configurações para instituições de atendimento à infância (asilares e carcerárias), e um sistema de liberdade vigiada, destinado a manter parte dos menores fora do asilo e sob intensa vigilância. É nesse contexto que foram criados os dispositivos de suspensão, perda e restituição de Poder Familiar, o que conferia ao Estado a decisão final acerca de qualquer intervenção que fosse julgada adequada.

O que predominava nessa época era a maquinaria das sociedades disciplinares, ou seja, “uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2014, p. 119), a qual opera dissociando o poder do corpo. Tal política aumenta as forças, em termos econômicos de utilidade, e diminui essas mesmas forças, em termos políticos de obediência, resultando numa relação de sujeição. Todavia, sabe-se que a maquinaria das sociedades disciplinares não era única, tampouco estática, de forma que já sofria mudanças, expressando as transformações da racionalidade política e econômica.

Essa nova correlação entre os mecanismos e procedimentos sociais de poder Foucault nomeou de *dispositivo de segurança*, em que se passa a considerar o cálculo dos custos de um determinado evento, tal como a mortalidade, natalidade, longevidade, índices de suicídio etc., a fim de gerenciar as vidas com o menor gasto possível (FOUCAULT, 2008; ROSE, 2011). Configurava-se aí um novo jogo, no qual as racionalidades políticas e as tecnologias humanas passaram a atuar governando os homens (ROSE, 2011) e gerenciando as formas de vida através de uma economia diferente de governo. A probabilidade emergia como uma nova ciência, cuja importância assentava no cálculo dos diferentes aspectos que compunham a sociedade e na criação de novas práticas que possibilitavam agir sobre tais aspectos. Paralelamente, diversas áreas do conhecimento se dedicaram a pesquisar, quantificar e conhecer o fenômeno em questão, fortalecendo essa engrenagem que visava manter uma certa forma de vida, e, portanto, uma certa forma de infância. Uma infância normatizada e, por conseguinte, menos custosa à administração pública. Trata-se de atuar a partir da noção de população, levando em conta sua multiplicidade, a fim de normalizá-la.

Todavia, não se trata simplesmente de estabelecer o que é normal e desejável, mas

[...] de saber como, no fundo, manter um tipo de criminalidade, ou seja, o roubo, dentro de limites que sejam social e economicamente aceitáveis e em torno de uma média que vai ser considerada, digamos, ótima para um funcionamento social dado. (FOUCAULT, 2008, p. 8).

Para Rose, essa nova forma de organização social implicaria fazer “as autoridades políticas ‘agirem à distância’ sobre os objetivos e aspirações dos indivíduos, das famílias e das organizações” (ROSE, 2011, p. 105). Não mais atuar no controle direto dos indivíduos, reprimindo tudo o tempo todo, mas criar meios através dos quais os indivíduos por si só se regulassem. Este novo jogo de forças configurava uma nova estratégia de governo dos homens; nela, a relação de dominação não mais assume a forma de um escrutínio e de um controle direto sobre os ínfimos detalhes da vida social, institucional e pessoal (ROSE, 2011). Será pelo discurso dos especialistas que os saberes científicos adentrarão o mundo privado, possibilitando o governo dos homens na atualidade.

A análise da produção das políticas públicas brasileiras voltadas à infância permite notar que as intervenções criadas foram fundadas em algumas premissas (RIZZINI, 2011): na classificação das crianças, operada pelos saberes médicos do corpo e da alma; na justiça, com os discursos de proteção da criança e da sociedade; no prevaecimento da educação sobre a punição; e na proposta da filantropia, que prestava assistência aos *pobres e desvalidos*, em associação com as ações públicas. Apesar das mudanças verificadas, ainda hoje esses diferentes saberes estão implicados na produção da lógica da garantia de direitos e da proteção integral à infância.

No início da década de 1960, com a instauração do regime militar, o Estado brasileiro passou a assumir plenamente o papel de interventor e principal responsável pelas medidas referentes à criança e ao adolescente pobre ou infrator. Em pleno regime ditatorial, no ano de 1968, o Fundo das Nações Unidas para a Infância firmou acordo com o governo brasileiro, que assumiu os preceitos da Declaração Universal dos Direitos da Criança de fortalecer a família e a comunidade no cuidado a crianças e adolescentes, dado que estes eram entendidos como sujeitos de direitos. Entretanto, mesmo diante desse acordo, foi aprovado, em 1979, o Código de Menores, cujo público alvo era definido a partir do conceito de *situação irregular*, o qual entendia “a miséria como agenciadora de desestruturação familiar, produzindo e reproduzindo a delinquência e o abandono” (LAZZARI, 2014, p. 20). O Código definia “os menores [como] sujeitos de direito quando se encontra[ssem] em estado de patologia social”

(FALEIROS, 1995, p. 81), tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial. Assim, interessava ao Estado intervir no controle de uma população que se mostrava potencialmente propensa à delinquência.

A década de 1970 foi marcada pelas emergentes iniciativas em defesa das crianças e dos adolescentes. Este seria o início das transformações no sentido de uma lógica da proteção integral à infância e à adolescência através da proposta de resgate da cidadania dessa população. Crianças e adolescentes seriam cada vez mais entendidos como pessoas em uma fase especial do desenvolvimento humano e, portanto, demandariam atenção diferenciada, bem como condições peculiares de atendimento e cuidado. Com o fim da ditadura militar, os movimentos populares em defesa dos direitos de cidadania ganharam ainda mais força. No cenário internacional também ocorriam eventos importantes que preparavam o terreno brasileiro para as mudanças porvir: em 1959 foi publicada a Declaração Universal dos Direitos da Criança; em 1989 houve a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que criava obrigações e deveres aos países participantes.

Nesses anos anteriores à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), os orfanatos eram as instituições que realizavam atendimento em “massa” às crianças órfãs, as quais permaneciam apartadas da sociedade, vivendo nesses lugares porque suas famílias eram tidas como incapazes e desqualificadas para cuidar dos seus filhos (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Assim, permaneciam nessas instituições por muitos anos, morando, estudando e recebendo, inclusive, cuidados de saúde: a vida toda era vivida no interior dessas instituições, até que a maioridade chegasse. Para os delinquentes, a prática de encarceramento era bastante frequente e visava garantir a repressão e a educação daqueles que escapavam à moral vigente.

O ECA, que surge no ano de 1990, após intensos debates e movimentos populares, carregou continuidades e discontinuidades em relação ao Código de Menores. A principal ruptura foi com a categoria do *menor*, dedicada àqueles que se encontravam em *situação irregular*, pois pautou-se no resgate da cidadania e na compreensão de que todos com idade entre zero e dezoito anos estão vivendo uma condição peculiar do desenvolvimento e, por conseguinte, devem ter direitos específicos assegurados pelo Estado. Há, portanto, um distanciamento da noção de periculosidade associada à classe social, “porém, a periculosidade é uma noção que até hoje se mantém na mentalidade jurídica sobre a menoridade” (LAZZARI, 2014, p. 24), como é possível verificar nas práticas destinadas aos adolescentes que cometeram ato infracional. O ECA segue imputando a eles responsabilidade penal, ainda que a Constituição Federal, em seu art. 228, defina como penalmente inimputável a população

com idade inferior a dezoito anos. Rastros da lógica de que se trata de uma população potencialmente perigosa ainda persistem nos dias atuais.

Os muitos Pedros, Rafaelis, Fernandas, Amandas, Paulas, Gabrieis, Brunos,... e suas famílias, com suas histórias singulares, desaparecem sob as camadas de intervenção e a profusão de dispositivos que vão sendo criados, sinalizando a importância deste segmento da população que adquire o estatuto de prioridade. À medida que esses meninos e meninas se tornam visíveis e alvo das políticas, tornam-se visíveis também a ameaça e o risco que eles carregam neles mesmos como signos da pobreza, da precariedade, da vulnerabilidade. Ao longo da constituição das políticas voltadas para a infância, notamos rupturas – já não se fala em “menor abandonado” como no período do Código de Menores, e as estratégias inventadas para intervir nas cenas de ato infracional são diferentes das estratégias existentes para cuidar daqueles que precisam permanecer afastados da família. No entanto, o medo parece ser um elemento de continuidade, espécie de dispositivo silencioso acionado sempre que Pedros, Rafaelis, Fernandas,... cruzam o caminho daqueles que devem fazer agir as políticas e que, em relação a elas, permanecem como um braço do Estado, atuando em direção à lógica da normatização e, muitas vezes, da repressão dessa população.

2.4 O medo e seus efeitos

Atravessada pelo medo, parte da equipe enfrentava, cada vez mais, dificuldades em cuidar de Pedro. Nas relações permeadas por medo, insegurança ou desconforto, o vínculo torna-se fragilizado e o cuidado torna-se *hospitalístico*¹¹, o que leva as intervenções a terem maior chance de fracasso. Os afetos dos profissionais envolvidos no cuidado se sobrepõem à intenção das ações, as decisões tornam-se reativas aos sentimentos e pensamentos daquele que se encontra amedrontado, engendrando um campo em que as intervenções, na maior parte das vezes, deixam de considerar os efeitos produzidos no menino em questão. Além disso, as relações permeadas por conflitos e agressividade tornam-se mais complexas, e acabam por demandar mais trabalho por parte da equipe. Os profissionais, ao sentirem-se ameaçados ou impotentes, muitas vezes, evitam se aproximar dos meninos, por receio de que alguma situação possa colocar sua vida em risco, possa comprometer sua segurança, ou mesmo sua saúde. Ainda que Pedro nunca tivesse agredido ninguém, ainda que ele não fizesse qualquer ameaça, ainda que, com maior frequência, os serviços de acolhimento estivessem recebendo

¹¹ O termo *hospitalismo* foi utilizado por Spitz para designar cuidados relativos à higiene e alimentação, sem a existência de qualquer forma afetiva de relação.

crianças e adolescentes com histórico de uso de drogas, ele era tido como um perigo à espreita.

Desde sua chegada, tentávamos localizar a mãe de Pedro para trabalhar os laços familiares, a fim de possibilitar o seu retorno a Cajati, mas não conseguíamos nenhum contato. Nesse contexto, em que parte da equipe se tornava mais avessa à proposta de cuidar dele, experimentávamos diferentes estratégias para que Pedro pudesse retornar o mais breve para perto de sua casa. Foi se constituindo a certeza de que ele não deveria estar ali. O caminho que se mostrou mais possível e eficaz nessa direção foi notificar o Fórum sobre o acolhimento “errado”, que se deu fora do município de origem, e, com a justificativa do erro, pedir a transferência de serviço. Seria necessário realizar uma forte articulação com a rede de proteção do município de Cajati para que esse processo ocorresse. Mas Cajati não tinha nenhum serviço de acolhimento, então a transferência de Pedro teria que ser feita para o município mais próximo, onde houvesse um Saica. Todos esses aspectos eram levados em consideração no trabalho com Pedro e se transformavam em bastante trabalho para nós: tentar contato com os CTs das regiões vizinhas, ou com os Centro de Referência da Assistência Social (Cras), ou com os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), ou com o Fórum, ou com outro equipamento público; procurar pela família; garantir o recâmbio para o lugar desejado; e, ainda, realizar o acompanhamento do adolescente, propiciando novas formas de vida, bem como tentando impedir seu retorno ao circuito das drogas e da criminalidade.

Além disso, havia uma parte da equipe que não entendia a transferência como uma boa alternativa para o trabalho com Pedro, pois não vivia com ele uma relação permeada por medo e, também, porque considerava ser necessário um tempo maior para que as intervenções pudessem surtir algum efeito. O tempo era um fator que atravessava constantemente a relação dos profissionais com o trabalho. E as divergências na equipe suscitavam ainda mais questões, discussões e, portanto, maiores dificuldades para a realização do trabalho.

A essa altura, Pedro começou a se comportar de um jeito diferente: às vezes, fazia o que havia sido proposto por nós, às vezes, não. Começou a faltar no Cieja e a enfrentar a equipe com posturas mais agressivas. Mantinha uma expressão de braveza, falava de modo mais ríspido e bravo, mas, ainda assim, nunca chegou a agredir ninguém. Com alguns poucos profissionais, Pedro mantinha uma relação de muito respeito e carinho. Conversava sobre sua vida sem medo de dizer das recaídas que havia tido com as drogas e não enfrentava essas pessoas. Com aqueles que se dispunham a conversar, Pedro era sempre muito afetuoso.

Em meio a esse processo, numa ida ao Caps, sozinho, ele não retornou para casa, passando duas noites fora. De madrugada, apareceu novamente no serviço e a equipe que lá estava não autorizou sua entrada, pois ficaram com medo de que ele pudesse “fazer alguma coisa”. Sugeriram que retornasse na manhã do dia seguinte, quando a equipe técnica estaria presente. Como proposto, ele retornou, justificando sua saída sem autorização: dizia ter ido “se acertar com o PCC¹²”, pois o estavam acusando de sumir com drogas – fato este que, segundo ele, não era verdade. Uma regra bastante explícita para os integrantes do PCC é que, se houver assalto, estupro ou extorsão dentro do “Sistema”, o responsável terá que pagar por isso e o pagamento pode ser, inclusive, com a própria vida. Essa história assustou ainda mais parte da equipe, pois dava força ao discurso de que alguém poderia se machucar, principalmente se o PCC descobrisse onde ele morava. Havia ainda os que diziam que o próprio adolescente poderia nos machucar. Dessa forma, um clima de pânico e tensão passou a dominar a relação de parte da equipe com o adolescente por algumas horas. Em momentos como esse, algumas horas duram uma eternidade.

Nesse tempo, foram feitas diversas ligações, reuniões, e-mails foram enviados e, assim, em meio a todos os acontecimentos, a coordenadora do serviço, aquela que detém a guarda de todos os acolhidos, decidiu com a equipe técnica do Fórum que Pedro não poderia mais morar ali e teria, portanto, que voltar para Cajati. A aposta era que, lá, mais perto de sua família, tomariam a melhor decisão para o trabalho a ser seguido com ele. A essa altura, já era 16 horas de uma sexta-feira. Ainda que o CT trabalhe em plantão de 24 horas, as ações mais complexas, como um recâmbio para outro município, demandam articulação com outros equipamentos, tanto para a obtenção de verba e transporte quanto para a autorização da viagem. Por esses motivos, parecia estar anunciado que uma decisão tão importante, sendo tomada na véspera do final de semana, teria poucas chances de se efetivar.

Pedro, quando foi informado sobre o que aconteceria, tentou de muitos jeitos nos convencer a mudar de ideia – pedia desculpas e tentava explicar seus motivos para a fuga, bem como para não querer retornar a Cajati. Cajati não tinha Saica e voltar para lá significava ter que voltar para a casa da mãe ou ser encaminhado para outra cidade ali perto. Nessa conversa, em meio a diversas falas, foi dito por um profissional que ele era um menino muito “mimado e que tinha que aprender a lidar com a família”, por isso deveria voltar ao convívio familiar. Mas em nome de que tomávamos tal decisão? O que significava dizer, naquele

¹² O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma organização criminosa do Brasil que tem estruturado um estatuto, disponível em: <https://pt.wikisource.org/wiki/Estatuto_do_PCC>.

contexto, que ele era um menino mimado? Medo, impotência diante do trabalho, urgências no tempo e lei, outras demandas no serviço igualmente complexas...

Eu e outra profissional do serviço levamos Pedro ao CT em meu carro, porque o Saica estava sem transporte disponível naquele momento: o turno dos motoristas já havia se encerrado. No banco de trás, era possível vê-lo chorando muito, mas pouco espaço foi destinado a escutá-lo, a acalmá-lo ou a acolhê-lo. A máxima “manter o convívio comunitário e familiar” – ou seja, a ação de determinar rapidamente o recâmbio para Cajati, sem que tivesse sido realizado um trabalho de aproximação, conversa, escuta, intervenção, construção de sonhos e projetos etc. com Pedro, muito provavelmente, nessa história, foi mais violento do que se tivesse sido mantido, por ainda algum tempo, o “afastamento do convívio comunitário e familiar”.

Trata-se de uma violência que se expressa não somente na vida de Pedro, mas pode ser vista incorporada pelos profissionais no interior do próprio regime de trabalho, como parte da engrenagem do serviço de acolhimento. Tem-se que o efeito do medo é microscópico e se atualiza nas relações, produzindo ações muitas vezes carregadas de extrema violência. Assim, nas relações de trabalho que se constituíram ali, um dos efeitos da experiência do medo pode ser sentido nos impasses vividos pela própria equipe de trabalho. Foram diversas as ações que foram feitas à revelia.

2.5 Impasses

Desde o início do trabalho naquele Saica, existia um descompasso nas maneiras de a equipe compreender o trabalho e decidir as estratégias para lidar com cada menino e menina acolhido. Era evidente, em muitas ocasiões, que certas formas de pensar o trabalho e, em decorrência, as intervenções realizadas divergiam umas das outras, podendo até, em muitos momentos, haver oposição entre elas. Tal divergência parecia se potencializar quando uma história continha relatos de uso de alguma droga ilícita ou de atos infracionais. Os impasses se materializavam em diferentes cenas, as quais compunham o rol de práticas engendradas no cotidiano do serviço e que não dizem respeito à postura de um profissional em particular, ou ao seu modo de estar naquele lugar; trata-se antes de efeitos microscópicos, efeitos presentes nas relações, e que são produzidos no campo social. Os desconfortos eram produzidos e sentidos, mas pouco se falava deles enquanto material de trabalho.

A primeira pessoa com quem Pedro conversou quando chegou ao serviço fui eu, por um simples acaso. Não havia nenhum “procedimento” instituído na acolhida de novos meninos, exceto o ritual de que alguém da equipe técnica seria responsável por realizar uma primeira conversa com aquele que chegasse. Era uma conversa mais demorada, com o objetivo de fazer o menino ou a menina se sentir acolhido, de apresentar a casa e começar a fomentar a criação de vínculos, bem como uma relação de confiança. Assim, certo dia, tão logo cheguei para trabalhar, recebi a notícia de que Pedro havia sido acolhido na madrugada e, então, efetivando o protocolo, chamei-o para conversar comigo. Queria que ele sentisse aquela casa como dele e, além disso, buscava realizar uma conversa que me permitisse conhecê-lo melhor. Desde o início, ele se mostrou muito aberto e franco, contando seus sonhos e suas fraquezas, suas ambiguidades e, até mesmo, suas “delinquências”. Ele chegou visivelmente afetado pela morte do primo e muito perdido quanto aos rumos que almejava para sua vida. Pedia por ajuda, por um norte, por apoio, e eu pensava que aquele serviço poderia ser um ótimo lugar para ele permanecer por um tempo, até que seus afetos pudessem minimamente “ganhar um contorno” e, assim, ele pudesse voltar a se cuidar, fosse com a mãe ou em outro lugar.

A chegada de Pedro também foi atravessada pelas *falhas* dos equipamentos da rede de proteção. Por exemplo: já há algum tempo, a equipe mais antiga do serviço vinha se incomodando muito com a atuação de um dos conselheiros tutelares que, segundo diziam, “jogava” os adolescentes naquele serviço, sem muito cuidado e, quase sempre, de forma precipitada. Esse conselheiro insistia em levar os meninos mais complicados para lá e a equipe ficava muito incomodada com isso, pois significava ter um trabalho com maiores complexidades e, por consequência, provavelmente com mais dificuldades. Os adolescentes, para os acolhimentos da região, eram tidos como um problema. Com Pedro a situação não era diferente: um adolescente, de fora de São Paulo, com histórico de uso de drogas, sendo acolhido em uma instituição muito longe da família de origem... Todos esses fatores geraram certo incômodo na equipe.

Quando da chegada de Pedro, todos estávamos minimamente em consonância quanto ao trabalho com ele: inserção no Cieja, tratamento no Caps e natação eram estratégias que pareciam poder cuidar dele nesse primeiro momento. Talvez, por isso, nessas primeiras semanas, mesmo quando ele ficava nervoso e falava mais alto, todos da equipe se dispunham a lidar com Pedro: conversavam com ele, impediam-no de fazer algumas atividades, acompanhavam-no em outras. Havia ainda uma tranquilidade e uma aposta de que ele era um “bom menino”. Ninguém gostava, é claro, quando ele ficava mais bravo, mas isso não era um

grande problema, pois outros meninos da casa já haviam tido reações mais agressivas e violentas com a equipe. A virada dessa história parece ter acontecido quando Pedro saiu sem autorização, fez uso de cocaína e voltou para o serviço: foi a partir daí que a lógica do medo pareceu dominar a relação da maior parte da equipe com Pedro.

Nesse período, a sensação de medo não estava presente na minha relação com ele. O vínculo que havíamos construído parecia ser suficiente para me fazer confiar nele e no trabalho que poderíamos construir. E essa forma de relação fazia com que ele me tratasse de forma diferente: raras vezes foi desrespeitoso ou agressivo comigo, procurava-me com frequência para conversar, ouvia o que eu tinha a dizer, sempre muito tranquilo. Esse movimento me fazia acreditar, mais ainda, que, para esse trabalho “funcionar”, é preciso investir nas relações com os meninos. Sem vínculo, confiança, ou afeto, quase nada do trabalho ali é possível. Então, o fato de ele criar essa relação com alguém permitia vislumbrar horizontes potentes de trabalho; ao mesmo tempo, gerava um clima de disputa e rivalidade entre os profissionais.

Assim, quando Pedro começou a quebrar as regras da casa e os combinados que tínhamos com ele, quando voltou a usar cocaína, dormiu fora e foi falar com o PCC, demos conta de que o trabalho com ele não seria tão simples quanto imaginamos no início. Com esses novos movimentos, ficou cada vez mais forte e presente a ideia de recambiar Pedro para Cajati, ou seja, levá-lo de volta para sua cidade, para que fosse mais fácil desacolhê-lo para sua família de origem. Por um lado, outros caminhos pareciam ser necessários antes do recâmbio ser efetivado, por outro, era difícil pensar em quais os caminhos poderiam ser propostos no lugar.

Somava-se a isso o fato de a equipe técnica se reunir com pouca frequência – a nossa reunião deixava de ser prioridade em meio aos muitos acontecimentos importantes que irrompiam diariamente no serviço. Era comum que algumas semanas se passassem sem que a gente conseguisse se reunir para discutir algum caso ou pensar alguma situação. Vivíamos, como é comum dizer nesses serviços, “apagando incêndios”. Assim, eram poucos os espaços constituídos para construir as ações pensadas e elaboradas mais coletivamente, o que hoje entendo ser aquilo que é chamado de *direção de trabalho*. Imersa nesses acontecimentos e sem conseguir compreendê-los como efeito do trabalho, a sensação era de solidão e isolamento no trabalho.

Um dia, Pedro pediu para sair, pois queria encontrar sua namorada na porta da escola onde ela estudava. Era visível que ele estava mais agitado que o normal, não conseguia olhar nos meus olhos enquanto tentávamos combinar sua saída e ameaçava sair mesmo que eu não

autorizasse. Percebendo isso, e em meio a muitas dúvidas, eu, a única da equipe técnica que estava ali naquele momento, sendo portanto a responsável por decisões mais delicadas e complexas, decidi apostar no combinado que fizemos e autorizei sua saída. Concordamos que ele iria até a escola dela e a acompanharia até sua casa, que era um outro serviço de acolhimento, para depois retornar. Eu sabia que ele poderia não voltar no horário combinado, pois ele mantinha intensa relação com a rua e com as drogas, mas, ainda assim, decidi apostar. Nesse dia, ele não voltou como havíamos combinado, e como eu havia previsto. Chegou horas depois do que havíamos decidido e isso tornou o cenário ainda mais complexo: intensificou as dúvidas quanto à relação de confiança estabelecida, dificultando que novas apostas fossem feitas.

No dia seguinte, tentamos conversar, mas ele pouco falava. Dizia somente que estava difícil permanecer ali dentro e que ficar com Tatiana, sua namorada, fazia muito bem para ele. Alguns dias depois, em saída para o Caps, foi sozinho, em virtude da ausência de um motorista da casa que pudesse levá-lo e de um educador que pudesse acompanhá-lo. Ele foi e não retornou. A essa altura, já se tornava mais forte para parte da equipe a ideia de que era necessário fazer o recâmbio de Pedro para Cajati, pois o serviço não estava conseguindo cuidar dele. Havia divergências na concepção de cuidar. A perspectiva de recambiá-lo estava alicerçada no cuidado voltado para o serviço (fosse com meninos e meninas acolhidos, ou com a equipe): Pedro não estaria fazendo um bom uso do serviço, não estava cumprindo as regras, o que poderia pôr alguém em risco; e, por esses motivos, não faria sentido que ele permanecesse ali. Foi baseado nisso que um primeiro relatório solicitando seu recâmbio foi mandado à Vara da Infância.

Havia uma aposta de que a demora do Fórum no encaminhamento dos processos, tal como vivíamos em outras situações, poderia, nesse caso, se tornar um importante álibi em favor do desejo de seguir o trabalho com ele ali. Nessa demora, talvez, fosse possível conquistar novas perspectivas no trabalho, para Pedro, com toda a equipe. Não estávamos fazendo o nosso trabalho de acolher, cuidar, proteger e, também, de articular estratégias para o retorno ao convívio familiar, pois era preciso tempo e processo para que a ida para a Cajati pudesse acontecer...

Dois dias depois de sua saída sem autorização, logo pela manhã, eu havia ido numa reunião escolar. Quando retornei ao serviço, vi que ele estava sentado na entrada da casa, cabisbaixo, e me aproximei para conversar. Ele dizia que teve que fugir para “se acertar com o PCC”, pois o acusavam injustamente de ter roubado drogas. Foi uma conversa rápida. Em seguida, me reuni com o restante da equipe e descobri que a decisão de que ele não ficaria

mais ali já havia sido tomada. O Fórum tinha sido notificado em conversa telefônica para agilizar, bem como o CT. Impasse difícil, pois havia discordâncias na equipe sobre aquilo que cada um entendia que seria ainda possível fazer.

Queriam que eu conversasse com ele sobre a decisão que tomada, o que me colocou num impasse maior ainda: ao mesmo tempo em que não queria falar com ele sobre essa decisão, a decisão havia sido tomada e as preocupações relacionadas à Pedro, ao cuidado com ele, pareciam mais importantes do que as divergências entre a equipe. Foi um dos momentos mais difíceis vividos naquele serviço. Enquanto eu falava, ele olhava e percebia que eu não estava de acordo com o que eu mesma dizia.

Esse momento da história de Pedro permite entrever que algumas circunstâncias vividas no ambiente de trabalho do serviço de acolhimento extrapolam radicalmente o que poderia ser simplesmente entendido como uma situação “profissional”. Os vínculos criados, a compreensão do trabalho que se pretende realizar, as frustrações e as impossibilidades marcam a trajetória de adultos e crianças ali dentro, e produzem uma série de pensamentos e afetos que não somente interferem nas ações, mas atuam também na produção de sofrimento no trabalhador.

O início do trabalho num Saica, principalmente quando se é recém-formado, coloca os profissionais diante de situações muito complexas, marcadas por intenso sofrimento, o que exige paciência, muita reflexão, tempo e estratégias de “autocuidado” que possibilitem enfrentar cada uma das histórias que chegam ao serviço. E que, dessa forma, possam garantir um trabalho que não reproduza ainda mais violências sobre vidas que já foram violentadas. E que também permitam dialogar com os muitos atores presentes nessas práticas e que se baseiam, bem como se constituem na articulação com diferentes e não raro divergentes modos de pensar.

A cena que seguiu foi Pedro sendo levado ao Conselho Tutelar, no meu carro, porque não havia mais motorista na instituição naquele dia e horário. O carro dos profissionais do serviço, às vezes, era utilizado para ajudar em alguma situação do trabalho, mas isso ocorria apenas nas situações mais urgentes. Ironia da vida: meu carro era o único meio de transporte disponível naquele momento. No caminho, pelo espelho retrovisor, era possível ver Pedro chorando muito. Ao mesmo tempo, a assistente social, que nos acompanhava, falava de qualquer coisa relacionada à sua vida. Falava tanto que não podia ouvir o choro silencioso de Pedro. Muda, fiquei também paralisada: não sabia o que fazer. O desconforto de criar ainda mais impasses na relação com ela me emudeceu.

O sofrimento decorrente das condições de um trabalho como esse, somado a experiências difíceis nele experimentadas, falta de preparo, necessidade de fundamentações teóricas, espaços de reflexão etc., são aspectos intensamente presentes na atuação com as vidas acompanhadas no serviço. E são aspectos que atuam, muitas vezes, produzindo sofrimento também na vida daqueles que devemos *cuidar e proteger*.

2.6 De mão em mão

Chegando ao Conselho Tutelar, deixamos Pedro com um dos conselheiros do plantão, o qual ficaria responsável pelo encaminhamento à Cajati. Três dias mais tarde, Pedro apareceu na casa dizendo que tinha ido para outro Saica em São Paulo, para uma Casa de Passagem, e já tinha fugido de lá. Ele tinha sido encaminhado para esse outro serviço porque o CT não tinha verba disponível para realizar o recambio para Cajati e nem havia previsão de quando a verba estaria disponível. Pedro dizia não ter gostado desse outro serviço e, por isso, decidiu retornar para Taboão e tentar morar com algum de seus amigos. Ao longo de algumas semanas, dia sim, dia não, ele nos telefonava para contar como e onde estava, e isso parecia sinalizar vínculo com aquele serviço. Tínhamos notícias dele também por outros meninos, que o viam pelo bairro, e eles diziam que Pedro anunciava querer matar a coordenadora pelo que ela tinha feito com a vida dele. Assim, a maior parte da equipe sentia medo de atendê-lo ao telefone e conversar com ele.

Depois de alguns dias sem nenhuma notícia, Pedro voltou a ligar dizendo que tinha sido levado para um abrigo no Ipiranga contra a sua vontade e, por isso, mais uma vez, decidiu fugir. Desta vez, praticou um furto e, com um dinheiro que havia roubado, voltou sozinho para Cajati. Na ligação, contou que havia decidido ir para perto da sua família, pois queria tentar ficar ali novamente. Pudemos conversar com sua mãe, que contou da alegria de ter Pedro de volta, desabafou sobre a dificuldade que o filho enfrentava na relação com o padrasto, e da preocupação que tinha com o menino por conta dessa situação. Essas notícias, somadas à fala interessada dessa mãe no cuidado de Pedro, alegrou a todos da equipe do serviço, pois achávamos que a vida de Pedro poderia tomar novos rumos. Uma ilusão... Pouco tempo depois, Pedro já não estava mais em Cajati. Havia pegado carona de volta para São Paulo e, segundo familiares seus, teria sido visto em Taboão da Serra, local onde sua história pelas mãos institucionais começou.

3 FAMÍLIA SANTOS: DO ABANDONADO AO SUJEITO DE DIREITO - REPRODUÇÕES E RUPTURAS

*O tempo todo te fazem lembrar
Qual é o seu papel e onde você deve estar*

(Vagner Souza)

Num bairro qualquer do município de São Paulo, alguns quarteirões abaixo de uma avenida bastante movimentada, havia uma casa, às vezes muito mais barulhenta que as outras da região. Era uma casa com três andares e um portão verde-bandeira fechando a garagem inteira, garantindo a privacidade dos moradores, pois impedia quem estivesse na rua de ver o que se passava ali dentro. O último andar era um terraço e, de fora, notava-se que algumas partes eram fechadas com grades. A casa de portão verde não era em nada diferente das outras do bairro, exceto para os que sabiam que ali funcionava um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Saica).

A regulamentação de que o Saica deve “ter aspecto semelhante ao de uma residência e [deve] estar inserido na comunidade, em áreas residenciais” (BRASIL, 2009c, p. 63) existe desde junho de 2009, quando da promulgação das *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. A indicação deste documento é que o serviço contemple algumas especificações, tais como: ser de fácil acesso às famílias; proporcionar às crianças e aos adolescentes acolhidos o desenvolvimento e a circulação na comunidade; ofertar atendimento personalizado e semelhante a um ambiente familiar, dentre outros aspectos que têm o objetivo de promover cuidado e de possibilitar o retorno à convivência familiar e comunitária daqueles que se encontram acolhidos.

A proposta de um Saica é comumente desconhecida pela população e, portanto, demanda que o trabalho desenvolvido ali seja recorrentemente apresentado e compartilhado de maneiras as mais diversas, a fim de que se possa romper estereótipos e preconceitos existentes em relação à população atendida. Este é um aspecto que, entendido como parte importante do trabalho, possibilita a construção de novas formas de relação com as crianças e os adolescentes. Por exemplo, a vizinhança sabia que ali era um “abrigo”, ou um “orfanato” – como algumas pessoas às vezes insistiam em chamar a casa. E não era incomum haver falas na vizinhança afirmando que “ninguém queria aqueles meninos morando ali no bairro” ou que

“eram meninos delinquentes”. O rastro de uma cultura do “menor perigoso” se fazia presente também na relação com a comunidade na qual o serviço estava inserido.

Somado a esse aspecto, havia ainda outro: uma casa com vinte crianças e adolescentes raramente é tranquila ou silenciosa. Assim, o vizinho da esquerda frequentemente reclamava do barulho, da gritaria, da bagunça; o da direita, por ser a última casa da rua, queixava-se um pouco do barulho e bastante quando algum menino resolvia passar pelo seu telhado para sair do Saica sem autorização. Não era sempre, mas acontecia esporadicamente de os meninos mais velhos, principalmente aqueles que tinham vivências intensas com drogas, decidirem sair do serviço sem a autorização de um adulto. E acontecia também de, eventualmente, ao andarem pelo telhado da casa, provocar a quebra de parte das telhas, resultando em infiltração numa casa onde morava apenas um casal de idosos. O diálogo com todos os vizinhos tinha que ser constante: a bagunça provocada por vinte crianças e adolescentes morando numa mesma casa e os estigmas existentes exigiam a invenção de estratégias cotidianas, por parte da equipe, para cuidar das relações e dos acontecimentos. E esta era uma parte do trabalho que, por vezes, tornava-se difícil e cansativa, dado que exigia ações constantes que fossem capazes de intervir em concepções já muito cristalizadas.

Algumas ruas distante da casa, na avenida principal, havia um fluxo intenso de ônibus, que levava a população ao centro da cidade ou a bairros ainda mais periféricos; e, em frente ao ponto de ônibus, uma padaria enorme, dessas típicas da cidade de São Paulo, que chamava atenção por ter sempre muito movimento – e produtos caros. O bairro, bastante residencial, concentrava algumas escolas públicas da região, a Unidade Básica de Saúde e, muito perto, uma favela; além disso, havia ainda, nas redondezas, uma creche municipal e uma praça com campo de terra bastante disputado aos finais de semana pela molecada do bairro, para jogar futebol.

Na praça, além do futebol, havia mesas para jogar dama ou xadrez, aparelhos de ginástica e um trânsito corriqueiro de pessoas. Ali também ficavam alguns meninos e homens que, todos sabiam, desempenhavam “*funções*” para o tráfico, mantendo a ordem da praça e garantindo o fluxo de compra e venda de drogas. Às vezes, havia polícia na praça e, raras vezes, a presença dela significava um problema. O clima era, no geral, harmonioso e controlado, ainda que fosse pelo tráfico. O circuito de drogas ilícitas tão próximo preocupava a equipe, principalmente quando alguém com histórico de uso chegava ao serviço, mas isso não era um impeditivo para as idas dos moradores da casa à praça.

Certo dia, três irmãos chegaram ao serviço transferidos de outro Saica. A família “Santos”, como foi apelidada, era composta pelos irmãos Lucas (12 anos), Rafael (15 anos) e

Douglas (16 anos). Eles haviam sido acolhidos pela primeira vez há seis anos, e a chegada em nosso serviço concretizaria a entrada dessa família na quinta instituição de acolhimento, ou seja, o quinto lugar onde teriam que morar. Eles estavam sendo transferidos porque o serviço onde moravam seria fechado pelo Ministério Público, em razão da condição irregular de funcionamento. Os quatro serviços anteriores por onde passaram também foram fechados, circunstância esta que impôs aos irmãos um trânsito por diferentes lugares. O fechamento de serviços, tal como vivenciado pela Família Santos, é parte do movimento de mudanças que as instituições sofrem, e que perfazem sua existência na história, seja em razão das variações de um sistema de pensamento, seja porque, quando se trata do campo das políticas públicas, há a interferência direta da entrada e saída de diferentes gestões, experiência que o serviço público vivencia de forma recorrente.

São variados os fatores que culminam no fechamento de um serviço de acolhimento institucional, como, por exemplo, quando as condições estruturais da casa não estão de acordo com as normativas vigentes, ou quando há circunstâncias de violência protagonizadas pela equipe e também pelos próprios meninos e meninas. Em ambos os casos, um aspecto coincide: é mutável o conjunto de fatores que delimita o que se entende como aceitável ou não na prática voltada às crianças e aos adolescentes, de forma que, cada época, produz concepções diferentes em relação às premissas que sustentam a existência de um serviço tal como o Saica.

3.1 Órfãos, depositados, abandonados e menores em nosso presente

Orfanato procura doadores de cafuné, carinho e amor para crianças que esperam adoção. (CARVALHO, 2016, s/p).

Crianças de orfanato podem passar o Natal com famílias de Araraquara, SP: 'Tios do Passeio' foi criado há mais de 10 anos pelo abrigo Renascer. Projeto ajuda internos a ter fim de ano mais feliz; veja como participar. (G1, 2016, s/p).

Em uma perspectiva longitudinal, é possível notar, na história brasileira, mudanças relacionadas ao trato dispensado à criança e ao adolescente. Tais mudanças não são estanques, e compõem um cenário de forças em constante embate. Trata-se, portanto, de cenários transientes e processuais, não entendidos aqui como história-progresso, história-em-desenvolvimento (FOUCAULT, 2003). Na história das políticas públicas brasileiras voltadas ao que hoje se entende como infância, todavia, um traço parece persistir: é para *certa* parcela

da população de crianças, e também de adolescentes, que esses mecanismos foram sendo inventados; é para pessoas tais como os irmãos da Família Santos.

As noções de abandono, cuidado, proteção, família, violência e também negligência, longe de estáveis e universais, mudam no tempo e no espaço, tal como visto anteriormente, segundo cada cultura e cada época e permanecem ressoando no interior das práticas. Assim, os excertos acima, retirados de reportagens publicadas no ano de 2016, provocam estranhamentos diversos: falar em “orfanatos”, como se eles ainda existissem; procurar por “doadores de cafuné, carinho e amor”, como se toda criança acolhida precisasse de afeto e o quisesse “receber” de qualquer pessoa; tratar a criança como se sua vida não tivesse nada além da fatídica espera por uma família adotiva; ou prometer felicidade através dos “Tios do Passeio” *versus* afirmar a infelicidade por estar numa instituição na noite de Natal. Tais ideias, implícitas nos enunciados, indicam a persistência, no presente, de traços da lógica da orfandade e da caridade, bem como da cultura do *menor em perigo e perigoso*, já vista no capítulo anterior.

Para compreender como tais noções permanecem ressoando, propõe-se acompanhar como as mudanças ocorreram e carregam a história. Inicialmente, serão apresentadas duas práticas bastante distintas, de momentos distintos também. A proposta é, num único golpe, evidenciar uma diferença quase radical na forma de compreender e tratar as crianças. Busca-se, com isso, dar força a uma ideia bastante importante aqui: de que a análise da História carrega o risco de que os acontecimentos sejam julgados através da lente de saberes e valores do mundo presente, pois as práticas de um determinado momento são somente inteligíveis em relação aos axiomas que o regem (DONZELOT, 1980).

Assim é possível olhar para o período da fundação de Roma, quando o infanticídio era tido como uma prática comumente empenhada e aceita:

As Leis de Rômulo [no século VIII a.C.] - legislação romana mais antiga, vigente até o Período Imperial - impuseram aos pais o dever de criar todos os filhos homens, mas só a primeira filha mulher. Na cidade, existia a Coluna Lactaria, destinada à exposição de crianças. Eram abandonadas ali, em grande número, as meninas e também meninos ilegítimos, deformados, ou cujo nascimento fora acompanhado de maus presságios. Poucas eram recolhidas por estranhos, para serem criadas como escravas. A maioria das crianças era deixada dentro de cestas, para morrer, expostas à intempérie, à fome, ou eram devoradas por cachorros e porcos. (CORAZZA, 2011, p. 3).

Recolher crianças abandonadas para serem criadas como escravas; deixar crianças em cestas para morrer; ou, dever de criar filhos homens, mas só a primeira filha mulher são

práticas que, se encontradas nos dias atuais, seriam alvo de intervenções jurídicas em nome do cuidado à criança e à família. Isso porque a necessidade da mãe e do pai em fazer a criança viver foi se constituindo em um afeto hegemonicamente presente. “Arrancar uma criança da doença e da morte prematura, recusar a desgraça tentando curá-la, passa a ser a angústia dos pais, sobretudo a partir do século XVII” (TRINDADE, 1999, p. 3). Paradoxalmente, ainda no final do século XIX, verifica-se que a morte da criança não era vivenciada com muito sofrimento e a hipótese de alguns autores é de que isso ocorria “devido à identificação da criança morta ao ‘anjinho, puro e ainda intocado pelo pecado’” (TRINDADE, 1999, p. 4), o que produzia a experiência da morte infantil como uma espécie de credencial divina. Encontra-se, portanto, a necessidade de fazer viver – mesmo que se perceba a presença de pouco sofrimento operando a relação com a morte da criança.

Ainda que tais circunstâncias soem contraditórias, é preciso lembrar que, ao aproximar o olhar dessas práticas, principalmente daquelas presentes nos últimos séculos, há importantes diferenças no trato com crianças de grupos sociais específicos, tais como os pobres, os negros e as mulheres (DONZELOT, 1980; TRINDADE, 1999; PATTO, 2015). Além disso, as datas acima, nada lineares, reforçam a ideia de que o fluxo das mudanças não corresponde a uma lógica do progresso e do desenvolvimento; ao contrário, permite entrever a agonística inerente ao embate de diferentes formas de pensamento que constituem uma mesma época. Todavia, nesse embate, há forças que se fazem hegemônicas: *fazer morrer*, num primeiro momento; e, *fazer viver*, neste último recorte histórico.

Atreladas a tais práticas, as variações presentes operam também no campo da afetividade e expressam a própria variação dos processos de subjetivação (MANSANO, 2004, p. 114). *Angústia e culpa*, facetas individuais dos afetos, marcam fortemente as relações entre mães, pais e filhos no tempo presente, engendrando formas de vida em proveito de fazer viver a criança.

Corazza (2011) convida a olhar para essa discussão destacando uma ideia que ajuda a compreender a relação entre a necessidade do *fazer viver* e o pouco sofrimento quando da morte da criança. Ainda através da perspectiva da invenção da infância, a autora retoma a premissa de Ariés de que a infância foi inventada no século XVII, e a de Neil Postman que afirma o seu *desaparecimento*, para apresentar a tese de que a infância

[...] nunca foi verdadeiramente assumida, efetivada, praticada, como uma idade, etapa, ou identidade específicas. Em outras palavras, defend[e] que nunca existiu, de fato, em nossas práticas culturais, sociais e mesmo subjetivas, a tal aurora de nossas vidas. (CORAZZA, 2011, p. 5).

O infantil, associado desde sua emergência a outras *espécies infames*, teria sido atrelado a uma forma predominante de sujeição, submissão, controle e dependência a um *Sujeito-Modelo*, que é o Adulto.

O que aconteceu, na história da infantilidade (cf. S.M. Corazza, História da infância sem fim, Unijuí, 2000), é que, pelas condições de proveniência e de emergência do infantil, ele especificou-se, constituído por estratégias que subordinaram a sua identidade. Que a distribuíram junto a outras individualidades, também nascidas débeis, secundárias, insignificantes, anormais: as dos loucos, pobres, doentes, mulheres, negros, velhos, criminosos, feiticeiras, homossexuais, marginais, deficientes, prostitutas. (CORAZZA, 2011, p. 6).

De toda forma, ainda que essa discussão não seja o foco do presente trabalho, ela é fundamental para dar luz aos embates presentes na relação com a criança nos dias de hoje. E, embora haja novos arranjos, verifica-se a força do *fazer viver* as crianças através de diferentes dispositivos inventados: a prioridade e as especificidades da infância, e a mais recente, denominada *primeira infância*, ancoradas nos discursos científicos e atreladas às diferentes políticas públicas. Tais dispositivos reiteram a responsabilidade das mães e dos pais, e afirmam esse lugar em que eles são constantemente colocados. A existência da Família Santos no Saica permitirá entrever algumas dessas questões. O lugar que foi sendo atribuído pelos profissionais ao pai e à mãe dos irmãos, os afetos engendrados nas relações familiares e os processos de subjetivação existentes são alguns dos aspectos que contribuirão para essa discussão mais adiante.

Por ora, ao retornar à história brasileira, e seu movimento de mudanças e ressonâncias no que se refere ao trato com a criança, a primeira parada é no período colonial: os registros daquela época mostram que foram raros os documentos abordando a temática da criança, sendo ela uma figura pouco mencionada nas correspondências entre metrópole e colônia (DEL PRIORE, 2004). Se nas produções escritas o tema dos infantes era praticamente inexistente, no campo das práticas, todavia, sabe-se que o trato com meninos e meninas afastados do convívio familiar surgiu no processo de colonização do Brasil com o projeto português de educação e catequese das crianças indígenas. Os chamados curumins eram então retirados de suas tribos e abrigados nas Casas de Muchachos, para aprender a língua, a religião e a cultura portuguesa. Nessas casas, também eram recebidos órfãos e enjeitados, vindos de Portugal, que aprendiam rapidamente a língua nativa, tornando-se importantes auxiliares nesse projeto de catequização. Com tais práticas, almejava-se a eliminação dos

costumes e daquilo que hoje compreendemos como cultura indígena e que na época era tido apenas como selvageria, ou seja, eram modos de vida considerados inferiores à cultura europeia: “o regozijo era generalizado quando os meninos [índios] passavam a abominar os costumes de seus pais.” (DEL PRIORE, 2004, p. 60). As Casas de Muchachos, criadas no período entre 1550 e 1553, e custeadas pela Coroa portuguesa, seriam, segundo Spostai (2004), a protoforma dos abrigos e internatos educacionais que existem ainda hoje.

Entretanto, foi no período da colonização que o ato de *expor* as crianças foi introduzido no Brasil pelos brancos europeus (BAPTISTA, 2006, p. 22). Com a vinda de muitos portugueses homens para o país, e com as relações estabelecidas por eles com índias e escravas, muitas foram as crianças que nasceram desse encontro “ilegítimo”. Em decorrência disso, a prática do abandono começou a ganhar força nessa época, aumentando o número de meninos e meninas que, então, entravam em contato com diversas circunstâncias que colocavam suas vidas em risco. As Casas dos Expostos foram as primeiras instituições no Brasil cujo propósito era preservar a vida da criança considerada abandonada. Tais instituições surgiram num contexto em que a noção de criança abandonada estava circunscrita apenas à criança recém-nascida.

Esses termos [“exposto” e “enjeitados”] correspondiam ao tipo de abandono mais comum para o período, qual seja, o de recém-nascidos, e se consubstanciavam nas práticas de enjeitar as crianças expondo-as em locais onde seriam, muito provavelmente, recolhidas. Os locais mais comuns eram as igrejas e conventos e, mais tarde, as “rodas dos expostos”. (TRINDADE, 1999, p. 4).

Criadas no século XVIII, as Casas dos Expostos seguiram, segundo Viegas (2007), a tradição europeia: uma “Roda dos Expostos” foi instalada nas Santas Casas de Misericórdia – em Salvador (1726), no Rio de Janeiro (1738), em Recife (1789) e em São Paulo (1825) –, com o objetivo de que as crianças fossem depositadas sem restrição e sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada. Assim, com o objetivo de preservar a vida dessa população, e criada para proteger a honra da família, o sistema da Roda se constituiu, e seu funcionamento sigiloso acabou por favorecer a chegada de um grande número de crianças.

Donzelot discorre sobre o sistema da *Roda*, no contexto francês, de forma bastante perspicaz, ao discutir a relação entre Estado e família:

Nada de mais exemplar nessa reviravolta da relação Estado-família do que a história dos hospícios para menores abandonados. [...] Trata-se de um cilindro cuja superfície lateral é aberta em um dos lados e que gira em torno do eixo de altura. O lado fechado fica voltado para a rua. Uma campanha

exterior é colocada nas proximidades. Se uma mulher deseja expor o recém-nascido, ela avisa a pessoa de plantão acionando a campainha. Imediatamente, o cilindro, girando em torno de si mesmo, apresenta para fora o seu lado aberto, recebe o recém-nascido e, continuando o movimento, leva-o para o interior do hospício. Dessa forma o doador não é visto por nenhum servente da casa. E esse é o objetivo: romper, sem alarde e sem escândalo, o vínculo de origem desses produtos de alianças não desejáveis, depurar as relações sociais das progenituras não conformes à lei familiar, às suas ambições, à sua reputação. (DONZELOT, 1980, p. 30).

Respeito à vida e respeito à honra familiar. Um dispositivo que foi inventado, portanto, como forma de agir sobre o crescente nascimento de crianças indesejáveis, fruto de relações ilegítimas, buscando garantir suas vidas. Assim também ocorreu no cenário brasileiro. Aqui, durante o período colonial até o século XIX, poucos eram os registros existentes abordando a temática das crianças e, assim, muitas eram as lacunas, fato este que parece ser efeito da alta taxa de analfabetismo e da dependência administrativa do país em relação a Portugal. Ainda assim, estudos permitem afirmar que, no que diz respeito à criança, até o final do século XIX, há similaridade entre procedimentos adotados no Brasil e na Europa, como França e Portugal (TRINDADE, 1999, p. 5). Para Marcílio (1998), a característica brasileira dos abandonos foi a “ilegitimidade” da afiliação e não a “exposição”; além disso, verifica-se uma importante diferença: a existência da escravidão no Brasil. Tal fato produziu um outro uso da Roda pelas mães escravas, que viam nela uma oportunidade de livrar seus filhos da escravidão.

O sigilo das Rodas operava produzindo a lógica da orfandade, porque interrompia o vínculo de origem dos bebês ali depositados e porque, dessa forma, produzia vidas desprovidas de informações sobre sua história. Eram, portanto, vidas cujas narrativas estavam permeadas por lacunas, as quais também estão intensamente presentes nas histórias acompanhadas pelos serviços de acolhimento, tal qual será possível vislumbrar ao adentrarmos, mais adiante, nos interstícios da história da Família Santos. Por enquanto, intenta-se destacar aqui os rastros do sistema da Roda nas práticas de cuidado e garantia de direitos às crianças e aos adolescentes. Tal mecanismo, criado para tratar das crianças abandonadas, acabou por produzir ainda mais abandono, pois foi crescente número de crianças ali depositadas (RIZZINI, 2011; TRINDADE, 1999; MARCÍLIO, 1998). A enorme precariedade das instalações das Casas de Misericórdia tornava as condições de vida extremamente prejudicada nesses lugares, o que provocava a presença intensa de doenças e de mortes, principalmente entre crianças com menos de um ano de idade. Moreira de Azevedo escreve ao imperador Pedro I:

A primeira vez que fui à Roda dos Expostos achei, parece impossível, sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuários. Pedi o mapa, e vi que em treze anos tinham entrado perto de doze mil crianças, e apenas tinha vingado mil, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente onde elas se achavam. (MARCÍLIO, 1998, p. 151).

Kuhlmann Junior e Rocha (2006) apontam as preocupações e as dificuldades enfrentadas pelos Mordomos dos Expostos, que eram as pessoas que administravam o Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Os autores entraram em contato com os Relatórios¹³ enviados por tais Mordomos no período compreendido entre 1896 e 1950. Nesses documentos, identificaram frequentes alusões ao elevado índice de mortalidade dos expostos, bem como às condições precárias em que viviam as amas; a baixa remuneração recebida por elas também era alvo da preocupação de alguns mordomos (KUHLMANN JUNIOR; ROCHA, 2006, p. 603). Diante da dificuldade de cuidado por parte das amas e também das irmãs, e sendo bastante expressivo o número de mortes constatadas nas Casas dos Expostos, é possível afirmar que tais instituições provocaram um duplo abandono, seja porque o número de crianças ali deixadas aumentou drasticamente nesse período, definindo um abandono praticado pela família, seja porque no interior mesmo dessas instituições as crianças eram abandonadas à própria sorte.

As Casas dos Expostos eram instituições ancoradas na prática caritativa da igreja católica, cuja lógica, a da compaixão, era um dos elementos necessários para a salvação da alma do cristão. Nem a Igreja tampouco o Estado assumiram diretamente a responsabilidade desse atendimento, mas estimularam de forma indireta as confrarias e irmandades, as quais assumiram o assistencialismo a essa população. Em 1828, com a Lei dos Municípios, a Assembleia Legislativa Provincial tornou-se responsável por arcar com as despesas dos expostos junto às Misericórdias (ARANTES, 2010, p. 7). Neste período, a Roda era oficializada como um serviço do Estado. Ainda assim, a assistência à criança só era possível mediante a coleta de recursos entre aqueles que os possuíam.

O elevado número de mortes entre os expostos e o alto custo de manutenção das Casas, dentre outros fatores, fez com que, na década de 1950, mais de duzentos anos após a

¹³ “O Relatório do Irmão Mordomo do Asilo dos Expostos era encaminhado ao provedor para, ao lado dos demais departamentos da Santa Casa de Misericórdia, compor a publicação do relatório anual apresentado à mesa conjunta daquela instituição. Em geral, o Relatório da Mordomia era composto por duas partes. Na primeira, o mordomo fazia balanços da trajetória da instituição e prestava contas da movimentação financeira, das crianças institucionalizadas, da manutenção e reformas nos prédios, dos trabalhos nas oficinas, dentro e fora do asilo, de atividades do cotidiano das crianças. Na segunda parte, o médico do asilo ocupava-se das amas, do sistema da roda dos expostos, das doenças e dos óbitos de asilados. Às vezes, anexavam-se relatórios e textos das professoras, da assistente social e de outros.” (KUHLMANN JUNIOR; ROCHA, 2006, p. 598).

criação da primeira Roda, esse dispositivo deixasse de existir. A prática do abandono, todavia, não cessou com o fechamento das Casas dos Expostos, mas foi ganhando, assim, novas configurações. O sigilo deixava então de ser corrente na prática do abandono, de forma que foram sendo exigidas das pessoas responsáveis pelo abandono informações precisas sobre o nascimento da criança. Esse era um fator importante relativo à mudança do cenário das práticas com as crianças, pois evidenciava um movimento que ganhava cada vez mais força: aos poucos, passava-se a considerar o abandono como um ato de depravação dos costumes e a morte de meninos e meninas tornava-se uma grande problemática. A criança começava a ter novos sentidos para a sociedade.

Se antes se almejava garantir minimamente a sobrevivência dessas crianças, a fim de designá-las para o exército, quando meninos, e para a Irmandade ou para o casamento, no caso das meninas, lentamente, entra em cena a lógica da educação. Tal lógica foi assumindo um lugar determinante nas práticas de atendimento à infância, pois operava com vistas a “educar pelo trabalho e para o trabalho” (TRINDADE, 1999, p. 11), de modo que os processos educativos emaranhavam-se às necessidades econômicas.

Em paralelo, vê-se que o abandono deixou de ser exclusivamente de bebês; crianças e adolescentes eram cada vez mais presentes nesse cenário, ganhando destaque uma nova perspectiva, a de “questão social” ou “problema social”, engendrando aqui o que se denominou de “menores abandonados”. As instituições destinadas a atender tal população adquiriram um caráter correccional e educacional: havia a necessidade de controlar o espaço social e, simultaneamente, transformar o menor, normatizá-lo. Assim, vê-se “completado o processo de metamorfose que transformou as crianças inocentes e desprotegidas em menores que devem ser salvos e formados para exercer seus papéis de futuros cidadãos” (TRINDADE, 1999, p. 13).

No entanto, dada a necessidade de “salvar o menor”, ficava cada vez mais evidente uma dicotomia que operava entre o que seria considerada a infância moralmente abandonada e os menores delinquentes. Assim, novos equipamentos visando proteger crianças e adolescentes foram ganhando forma, de maneira que mudaram também as concepções que fundamentavam as práticas de tais instituições. A proposta passa a se dividir: ao “delinquentes”, instituições educativo-correcionais; aos que estavam em situação de “risco e vulnerabilidade”, instituições de proteção para garantir o seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, as famílias pobres tornaram-se centrais às políticas públicas de atendimento, tanto da esfera da assistência quanto de segurança. Entendida como lócus privilegiado de desenvolvimento, a família seria responsabilizada por expor seus membros a riscos e a

possíveis situações de periculosidade. “A família [tornou-se] alvo prioritário de políticas e unidade privilegiada de proteção social” (SARAIVA, 2016, p. 29).

Mais recentemente, diante da premissa de que os serviços deveriam realizar um trabalho cada vez mais personalizado de atendimento, na tentativa de reproduzir um cotidiano similar ao de um ambiente residencial, os chamados orfanatos já não mais correspondiam às demandas legais, pois estavam sendo configuradas novas diretrizes para o funcionamento dos serviços. O objetivo de tais mudanças, propostas pelo ECA, caminhava na direção de romper com um passado em que crianças e adolescentes permaneciam, legalmente e por tempo bastante prolongado, vivendo em instituições e afastados da vida comunitária e familiar. Nesse contexto, ao invés de acolher dezenas de crianças, ficou determinado que a capacidade máxima de atendimento fosse de 20 meninos e meninas, o que impôs aos serviços a redução de sua clientela¹⁴. Como efeito disso, muitas das crianças acolhidas tiveram que ser realocadas em outros serviços, o que provocou um intenso processo de mudança nas suas vidas.

Este é um, dentre os muitos exemplos, de que as palavras escritas na lei, e cada mudança no discurso, interferem direta e diariamente na cama onde cada menino e menina dormem, nos vínculos criados, no bairro aonde vão se desenvolver e por onde vão circular, na comida com a qual irão se alimentar, nas brincadeiras com as quais vão se divertir etc. A mudança de serviço, de escola, de amigos, de relações, tudo isso foi o que viveu a Família Santos como efeito das pequenas variações legais dos últimos anos.

Diante das mudanças legais que afetam a constituição dos serviços de acolhimento, crianças e adolescentes sentem, nas suas vidas cotidianas, muitos impactos, os quais podem sofrer variações de conjunturas maiores ou menores, ou seja, de acordo com o tipo de mudança legal, o funcionamento de cada serviço, com os profissionais que ali estão, com a região onde se localiza etc. Pois, para além de cada mudança determinada juridicamente, a forma como tais mudanças serão operacionalizadas também ditará o curso dos acontecimentos. E foi sob o efeito desses impactos que viveu também a Família Santos: atravessada pelos movimentos da lei e pelas decisões dos diversos profissionais em face das determinações judiciais, os irmãos foram passados por diferentes mãos institucionais, tiveram um rompimento abrupto impetrado pelo Estado no âmbito das relações familiares e se encontravam “refêns” da burocracia estatal.

¹⁴ Em São Paulo, a partir do ano de 2014, esse número foi reduzido para 15 vagas em cada serviço de acolhimento (BRASIL, 2014a).

3.2 A (re)produção do afastamento familiar

Quando da chegada dos irmãos às nossas *mãos institucionais*, ouvíamos os profissionais do antigo Saica dizerem a eles que a mudança que estavam vivendo seria provisória e que logo voltariam a morar no mesmo lugar e com as mesmas pessoas. Diziam isso para que nenhum dos meninos sofresse com a mudança repentina em suas vidas, ainda que o serviço estivesse encerrando suas atividades, o que nos causava certo estranhamento. Como efeito, os irmãos pareciam não querer se vincular a ninguém, uma vez que as primeiras semanas foram recheadas por recusas dos três em participar das atividades da casa, conversar com adultos ou outros adolescentes. Permaneciam sozinhos a maior parte do tempo e diziam que não ficariam muito tempo ali, pois logo voltariam para sua casa anterior. Aqui, uma questão se evidenciava: na tentativa de cuidar dos efeitos de mais uma separação e de mais um rompimento, estava sendo criada uma falsa expectativa quanto à permanência dos irmãos na nova casa e quanto a um possível retorno à vida anterior, o que afetou intensamente as relações que os meninos começavam a estabelecer ali.

Percebendo que eles não se vinculavam a ninguém, e sabendo que eles não voltariam para o outro serviço, intensificamos uma fala diferente: “nós vamos cuidar de vocês, pois vocês vão morar aqui com a gente a partir de agora”. Era uma aposta de que, assim, conseguiríamos evidenciar as novas configurações que a vida deles adquiriria e, conseqüentemente, seria possível cuidar deles. Por ainda um tempo, os irmãos pediam diariamente para ligar para os amigos e para os profissionais antigos, no esforço de diminuir as saudades que sentiam e em busca de que alguém que pudesse lhes dar uma data provável para o retorno. Além disso, eles enfrentavam todos da equipe e desconfiavam do que dizíamos, por acharem que estávamos mentindo: não queriam tomar banho, não queriam comer, não iam à escola, subiam no telhado da casa e ali permaneciam por horas, ameaçavam bater em outros meninos e nos adultos também, escondiam alguns pertences pessoais... Nesse cenário, estava instaurado um clima permeado por desconfiança, insegurança e, conseqüentemente, por tensão. Não é difícil imaginar que as primeiras semanas foram bastante difíceis na relação com eles e que foi muito importante contar com a receptividade e paciência dos outros moradores no processo de acolhimento desses irmãos, pois, aos poucos, puderam começar a se vincular àquele lugar.

Sempre que alguém é transferido de um serviço a outro, devem ser igualmente transferidos seus documentos, objetos pessoais, relatórios, dentre outras tantas coisas. É uma mudança de casa semelhante à que qualquer pessoa pode viver ao longo da vida, mas com

algumas especificidades. Uma delas é o fato de que as vidas acolhidas em instituição são vidas acompanhadas pelas instâncias jurídicas e, portanto, circunscritas pelos documentos legais. No escasso material que recebemos dos irmãos, vimos que a “história de relatório”¹⁵ era muito pequena em relação ao período de seis anos durante os quais estiveram acolhidos. Havia poucos relatórios e, portanto, poucas informações, o que tornava as histórias muito confusas e com inúmeras lacunas – na perspectiva da equipe e também na dos próprios meninos. Faltavam fragmentos da história deles e não encontrávamos algumas informações nem nos documentos disponíveis, tampouco em conversa com os irmãos. Eles sabiam que o pai estava morto. Mas desde quando? Onde estava enterrado? Por que havia morrido? Em nenhum lugar encontrávamos essas informações.

Lucas, Rafael e Douglas foram acolhidos em razão da chamada negligência e maus-tratos por parte da mãe e do pai. Na vida deles, “negligência e maus-tratos” se materializava em uma vida em que a mãe e o pai haviam se separado antes mesmo do acolhimento e os meninos haviam ficado sob os cuidados paternos, enquanto a mãe passou a morar próxima dos filhos, com seu novo companheiro. O pai, cego em decorrência do agravo de uma diabetes que não pôde ser cuidada desde o início, não conseguia mais trabalhar, tampouco acompanhar os filhos em suas atividades, dentre elas a escola. Tal circunstância de impedimentos somada à fragilidade do pai em promover as diferentes facetas do cuidado e à preocupação em deixar os filhos sozinhos na rua, acarretou num cenário em que os irmãos passavam a maior parte do tempo dentro de casa. Eram, portanto, crianças que pouco saíam e, quando eram vistos na rua, estavam sempre sozinhos, sujos e com roupas muito precárias.

A delicadeza dessa história era ainda maior porque em seus armários havia muito pouca comida – ou, muitas vezes, nenhuma comida. A impossibilidade de cuidar de si que o pai vivera em sua vida agora transbordava para a impossibilidade de cuidar dos filhos. E as estratégias de cuidado possíveis, como a de manter os filhos dentro de casa, confrontavam as letras do Estatuto da Criança e do Adolescente: “direito à educação, ao desenvolvimento, à alimentação...”. Direitos que o Estado é o responsável por assegurar.

O Estatuto supõe, portanto, que o Estado será capaz de realizar justiça social para crianças e adolescentes com escola, saúde e assistência social em geral. Pode-se dizer que sob esses supostos, a partir do momento em que o Estado não preenche a lacuna deixada pelo mercado, ou seja, a situação de desemprego, carência, abandono e falta de escolaridade, ele pode ser

¹⁵ Chamávamos de “história de relatório” todos os relatórios já escritos sobre a vida de uma criança acolhida. Percebíamos que nem sempre esses relatórios representavam o que eles e suas famílias entendiam sobre suas próprias vidas.

entendido como um *violentador*, por não cumprir com a responsabilidade que ele próprio se atribui: a de tutor de todos os pais. (PASSETTI, 1995, p. 51, grifos nossos).

Na medida em que o Estado deixa de cumprir com as responsabilidades que atribui a si mesmo no cuidado às crianças, adolescentes e suas famílias, tal como determinado pelo ECA, ele deve ser entendido como um violentador, à luz do que propõe Passetti. Ainda que o Estatuto se proponha a atender todas as crianças e os adolescentes, sem diferenciar raça ou classe social, torna-se evidente que no campo das problemáticas da Assistência Social, principalmente das que são compreendidas como Proteção Social de Alta Complexidade, há fatores econômicos que se fazem intensamente presentes (FURLAN; SOUSA, 2014). Na sua grande maioria, as famílias atendidas nesses equipamentos integram o grupo da classe social mais empobrecida da população (ASSIS; FARIAS, 2013). Dessa forma, o Estado se configura como um interventor na medida mesma em que também é responsável por tais circunstâncias. Trata-se de uma ambiguidade importante de se afirmar, pois, ao intervir, provoca importantes mudanças nas vidas sobre as quais opera, produzindo culpa e individualização¹⁶ de problemas que são maiores e mais complexos do que os conceitos de *negligência* e *maus tratos*, por exemplo, permitem compreender.

É, portanto, na esteira dessas reflexões que se evidencia a necessidade de ampliar o olhar e de insistir em questionamentos acerca das medidas tomadas e das intervenções operadas pelo próprio Estado no íntimo das vidas e das relações familiares, ou seja, em situações como a da Família Santos. Atentos aos efeitos de tais práticas, e às maneiras de sentir, de perceber e de dizer que vão sendo engendradas, aos modos de existir que se inventam e se reproduzem nesses serviços, intenta-se enfraquecer as forças individualizantes e que mantêm à margem aqueles que já não tiveram acesso a um mínimo de condições dignas de sobrevivência.

Focalizando o olhar sobre os dados acerca da população presente nos Saicas, encontra-se que mais de 80% da população em situação de acolhimento institucional tem família (ASSIS; FARIAS, 2013). Isso significa dizer que a orfandade não compõe majoritariamente a realidade desses equipamentos. Crianças e adolescentes que se encontram nos serviços de acolhimento têm família. Ao debruçar-se numa análise das ações desses serviços cuja proposta é de reintegração familiar e, nesse sentido, de trabalhar as famílias de origem,

¹⁶ Considerando que há diferentes compreensões acerca da noção de “individualização”, neste trabalho, tal conceito será empregado com o objetivo de designar quando algo se torna, ou é compreendido de forma isolada num indivíduo. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/individualizar/>.

percebem-se traços de uma cultura que julga as formas de cuidado e educação das famílias que ali chegam.

Na abordagem qualitativa, também percebeu-se que na maior parte dos serviços, [...] o atendimento é voltado para a criança enquanto está acolhida e *pouco focado na reinserção familiar*. Vários são os fatores e especificidades que se apresentam para que isso ocorra: falta de recursos (financeiros e humanos); perfil da instituição (pouco tempo de acolhimento, *serviço religioso caritativo-assistencialista*); *perfil das famílias (muito vulneráveis ou residentes em locais distantes)*; e por fim, a visão de que não é “saudável” a busca pela reinserção; ou de que isso não seria tarefa dos serviços prestados na unidade (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 144, grifos nossos).

A visão de que “não é saudável a busca pela inserção familiar” convida a pensar nas linhas de força que estariam presentes, hoje, engendrando práticas de (re)produção do afastamento familiar nos serviços de acolhimento. Acompanhando o pensamento de Patto, autora que discute a relação entre as dificuldades escolares, a pobreza e a produção do fracasso escolar, vê-se como crucial a presença das teorias raciais e da psicologia diferencial no campo de germinação da política de assistência à infância e juventude. Mais que isso, tais saberes marcam visceralmente a cultura brasileira, que até hoje afirma a incapacidade de algumas famílias, as famílias pobres, em cuidar de suas crianças. Assim, quando um profissional diz que *não é saudável a busca pela inserção familiar*, ele o faz a partir de uma concepção de família relacionada à família de origem dessas crianças, às famílias que mantêm uma forma de cuidado e de educação que escapa à que se entende como “correta”, como “normal”.

Dessa forma, retornando à Família Santos, a proposta aqui é problematizar a decisão de afastar os irmãos de seus pais para acolhê-los protetivamente e de, abruptamente, definir pela destituição do poder familiar. Todavia, neste ponto, é necessário recuar um pouco. Em nada tal reflexão pretende se alicerçar na premissa da família como locus único e privilegiado para o desenvolvimento infantil. Essa ideia, defendida com afinco pelas ciências psicológicas, é também alvo de questionamentos, pois se trata da verdade hegemônica de uma época, os dias atuais, e tem se tornado um imperativo às práticas dos diferentes profissionais que trabalham na área.

Por hora, o foco está na compreensão de que, tal como visto, a faceta intervencionista do ECA acaba por atuar de forma a individualizar juridicamente as problemáticas que se inserem no campo social e, desta forma, responsabiliza pais, mães ou outros familiares pela ausência de um certo cuidado e uma certa proteção às crianças; os responsabiliza, em última

instância, por aquilo que o Estado deveria garantir. Cuidado e proteção que não são competências únicas da família e que não foram garantidos pelo próprio Estado a essas mesmas pessoas que se tornam alvo de ações e intervenções, muitas vezes tão ou mais violentas que as que protagonizaram com seus filhos, mas que se encontram, as ações, amparadas por um aparato sócio-jurídico-assistencial e, porque não dizer, também científico. Desta feita, na esteira das reflexões de Passetti, é possível afirmar que “o próprio Estado enseja a prática de maus-tratos quando não cumpre com as responsabilidades que traça para si mesmo” (PASSETTI, 1995, p. 51).

Compreender a complexidade das forças implicadas nas políticas de proteção da Assistência Social é necessário para que, nas práticas e relações cotidianas do atendimento a essa população, seja possível operar fissuras na reprodução do afastamento familiar, quer seja entre mãe, pai e filhos, quer seja no âmbito da relação entre irmãos. Na vida da Família Santos, em época anterior ao acolhimento de Lucas, Rafael e Douglas, a mãe realizava visitas esporádicas aos filhos, que moravam com pai. Separados, pai e mãe mantinham uma relação conturbada, permeada por impasses e mal-estar, e a mãe, nesse contexto, foi se distanciando dos filhos. Os profissionais que já acompanhavam a família, atentos às situações preocupantes que vivenciavam, tomaram esse fato como um sinalizador da existência ou não de determinados afetos entre mãe e filhos. A frequência das visitas era tomada pelos profissionais-autores dos relatórios como um problema: eram consideradas *poucas* as visitas realizadas pela mãe aos filhos. Os profissionais-autores dos relatórios afirmavam que ela deveria visitar mais os filhos, *se tivesse interesse neles*.

Diante desse cenário delicado pela sua precariedade, algumas pessoas da Igreja que a família antes frequentava se sensibilizaram com a situação e conquistaram a possibilidade de doar cestas básicas mensais à família. Todavia, a situação continuava a se agravar. Os meninos permaneciam parte do dia na rua brincando, tinham roupas sujas, faltavam às aulas e, algumas pessoas sabiam, tinham pouco o que comer. Começaram, então, a haver diversas denúncias no Conselho Tutelar realizadas por vizinhos, escola, profissionais da saúde, dentre outros. Algumas semanas depois, com o objetivo de cuidado e proteção, os irmãos foram acolhidos.

Seis meses após a medida de acolhimento, motivada por “negligência e maus-tratos”, pai e mãe foram destituídos do poder familiar. A velocidade com que a destituição aconteceu era um fragmento da história deles, dentre tantos, que ninguém entendia, pois não sabíamos quais intervenções haviam sido pensadas nessa família objetivando evitar a destituição, ou mesmo na tentativa de garantir o retorno ao convívio familiar. Nem a equipe, nem os

meninos, ninguém tinha essa informação. O que sabíamos era que haviam sido realizadas três tentativas de adoção, sendo duas delas de cunho internacional, e uma em que eles foram adotados por uma família paulistana. Porém, poucos meses depois da tal adoção, retornaram ao acolhimento sob o argumento de que essa adoção “não havia dado certo”; mais uma vez, não ficava claro o que havia acontecido para que a adoção se transformasse no retorno deles ao serviço. Eram muitas as lacunas que iam ganhando espaço.

A vida desses irmãos tinha sido desenhada de tal forma que há seis anos eles não tinham mais nenhuma notícia da mãe ou do pai, e também não sabiam os motivos que culminaram no acolhimento e na destituição. Pela idade dos meninos, era pouca a possibilidade de serem novamente adotados. E, no dia a dia, ficava perceptível que a ausência de uma perspectiva familiar era vivida por eles como um fracasso: talvez porque eles assumissem a individualização engendrada nos encaminhamentos e nas decisões tomadas por diferentes profissionais em benefício de suas vidas. Tudo isso operava produzindo afetos que se evidenciavam em diversos outros âmbitos das suas vidas, principalmente para os dois mais velhos: havia enorme apatia para ir à escola; falta de vontade de sair da casa ou mesmo de ir à praça jogar bola; falta de vontade de participar dos passeios; dificuldade em se relacionar com outros meninos da casa etc. Se o isolamento era estratégia fundamental das instituições totais, como as antigas Febems¹⁷, e tinha como proposta a exclusão da “marginalidade que constituía uma ameaça simbólica à ordem burguesa e, sobretudo, à família burguesa” (GUIRADO, 1986, p. 35), pelos movimentos desses irmãos, via-se que tal lógica de isolamento se fazia presente, em novos moldes, ainda que numa casa com proposta de ser *semelhante a um ambiente residencial e familiar*. O telhado era o lugar onde a vida parecia fazer um pouco mais de sentido: gostavam de subir diariamente no telhado da casa, mesmo proibidos de fazê-lo, e permaneciam ali por horas, “enfrentando” educadores e meninos que pediam para eles descerem.

Entrar em contato com diferentes serviços de acolhimento permite vislumbrar a variação das estratégias de ação e das práticas, as quais, ainda que mínimas, sinalizam orientações de trabalho diversas. Nesse serviço, isso se evidencia em um trabalho desenvolvido com qualquer criança ou adolescente acolhido que não incluía a perspectiva da adoção para nenhum caso. Era uma metodologia de trabalho ancorada no fortalecimento dos

¹⁷ A Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem) foi instituída em 1976 para atender jovens e crianças em situação de orfandade e de conflito com a lei. No início dos anos 1990, deixou de atender adolescentes carentes, por conta do advento do ECA, atendendo apenas aos infratores. Após o processo de descentralização do atendimento, em 2006, as Febems passaram a ser designadas por Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo aos Adolescentes). Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=a-fundacao-historia&d=83>>.

vínculos familiares e na compreensão do serviço como um espaço comunitário de cuidado, o que possibilitava que as famílias de origem se tornassem uma referência para seus filhos, ainda que o retorno ao convívio familiar não fosse acontecer em curto prazo. Porém, retomando a história, diante das diferentes lutas para que crianças e adolescentes não permanecessem anos das suas vidas no interior dessas instituições, como que esquecidos ali porque suas famílias não puderam estar com eles, a aposta nos vínculos familiares, ainda que não haja a perspectiva do retorno ao convívio familiar, e a não aposta na prática da adoção, como uma possibilidade de saída da vida em instituição para a vida em família, são decisões que parecem caminhar na contramão do processo histórico. Isso porque a instituição familiar parece ser a única forma através da qual é possível pensar, hoje, as relações entre adultos e crianças.

No contexto das grandes guerras mundiais, e do conseqüente acolhimento dos órfãos de guerra, estudos da psicologia foram discursando sobre a privação materna como causadora de importantes atrasos no desenvolvimento biopsicossocial (SOLON, 2006). Na década de 1960, constatou-se que “as crianças institucionalizadas não eram privadas somente do contato com as mães, eram também privadas de todos contatos sociais” (SOLON, 2006, p. 7). A permanência de crianças e adolescentes por mais de dois anos vivendo numa instituição porta as marcas de uma história em que a institucionalização de uma certa infância foi prática hegemônica. E por ter tão fortemente essas marcas, a proposta de manter alguém acolhido por mais de dois anos faz pensar se ela não seria uma mera reprodução das práticas de institucionalização. O imperativo presente no cotidiano dos serviços de acolhimento é pela urgência do desacolhimento, de garantir o retorno da criança ou do adolescente ao convívio em alguma família, pois a permanência deles nesses serviços, quando próxima ou acima dos dois anos previstos na lei, tem sido considerada necessariamente como uma prática prejudicial, que engendra formas de vida adoecidas e em sofrimento.

Com o cuidado para que a aposta no resgate – e no fortalecimento – dos vínculos familiares, ainda que sem perspectiva de retorno ao convívio familiar, não representasse um retrocesso aos moldes anteriores de institucionalização, e preocupados que tal decisão não fosse uma resposta aos discursos contemporâneos de que a família deve ser sempre o lócus do desenvolvimento infantil, tal trabalho buscava operar um furo nas práticas que seguem reproduzindo o afastamento entre pais e filhos de determinadas famílias, das famílias que chegam aos Saicas, portanto, daquelas que vivem sob a égide de uma economia social. Por esse motivo, na relação com as famílias, a premissa do trabalho era garantir diferentes formas

de vínculo, ainda que não fosse possível garantir, em curto prazo, o retorno a uma forma de vida inserida no cotidiano das relações familiares.

Em decorrência dessa premissa, deparávamo-nos sempre com a necessidade de reinventar os modos de cada um ali habitar o serviço de acolhimento, pois haveria casos em que a vida no Saica seria a única opção de moradia, até que se completasse dezoito anos de idade. Com essa perspectiva, foram realizadas diferentes conversas com os três irmãos, apostando que retomar o contato com sua família poderia ajudar no curso da vida deles, ainda que a vida fosse vivida por algum tempo em um serviço de acolhimento. Além disso, buscava-se garantir não o “retorno da criança à convivência familiar”, mas o “retorno da família à criança”. Pois, ainda que o final da história não fosse a vida em família, num prazo máximo de dois anos, pensávamos que a costura de fragmentos da história deles permitiria a complexificação dos acontecimentos e dos motivos que culminaram no acolhimento, incluindo, aí, as práticas dos serviços em relação ao retorno da criança à família. Nesse processo, buscando lutar contra vidas desprovidas de informações sobre sua história e de relações com sua família, almejava-se enfraquecer a culpabilização de seus pais e de si mesmos, por meio da qual eles se relacionavam com a própria história. Era uma luta contra a lógica da Roda dos Expostos e a produção de orfandade tão presentes na relação com essas famílias ainda nos dias de hoje.

Como efeito das nossas conversas, foi surgindo uma curiosidade desses irmãos em reencontrar a mãe, o padrasto e a “bebezinha” – como chamavam a irmã que havia nascido pouco tempo depois do primeiro acolhimento deles. A mãe estava destituída de poder familiar já há muitos anos e o motivo, “negligência/maus-tratos”, parecia não fazer sentido para eles. Perguntavam-se constantemente qual seria o verdadeiro motivo de a mãe nunca mais ter procurado por eles e a única resposta que encontravam era o fato de ela não gostar deles tanto quanto gostava da *bebezinha*. Atravessado por essa resposta, Rafael, às vezes, recuava na ideia de reencontrar a mãe e dizia da raiva que sentia por ela o ter abandonado.

Se seguissemos o fluxo “natural” dos encaminhamentos até então propostos para essa família, o caminho seria o de conquistar a adoção do irmão menor, mesmo sem os outros dois irmãos, ou seguir investindo no processo de autonomia dos três para que, quando saíssem do acolhimento pela maioria, pudessem cuidar uns dos outros. Porém, novas perspectivas foram almeçadas, e o horizonte construído foi o de tentar encontrar a mãe para ouvir seus motivos para o chamado *abandono*. A busca emplacada era a de ampliar os olhares até então construídos para essa história, permitindo que novas compreensões pudessem ser tecidas com os retalhos antigos e novos que foram sendo conquistados. Tal perspectiva envolvia, no

entanto, uma questão jurídica, pois, legalmente, essa mãe já estava destituída e, portanto, havia o enorme desafio de justificar e construir no Fórum uma argumentação que caminhava na direção contrária à determinação definida anteriormente de que aquela família não fazia mais parte da história das crianças.

5.3 A família como um muro poroso

Diante do aumento de mudanças legais, nos últimos anos, relacionadas ao cuidado e à proteção de crianças e adolescentes, muito se tem dito acerca do *avanço* na elaboração das políticas públicas destinadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, bem como sobre a imensa dificuldade de implantação das premissas dessas políticas na prática dos serviços de acolhimento (GULASSA, 2010; RIZZINI, 2011). Ao falar em avanço, fala-se em descontinuidades com práticas que já não respondem às demandas do presente. E o horizonte das mudanças apresentadas parece ter sido, em sua maioria, em direção à compreensão dessa população como sujeitos de direitos e em condições específicas, o que conquistou importantes ações dos diferentes setores sociais. Mas, ao pensar em desconinuidades e rupturas, encontra-se, também, continuidades (LAZZARI, 2014), tais como a presença de traços da lógica da orfandade e da caridade, bem como da cultura do *menor em perigo e perigoso*. Nesse cenário, vê-se que o trabalho nos serviços carrega uma importante ambiguidade em relação às forças que engendram o presente e, por isso, é preciso que tenha como horizonte a necessidade de conquistar brechas na sua prática cotidiana, a fim de produzir rupturas em relação à reprodução de práticas violentas.

Os Saicas integram a chamada rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da política de Assistência Social brasileira e devem garantir a proteção integral – moradia, alimentação, higiene pessoal, trabalho etc. – à população entre zero e dezoito anos de idade que não pode permanecer em seu núcleo familiar e/ou comunitário (BRASIL, 2005). A medida protetiva de acolhimento institucional configura-se como a última medida de proteção, quando todas as alternativas não são mais possíveis e a criança ou o adolescente ainda se encontra em uma situação na qual seus direitos estão sendo violados (BRASIL, 1990). Trata-se, portanto, de um dispositivo inventado com o objetivo de promover e garantir direitos, uma vez que estes já foram violados.

Em cada serviço, que devem funcionar todos os dias da semana, durante 24 horas, há uma equipe de diferentes profissionais que se organizam de forma a assegurar o acolhimento e a rotina da população que reside ali. Ainda que haja algumas variações, a equipe deve ser

composta por um gestor/coordenador, um assistente social e um psicólogo, integrando a chamada equipe técnica; e, na *linha de frente*, orientadores socioeducativos, cozinheiros, auxiliares (BRASIL, 2009d). Todos atuam de forma a fazer com que a vida de cada menino e cada menina ali possa receber desde os cuidados básicos destinados a uma criança ou um adolescente (como sono, alimentação, higiene, saúde, diversão, relacionamento, educação etc.) até diferentes intervenções no sentido de possibilitar o retorno ao convívio familiar (junto à família de origem ou à família extensa ou, ainda, à família adotiva), como já apontado anteriormente.

Para tanto, o serviço deve trabalhar em diferentes esferas. Tomando de empréstimo uma divisão comumente utilizada no serviço para designar o trabalho realizado, é possível dizer que há duas grandes frentes de ação: uma *para dentro* e outra *para fora* dos muros da casa. Se *para dentro* são entendidas as ações de acompanhamento dos acolhidos, tais como: rotina, alimentação, saúde, brigas, amores, dificuldades, desejos, sonhos, histórias, e tudo o mais que a vida de uma criança ou um adolescente compreende, e também as ações na equipe, como escala de trabalho, alinhamento dos plantões, formação e supervisão, divergências/desentendimentos entre os adultos, bem como entre os adultos e as crianças e os adolescentes. *Para fora*, por sua vez, compreenderia as ações de construção das parcerias de trabalho com outros equipamentos dos diferentes setores públicos ou particulares (assistência, saúde, educação, cultura, lazer etc.), reuniões com as escolas, com os serviços do campo da saúde e com outros serviços da rede para o acompanhamento de cada menino e menina em sua vida, reuniões de supervisão técnica do Cras/Creas, audiências e entrevistas técnicas nos Fóruns e Ministério Público, reuniões com outros Saicas da região e, também, eventos da organização não governamental parceira: como bazares, festas etc. Trata-se, portanto, de uma divisão concreta das funções que toma de empréstimo a imagem dos muros da casa para delimitar algumas ações.

Curiosamente, algo não era contemplado nessa divisão, por não caber somente em um dos lados do muro: o trabalho com as famílias. De que lado do muro estaria? Parte desse trabalho consistia em visitas domiciliares e acompanhamentos dos mais diversos, ocorridos *para fora* do muro (como quando se faz necessário providenciar algum documento pessoal com o familiar, ou apoiar a ida a outro serviço para o qual o pai ou a mãe foi encaminhado – Caps, Creas, Fórum); e outra parte, no acompanhamento das visitas dos familiares aos acolhidos e em conversas mais “íntimas”, que aconteciam *para dentro* dos muros da instituição. O trabalho com as famílias seria, portanto, uma frente híbrida, de fronteira, e que possibilita articular o *dentro* e o *fora* dos muros do serviço.

Nessa infinidade de demandas e de imprevistos, muitas vezes previsíveis (como quando alguém fica doente, ou briga na escola, ou não volta para casa, ou quando acontece um novo acolhimento, uma roupa que desaparece, uma briga pelo programa de televisão...), é preciso priorizar uma ação em detrimento de muitas outras. E a prioridade em cuidar de determinada situação diz de uma compreensão daquele serviço sobre seu público, do trabalho possível e de suas premissas. Deixar de fazer um relatório para atender a uma família que chega ao serviço inesperadamente, ou decidir acompanhar os meninos em um passeio ao parque, em vez de conversar com um voluntário, são decisões que levam em conta não somente a importância, a urgência e a necessidade de cada caso, mas partem de e servem para garantir uma posição acerca do trabalho, uma dada concepção sobre o que se pretende naquele lugar. A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que cada ação dos profissionais do serviço de acolhimento é fundamentada numa forma de entender e numa proposta acerca do trabalho que se pretende realizar ali.

Ancorado nas ideias de profissionalização do Saica e na luta contra as históricas práticas assistencialistas ou filantrópicas de trabalho com os meninos e as meninas que ali vivem, tornou-se uma exigência a todos os serviços a elaboração de um Projeto Político Pedagógico (BRASIL, 2009c), à moda do que existe nas escolas. Almeja-se, com isso, que os serviços desenvolvam um trabalho compatível com os princípios legais, e, por conseguinte, alinhados com o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Tal documento funciona como mecanismo de regulação da maquinaria do serviço, de modo que tal regulação o faça ajustado às vidas sobre as quais age cotidianamente. De acordo com as Orientações Técnicas de 2009:

Para garantir a oferta de atendimento adequado às crianças e aos adolescentes, os serviços de acolhimento deverão elaborar um Projeto Político-Pedagógico (PPP), que deve orientar a proposta de funcionamento do serviço como um todo, tanto no que se refere ao seu funcionamento interno, quanto seu relacionamento com a rede local, as famílias e a comunidade. (BRASIL, 2009c, p. 46).

Nesse sentido, o PPP é entendido como um documento norteador das práticas de cada serviço e, ainda que haja determinações, leis e orientações em âmbito nacional, cada serviço deve desenhar concepções e direções próprias para o seu trabalho. Gulassa (2010, p. 46) propõe que “o projeto é pedagógico porque possui uma metodologia, uma concepção de formação, de ensinar e aprender. É político porque implica participação, decisões, escolhas, tomadas de posição, levando em consideração princípios e valores implícitos e explícitos.”

A compreensão de que é um documento que visa garantir ações de cuidado e educação apoia-se na ideia de que as práticas institucionais devem ser sempre revistas e recriadas por todos que por ela transitam: dos profissionais aos meninos e meninas ali acolhidos. Por esse motivo, o PPP não se propõe a restringir ou aprisionar as estratégias de cuidado que acontecem nos serviços, mas deve servir como um norteador de todas as práticas cotidianas. Ao garantir clareza quanto ao trabalho, possibilitaria a autonomia dos profissionais no movimento *dentro-fora* e na decisão quanto às prioridades eleitas em meio à multiplicidade de afazeres existentes ali.

Somada à necessidade de lidar com a pluralidade do trabalho e a enorme quantidade de ações, no dia a dia, tal serviço se defronta com uma população cujas circunstâncias “de risco e de vulnerabilidade”, que culminaram na medida protetiva de acolhimento, impõem demandas muito diversas e de enorme complexidade. Assim, é também bastante complexa a dinâmica e a rotina diária do trabalho nessa instituição. Montado numa estrutura que exige, às vezes, ações praticamente opostas – como desacolher uma criança, em no máximo dois anos, e intervir em situações de uso abusivo de drogas ou miserabilidade –, fica evidenciada a impossibilidade de que um único modo de funcionar seja capaz de contemplar a variedade de situações presentes. Dessa forma, a prática diária com diferentes formas de vida exige criar e reinventar cotidianamente o trabalho, buscando atender as necessidades e as especificidades de cada história que ali chega. A esse respeito, Guattari, referindo-se especialmente às práticas “psi”, destaca que

[...] tudo deveria ser sempre reinventado, retomado do zero, do contrário os processos se congelam numa mortífera repetição. [...] Da mesma maneira, cada instituição de atendimento médico, de assistência, de educação, cada tratamento individual deveria ter como preocupação permanente fazer evoluir sua prática tanto quanto suas bases teóricas (GUATTARI, 2012, p. 23).

Acompanhar as vidas acolhidas institucionalmente exige lutar contra as *mortíferas repetições*, tão inevitáveis às práticas institucionais. Lutar contra, portanto, na lida com essas famílias, as destituições de poder familiar, tão recorrentes e muitas vezes definidas de forma abrupta; contra as histórias lacunares que chegam e que assim se mantêm; contra a precariedade dessa maquinaria que violenta tantas vidas; contra a surdez para as vozes dessas famílias, já tão silenciadas pela maquinaria capitalística; e, assim, lutar contra a lógica da *orfandade*, da *caridade* e do *menor perigoso e em perigo* que ainda turva nossos olhares. Todas essas lutas demandam dos profissionais do serviço movimentos que escapem de uma

rotina de trabalho cristalizada, de modo a criar linhas de fuga dessas práticas hegemônicas. Tais movimentos precisam poder atravessar barreiras de diversos tipos, muitas das quais próprias do cotidiano do serviço e que são engendradas em detalhes e nuances do trabalho.

Para que um profissional se ausente da instituição e possa participar de atividades fora dela, é necessário um alinhamento muito preciso e que abarque as demandas de todos os moradores da casa – dos bebês aos adolescentes, e as tarefas de todos os profissionais da equipe. Pois a rotina *para dentro e para fora* e no *entre dentro-fora* do Saica exige uma série de ações que ficam prejudicadas quando alguém se ausenta. Apostando na importância de buscar novas versões de uma mesma história, e contagiados pela ideia de reinventar o caminho já estabelecido anteriormente, decidimos experimentar os efeitos de dar voz aos documentos, à mãe e às outras personagens da história da Família Santos.

Num primeiro momento, foi realizada uma ida ao Fórum, no cartório, para acessar o processo dessa família, com o intuito de tentar entender um pouco mais a história institucional daquelas crianças – história vista por todos os profissionais que os acompanharam e criaram os relatórios, interpretaram os fatos e tomaram as decisões. A ida ao Fórum era uma aposta no escuro: não sabíamos o que poderíamos encontrar naqueles documentos. A pasta do Fórum estava muito mais completa do que os documentos que haviam chegado ao Saica. Os escritos eram mais extensos, oriundos de diferentes instituições e também mais detalhados, ainda que muitas informações ainda permanecessem obscuras. Foram quase três dias inteiros lendo todo o processo, de pé, do lado de fora do balcão, no empenho de compreender os atravessamentos que produziram os acontecimentos que até então haviam se configurado.

As lacunas presentes na história da Família Santos nos fazem lembrar a engrenagem que funcionava no período da Roda dos Expostos. Os registros elaborados pelos profissionais envolvidos na história de Douglas, Rafael e Lucas operavam produzindo o *não saber* sobre sua família e, por isso, afirma-se aqui que a lógica da orfandade permanece nos dias atuais, provocando, através de novos moldes, o afastamento das famílias que chegam aos serviços de acolhimento, ou seja, afastamento entre mães, pais e filhos de famílias pobres e socialmente marginalizadas.

3.4 A escrita como estratégia produtora de família

Os autos do processo de cada menino, ou cada família, são compostos por documentos técnicos provenientes de diferentes lugares e elaborados em diferentes datas, antes e depois do acolhimento pela escola, Unidade Básica de Saúde (UBS), Conselho Tutelar, o próprio Saica

e equipamentos relacionados à cultura, lazer, esportes etc. Tais documentos se configuram em instrumentos de comunicação entre cada um desses serviços e as instâncias jurídicas, e compõem uma gama de retalhos disponíveis à costura da história das vidas institucionalizadas. No encontro com tais documentos, nos deparamos com outras versões de cenas e relatos acerca do que havia provocado a necessidade de acolhimento dos irmãos, o que aponta para uma importante questão acerca de quais os efeitos que tal prática de escrita tem produzido na vida de tantas crianças e tantos adolescentes afastados do convívio familiar.

Nos autos do processo, algumas informações se destacavam: a ida da mãe ao Fórum, há três anos, na tentativa de reencontrar os filhos; a informação sobre onde o pai havia sido enterrado; a falta de informação sobre a data da morte do pai; a constante tentativa dos serviços que atenderam os irmãos em medicá-los, com o discurso de serem “agitados” e/ou “agressivos”; uma convocação para que Rafael jogasse polo aquático pelo Esporte Clube Pinheiros (um importante clube esportivo de São Paulo); e pouquíssimos relatos sobre tentativas de intervir na dinâmica e nos problemas da família, a fim de possibilitar o desacolhimento das crianças. Sabíamos que esses não relatórios representavam o que os meninos e suas famílias entendiam sobre suas próprias vidas; e, ainda, quando tentávamos, com os irmãos, compreender as confusões e as lacunas existentes, ficava evidente que também na perspectiva dos próprios meninos sua história era bastante esburacada.

A decisão de cada profissional por uma determinada forma de escrita e pela inclusão ou exclusão das informações existentes relacionadas a uma história também opera na produção das verdades sobre essas vidas e, assim, carrega o perigo do aprisionamento numa única compreensão, ou numa única perspectiva criada sobre tais histórias. A possibilidade de acessar os motivos, ditos na voz da própria família, que culminaram no acolhimento institucional permite, por exemplo, ampliar as perspectivas sobre uma dada situação e, desse modo, conquistar a possibilidade de desnaturalização das verdades. Verdades estas que têm sido construídas a partir do olhar daqueles que atuam como braços do Estado. É, portanto, na complexificação dos acontecimentos e dos motivos que culminaram no acolhimento que se encontra uma das estratégias de rompimento com os processos, tão presentes nos dias atuais, de individualização e culpabilização dessas famílias.

Alicerçados nessa perspectiva, todas as informações existentes foram usadas para pensar o caso, as ações e os novos encaminhamentos: iniciamos a busca pela mãe, para ouvir a versão dela sobre essa história. Sabíamos, pelos documentos jurídicos, que ela estava morando em Salto de Pirapora, uma cidade do interior de São Paulo. Foram muitas as ligações para a Secretaria da Assistência, e-mails para diferentes serviços, busca pelo

Conselho Tutelar, esperas, números errados, novas tentativas. Bastante tempo foi dispendido com esse propósito, até que uma profissional da Secretaria de Salto de Pirapora sentiu-se afetada pela história e pela possibilidade de encontrar essa mãe. Na mesma semana em que a contatamos, ela descobriu o endereço da família. Em seguida, foi até o endereço encontrado e teve que deixar um recado com a vizinha, pois eles não moravam mais ali. No dia seguinte, essa mãe foi com o companheiro até a Secretaria para ter notícias dos filhos – estava emocionada, interessada em reencontrá-los, e combinou de realizar uma visita aos filhos dali alguns meses, quando teria férias no trabalho e poderia vir a São Paulo.

As parcerias em situações como esta são muito importantes, pois um único equipamento não detém todos os recursos e nem todas as informações, tampouco é suficientemente ágil para prospectar um território. Moeda de duas faces, a ramificação do serviço é expressão da ramificação do poder do Estado, permitindo-lhe agir sobre a população, arrastando consigo a fragmentação da informação e a produção de vazios sobre as vidas daqueles sobre os quais age, ao mesmo tempo em que nos valemos desta ramificação para restituir às crianças “partes” perdidas das suas vidas. Nesse sentido, foi imprescindível poder encontrar parceria na Secretaria de Assistência do município, pois, além de realizarem a visita à mãe na mesma semana do nosso contato, conseguiram garantir transporte para que a visita pudesse acontecer.

O envolvimento de muitos profissionais e as diferentes ações foi necessário para que, em 20 de dezembro, essa mãe fosse ao serviço se reencontrar com seus filhos e contar pessoalmente a sua versão da história. Aqui, a “história de relatório” pode ganhar novos sentidos, pois o que antes era entendido como “desamor” da mãe, “falta de interesse” ou “negligência”, agora adquiria novos significados: dificuldades financeiras e de saúde, tentativas frustradas de ficar com os filhos, separação entre pai e mãe, impedimentos institucionais (abrigo, Fórum, Cras/Creas etc.). Assim, a decisão de escrever ou não, nos diversos documentos técnicos, um ou outro fragmento das histórias que são acompanhadas pelos serviços de acolhimento, em meio ao seu cotidiano intenso, interfere diretamente no enredamento e na significação construída para essas histórias. As palavras ali escritas engendram vidas nas quais o sentido produzido para significar a ausência da mãe, seja pelo silêncio ou pelo ocultamento de acontecimentos, pode ter efeitos bastante violentos, ainda mais se lembramos que essas mesmas vidas já foram alvo de diferentes formas de violência. Compreende-se, desta forma, que escrita é ação, e é nela que se fabrica “os seres e os objetos sobre os quais aparentemente apenas discorre ou que descreve” (Ó; AQUINO, 2014, p. 206).

Diante disso, algumas questões precisam se fazer sempre presentes no cotidiano do trabalho, o que permitiria pôr em questão a inevitável tendência à reprodução de lógicas hegemônicas. Quando se torna mais fácil para nós, profissionais da área, interpretar as histórias que nos chegam, fica evidente a tônica moral, de julgamento, que tais interpretações carregam acerca das famílias que atendemos (REIS, 2012). Assim, são comuns expressões tais como: “se a mãe quisesse os filhos, teria vindo na visita”; ou, “não teria vindo alcoolizada; ou, “teria lutado por eles”. O que nos faz desistir tão rápido das famílias de origem e investir com tanta energia nas famílias adotivas? Talvez a relação ambígua que estabelecemos hoje com essas famílias não seja tão diferente da que existia há alguns anos: é melhor oferecer uma “boa” família, uma família “com condições”, para que essas *crianças tenham um futuro melhor*.

No bojo dessa discussão, entende-se que os documentos técnicos precisam ser compreendidos como discurso e, assim, como “batalha e arma” (FOUCAULT, 2005, p. viii) de uma luta que ocorre nos jogos de poder que governam as vidas acolhidas nesses serviços. A elaboração dos documentos técnicos na prática profissional é entendida, portanto, como um ato político e como uma forma de resistência ao silenciamento e às diferentes violências às quais tais famílias são constantemente submetidas.

3.5 Passado, presente e futuro: o tempo de construção

Em paralelo à proposta de reencontro com a mãe, outra cena foi se mostrando importante nessa história: a morte do pai. Todos sabiam que ele havia morrido e ninguém tinha a informação do local, nem da data em que isso havia acontecido. Com a leitura dos autos do processo no cartório, foi possível saber o local e uma data aproximada: final de 2011. Os meninos, os três, desde o início anunciavam o desejo de visitar o túmulo do pai – na verdade, eles contavam que já haviam realizado sozinhos diferentes buscas num cemitério próximo ao antigo Saica. A ideia de ir ao cemitério visitar o pai souou como um pedido inusitado, principalmente por vir de crianças e adolescentes. Marcamos de levá-los até lá. No dia combinado, na porta do carro, Rafael desistiu de ir, enquanto Lucas e Douglas mantiveram a ideia.

Chegamos ao cemitério, mas, por não sabermos a data exata da morte do pai, não era possível localizar o túmulo. Estávamos no balcão da administração do cemitério e o atendente se mostrava pouco disponível para nos ajudar. Segundo ele, seria necessário que o juiz

solicitasse a busca pelos livros de registro – e isso significaria, pelo menos, mais alguns meses até que todo o processo viesse a se consolidar. Num trabalho que é atravessado pela urgência do tempo de desacolhimento, seja o tempo para o retorno à família de origem ou a ida para outra família, ou a saída aos 18 anos, alguns meses têm significado especial. Sem contar que essa informação provocou muita tristeza nos meninos, dado o fracasso da empreitada.

Em certo momento da conversa, o atendente deixa escapar a informação de que os tais livros com o registro de todos os falecidos, livros enormes, estavam ali, com ele. Tudo o que precisávamos era ter acesso a esses livros. Insistimos: falamos que os dois irmãos estavam acolhidos há muitos anos, sem notícias do falecimento do pai, e que tinham muita vontade de visitar o túmulo. Inesperadamente, o atendente se sensibilizou e de forma ríspida falou: “Vou te dar os livros e você procura!”. Pegamos os três livros enormes, do tamanho da mesa da recepção. Folha a folha, eu e Lucas (12 anos), o único dos dois que sabia ler, procuramos pelo nome do pai. Algumas horas depois e quase no final do último livro, encontramos. Lucas e Douglas demonstraram enorme alegria, em meio à tensão provocada pela descoberta do túmulo do pai, morto há tantos anos...

Imersos nas infinitas demandas existentes no cotidiano de trabalho do Saica, é comum que os profissionais encontrem dificuldade em acompanhar todas as famílias daqueles que estão vivendo ali. Mais difícil é disponibilizar tempo do trabalho para dedicar a uma história tão fortemente marcada pelas forças de uma destituição familiar, somada à mãe que reside em outro município, um pai já falecido e à falta de informações sobre todos eles. Se o tempo é fator fundamental do trabalho com essas vidas, ele o é em duas medidas: pela sensação de urgência que as famílias e também os profissionais enfrentam desde a chegada de alguma criança ou adolescente ao serviço; e, simultaneamente, pela necessidade de que o tempo permita operar mudanças e processos para que histórias tão complexas possam ser cuidadas e bem trabalhadas.

Foi necessário tempo e trabalho para que se conquistasse a visita ao túmulo do pai; um túmulo esquecido de um pai tido como indigente pelo Estado. A partir daí, uma outra relação com a morte do pai foi sendo produzida, através de algumas novas idas ao cemitério e da restauração do túmulo pelos próprios meninos: limpar, arar e plantar flores. Isso por si só já era um trabalho fundamental no sentido de devolver aos irmãos a história que lhes pertencia. Paralelamente a este trabalho, percebíamos que a subida ao telhado da casa se tornou um pouco menos frequente e o futebol na praça passou a acontecer na vida dos três assiduamente, às 6 horas da manhã dos sábados.

4 AMANDA E SEUS DESTINOS: PERCORRENDO AS ENGRENAGENS DE UM SAICA

É tempo de se pensar na possibilidade de transgressão deste triângulo calcado na relação direitos-deveres-punição, escapando ao esquadrinhamento dos limites da criminalização, que assume a mesma lógica e os mesmos efeitos em relação à destituição do pátrio poder, a um processo criminal contra os pais, ou quando penaliza crianças e adolescentes que vivenciam situações-problema.

(PASSETI, 1995, p. 46)

Dia das Mães, Dia dos Pais, Páscoa e Natal são datas culturalmente fortes no Brasil e podem ser particularmente difíceis nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. Tais datas carregam simbolicamente marcas da instituição familiar, fazendo-a sobressair, seja pela sua idealização ou, muitas das vezes, por reforçar uma certa lógica e evidenciar a ausência dela.

Era o ano de 2011, na Zona Oeste da cidade de São Paulo. Amanda se destacava, em meio a outras dezoito crianças e adolescentes que viviam em um Saica, quando essas datas comemorativas se aproximavam. Dias ou semanas antes começavam a acontecer cenas permeadas por rompantes de choro, brigas com outros moradores e com a equipe do serviço, expressões de agressividade direcionadas a adultos e crianças, ou mesmo momentos de apatia em suas atividades corriqueiras. Aparentemente sem motivo algum, e de forma repentina, a jovem meiga, serena e estudiosa se recusava a ir ao balé que tanto gostava e à escola, onde era boa aluna; e, às vezes, pulava alguma das refeições. Acolhida naquele mesmo serviço há cerca de cinco anos, levou um tempo para que a equipe percebesse as nuances desse movimento de Amanda.

No dia a dia de um serviço como o Saica, nem sempre é fácil acompanhar de forma atenta as nuances do movimento de cada um que vive ali e, assim, poder apreender e inserir os acontecimentos, que parecem, muitas vezes, pontuais e sem motivo, num contexto maior. Ainda que a rotina de um serviço seja criada também com o objetivo de poder contemplar e cuidar das necessidades singulares de quem vive ali, e de garantir o funcionamento da instituição, essa mesma rotina se insere numa engrenagem que, frequentemente, *obscurece* o olhar para tais especificidades. Tal obscurecimento parece ser efeito de diferentes aspectos, tais como o grande número de crianças e adolescentes juntos num mesmo lugar, suas rotinas variadas, poucos profissionais para acompanhá-las e a marca das violências presente em cada uma dessas vidas. Esses e outros fatores engendram uma instituição na qual há o cruzamento

de muitas forças: o excesso de trabalho, cansaço dos profissionais, dificuldades e delicadezas da singularidade de cada história. Como efeitos, são produzidos profissionais que se revezam e que, nesse revezamento, acabam por produzir lacunas no trabalho, obscurecimento do olhar e amortecimento da sensibilidade no cuidado com essas vidas etc.

Por ter uma estrutura que se pretende semelhante a uma casa, cada serviço deve funcionar 24 horas por dia, todos os dias da semana e, para tanto, é necessário que haja uma equipe presente em todos os momentos. As normativas preconizam a existência de um orientador socioeducativo (comumente designado por educador)¹⁸, para até 10 crianças e adolescentes por turno, e determina-se que esses profissionais tenham minimamente uma formação de nível médio. A proporção de educadores por criança aumentará “quando houver crianças/adolescentes com deficiência, necessidades específicas de saúde ou idade inferior a um ano” (BRASIL, 2009c, p. 73); para consolidar esse aumento, são exigidos alguns procedimentos burocráticos que, muitas vezes, acabam por dificultar a chegada de novos profissionais. Também está previsto na composição da equipe um auxiliar de orientador para até 10 crianças e adolescentes por turno, sendo exigido o ensino fundamental para essa função, e o número destes profissionais também pode aumentar na proporção e em condições semelhantes às mencionadas acima para o orientador socioeducativo.

Portanto, em um serviço com capacidade para vinte crianças e adolescentes, espera-se ter, pelo menos, dois profissionais por turno. São esses dois grupos de profissionais, educadores e auxiliares, que atuam direta e intimamente no cuidado e no acompanhamento da vida dos meninos e meninas que moram ali. E são esses mesmos profissionais que, muitas vezes, em razão de sua condição social, acabam também enfrentando uma vida de precariedade.

4.1 Entre uma casa e a precariedade

Assim, por mais que fosse a boa vontade que algumas [amas de leite] revelavam, a precariedade das condições materiais impossibilitava uma conveniente assistência à criança exposta, que em geral pagava com a vida a ausência das atenções com que a moderna pediatria consegue, em certos países, reduzir a um mínimo a cifra da mortalidade infantil. (Relatório de 1936 apud JÚNIOR; ROCHA, 2006, p. 194).

¹⁸ A história dos serviços destinados à criança e ao adolescente afastados de suas famílias permitiu compreender as mudanças em relação ao formato e ao funcionamento dos equipamentos em questão. De maneira semelhante, e sem aprofundar aqui tal discussão, houve variações quanto à compreensão da função do que hoje se entende por profissionais. Atualmente, se designa por orientador socioeducativo (BRASIL, 2009c) o profissional responsável pelo cuidado daqueles que estão vivendo a medida de acolhimento, mas é bastante comum ouvir o termo “educador”.

No cuidado com Amanda, com os outros moradores do serviço ou nas práticas empenhadas em outros serviços de acolhimento, está montada, hoje, uma estrutura em que a precariedade do trabalho não mais produz a morte de crianças, como sinaliza o excerto acima, do ano de 1936. Os efeitos desse cotidiano têm sido o adoecimento e o sofrimento de adultos e crianças.

A rotina da casa onde Amanda morava começava cedo todos os dias. Os orientadores da manhã assumiam o turno de trabalho às 6 horas e ali permaneciam até as 18 horas; geralmente, o horário de almoço ou de jantar previstos em lei era realizado na própria casa: simultaneamente ou após o horário de refeição dos moradores, os orientadores se sentavam à mesa e, assim, comiam a mesma comida servida para as crianças. A disponibilidade de alimento permitia que, se o horário da refeição fosse simultâneo, ao sentar juntos à mesa, adultos e crianças compartilhassem desses momentos; ao mesmo tempo, produzia uma dinâmica em que os profissionais permaneciam 12 horas praticamente ininterruptas na função de trabalhador. A complexidade de uma instituição como o Saica pode ser vista, por exemplo, nos efeitos dessa dinâmica de funcionamento. Um deles se expressa no cansaço dos profissionais e no que daí decorre: atos de impaciência diante de uma dada situação, ou mesmo enfraquecimento da sensibilidade necessária em um trabalho que lida com vidas marcadas por violências e sofrimentos. Produzindo, desse modo, violência e sofrimento na vida dos próprios funcionários.

Outro efeito desse funcionamento é percebido na quantidade de horas dedicadas a um trabalho que mistura intensamente aspectos do âmbito da vida pessoal, neste caso, a necessidade de ter o horário de almoço e uma pausa durante o trabalho, com aspectos da função de trabalhador, como a importância de almoçar com as crianças para constituir espaços produtores de vínculos e afetos. É na existência desses momentos de refeição conjunta, tão potentes para a criação de vínculo, cuidado e atenção, que se verifica, ao mesmo tempo, o cansaço em razão do excesso de trabalho. Portanto, há uma maquinaria que produz sofrimento no trabalhador do Saica, na mesma medida em que busca ofertar proteção e cuidado a crianças e adolescentes.

Voltando ao início do dia de trabalho, vê-se outro elemento dessa maquinaria. Quando chegavam, todos os profissionais tinham que se apropriar do que havia acontecido na casa durante as horas em que estiveram ausentes, como estratégia para garantir uma mesma direção ao trabalho de diferentes profissionais com as mesmas crianças e adolescentes. Para isso, valiam-se principalmente de duas estratégias: uma conversa com os orientadores que

estavam no turno de trabalho anterior e a leitura do Caderno de Plantão. Nesse caderno, eram registrados os principais acontecimentos da casa, escritos por um ou mais educadores de cada plantão, mas também quaisquer outros profissionais poderiam relatar algo ali, se entendessem ser necessário. No geral, uma página do caderno era capaz de conter o relato sobre as 12 horas de trabalho com vinte crianças e adolescentes.

Nesse contexto, era comum que os registros tratassem apenas, e de forma simplificada, dos acontecimentos que mais se faziam notar para cada um da equipe ou que exigiam maior atenção e trabalho: brigas, doenças, faltas na escola, entrada ou saída de um novo morador, remédios receitados etc. Sendo o caderno bastante importante para a manutenção de uma rotina e de estratégias de cuidado, era necessário que fossem destinados, pelos orientadores, tempo e paciência na elaboração de relatos tão importantes para a vida das crianças e dos adolescente acolhidos – o que nem sempre acontecia. Poder atentar às necessidades singulares era um exercício incessante de luta contra um funcionamento que tendia a produzir diversos hiatos na história de cada um.

O registro e a transmissão de informações feitos através da escrita convidam a pensar em duas problemáticas. Uma delas se insere no âmbito da organização do trabalho cotidiano e a outra parece ser efeito de uma questão de ordem maior, de um funcionamento estrutural. A primeira diz respeito à necessidade de haver um relato detalhado dos acontecimentos de cada vida, o que demanda investimento de tempo de trabalho e dedicação, bem como cuidado no ato da escrita. Todavia, é comum encontrar o orientador entre a urgência no trato com alguma situação complexa e a escrita sem tempo e permeada de excessos: de trabalho, de cansaço, de afetos etc. Por esse motivo, é preciso criar estratégias em que se garanta diariamente a possibilidade de priorizar os relatórios, através, por exemplo, de um tempo reservado no cotidiano do trabalho e disponibilizado somente para tal escrita, bem como espaços destinados à discussão, com outros profissionais, das situações vividas, a fim de que o orientador possa compreender e elaborar os acontecimentos. Como não se trata de prescrever aqui um formato de trabalho considerado bem sucedido, estas são algumas das possíveis formas de enfrentamento de tal problemática. As configurações de cada serviço são variadas e, portanto, as invenções também, contanto respondam às necessidades de cada instituição.

A segunda problemática, de ordem estrutural, se refere ao efeito do cruzamento de diferentes e complexos fatores: a formação do profissional, do orientador, sua escolaridade, as taxas de analfabetismo no Brasil, os baixos salários etc., são alguns aspectos que engendram uma relação delicada entre o profissional e a necessidade diária de uma escrita. Exigir uma

escrita cotidiana e atenta ao trabalho faz aparecer o enfretamento dessas diferentes forças que compõem a maquinaria do serviço de acolhimento.

Uma máquina precarizada. É assim que poderia ser pensada toda a engrenagem que constitui os serviços de acolhimento institucional. Uma máquina em que os profissionais se esforçam cotidianamente para estar no trabalho, criar soluções para as dificuldades que surgem, inventar estratégias de cuidado que possam tratar de cada uma das vidas ali presentes. Nesse cotidiano, o profissional, cuja vida muitas vezes se assemelha à do público atendido pelo serviço, é atravessado pelo embate com uma máquina precária que atua na produção de frustrações e impotência.

Nesse funcionamento, no qual são produzidos simultaneamente cuidados e descuidados, em que há organização e desorganização, engendram-se situações que são compreendidas como pontuais, mas que carregam elementos da intensa história desses equipamentos, tal como a vida de Amanda permite entrever. O rompante de choro, após chegar da escola, a briga com outra adolescente da casa durante o jantar, na semana do Dia das Mães, tinha que ser resolvido para que todos pudessem comer e seguir conforme a rotina da casa. As faltas nas aulas durante os dias que precediam a Páscoa só eram sabidas meses depois, em reunião escolar. Alguns domingos, dias abertos às visitas familiares, tornavam-se mais agitados na parte da manhã, quando Amanda se recusava a ajudar a organizar a casa. Todas essas eram cenas que pareciam sempre pontuais, específicas de cada momento, e, na urgência de manter o cotidiano funcionando, os profissionais iam perdendo a relação entre estes momentos de conflito e a história de cada uma das crianças. Desse modo, nota-se que a consolidação de uma engrenagem produtora de lacunas que faziam escapar as necessidades singulares se dá nos mínimos gestos (presentes ou ausentes) cotidianos. Era contra essa engrenagem que todos tentavam inventar estratégias diariamente.

Entretanto, a precariedade faz parte das situações de violência, que vão se dando de forma sutil, praticadas pelos profissionais desses serviços. Fica evidente que os próprios profissionais se tornam eles também alvo de violência, seja por sua condição socioeconômica ou formativa. Porém, não é possível discorrer sobre os equipamentos e as possibilidades de trabalho dos profissionais sem considerar o caldeirão histórico produtor das precárias condições desses serviços: os salários são baixos, as formações e as estruturas estão aquém do necessário e a produção cotidiana de sofrimento fica à margem do foco das práticas de governo. Tais colocações nos permitem apreender de outro modo certos dados relativos à configuração formal do trabalho.

4.2 Paradoxos de uma vida em acolhimento

Também compõe a equipe mínima de um serviço de acolhimento um gestor/coordenador e uma equipe técnica com pelo menos um assistente social e um psicólogo. Essa equipe, presente todos os dias (no geral, exceto nos finais de semana), possibilitava que o trabalho cotidiano se sustentasse numa direção alinhada entre os diferentes profissionais. Eram esses os profissionais que, ao ocupar uma posição privilegiada na dinâmica da equipe, podiam exercer uma função de fio condutor do trabalho e, assim, tecer as práticas de toda a equipe na direção de uma única proposta. Algumas problemáticas do cotidiano evidenciavam, entretanto, que a existência dessa equipe não era suficiente para alinhar todo o trabalho.

Com o objetivo de fazer o serviço funcionar, cada equipe é organizada de forma variada, de acordo com a gestão de cada instituição, o vínculo empregatício dos profissionais e suas horas de trabalho por turno. Em 2013, verificou-se que, em relação ao tipo de vínculo dos funcionários, o celetista predominava nas regiões Sudeste (58,9%), Sul (38,3%), e Centro-Oeste (29,3%), havendo uma porcentagem menor de prestadores de serviço e servidores públicos (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 119). Ainda que a direção das mudanças dos serviços tenha sido no sentido da profissionalização do trabalho, é muito frequente encontrar diferentes tipos de trabalho voluntário – das práticas de filantropia e de assistencialismo, historicamente presentes no trato dispensado à infância marginalizada, as quais serão tratadas mais adiante.

Seja como profissional ou como voluntário, todos esses atores são responsáveis por garantir ao serviço um aspecto residencial no cuidado àqueles que se encontram em situação de acolhimento institucional e, “visando a criar uma rotina de atuação e [a construção de] laços entre os acolhidos e os educadores, indica-se que os profissionais trabalhem em turnos fixos diários.” (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 51).

Para que o atendimento em serviços de abrigo institucional possibilite à criança e ao adolescente constância e estabilidade na prestação dos cuidados, vinculação com o educador/cuidador de referência e previsibilidade da organização da rotina diária, os educadores/cuidadores deverão trabalhar, preferencialmente, em turnos fixos diários, de modo a que o mesmo educador/cuidador desenvolva sempre determinadas tarefas da rotina diária (p.ex: preparar café da manhã, almoço, jantar, dar banho, preparar para a escola, apoiar as tarefas escolares, colocar para dormir, etc.), sendo desaconselhável esquemas de plantão [por meio de rodízio de 12 por 36 horas], caracterizados pela grande alternância na prestação de tais cuidados. (BRASIL, 2009c, p. 64).

O Saica da Zona Oeste de São Paulo, onde Amanda morava, mantinha uma forma de organização em que os orientadores e os auxiliares eram todos celetistas e trabalhavam em turnos de 12 horas por 36 horas, garantindo que cada profissional estivesse na casa no mesmo horário, mas em dias alternados. Eram, portanto, quatro equipes de trabalho: duas se revezando durante o dia, e duas que se revezavam durante as noites. Essa estrutura, que caminha na direção contrária à indicação proposta acima, é bastante encontrada nos serviços hoje. Assim, uma primeira equipe da manhã entrava às 6 horas e saía às 18 horas, quando entraria uma segunda equipe, que trabalhava à noite e só sairia às 6 horas do dia seguinte; a terceira equipe chegava para o plantão da manhã às 6 horas e saía às 18 horas, dando lugar a uma quarta equipe, que trabalharia no período da noite até as 6 horas. Só então a primeira equipe voltaria a trabalhar no serviço, e assim seguiria o rodízio dos plantões. O funcionamento montado a partir dessa lógica garantia que os profissionais cuidassem das mesmas atividades da casa, porém, raramente a equipe inteira conseguia se encontrar, fator este que acabava por dificultar o alinhamento do trabalho.

Apenas educadores e auxiliares eram contratados para compor turnos com essa dinâmica. Os demais profissionais (equipe técnica, cozinheiras e motorista da casa) iam ao serviço todos os dias, entre as 7 e 20 horas, na tentativa de garantir uma direção comum e um fio condutor do trabalho. A equipe técnica tinha jornadas de trabalho diferentes e se revezava das 8 às 19 horas, de forma que o gestor do serviço deveria cumprir 40 horas semanais, assim como o psicólogo; o assistente social, a partir de 2010¹⁹, começou a dedicar-se por 30 horas semanais. As cozinheiras também estavam presentes todos os dias, mas cada uma delas tinha um turno de trabalho. Nesse funcionamento de turnos e plantões variados, todos eram responsáveis por garantir o cuidado a todos os bebês, crianças e adolescentes. E desse modo asseguravam o atendimento também à Amanda.

Nos antigos orfanatos, o número de pessoas disponíveis para atender as crianças era proporcionalmente menor ao existente hoje nos Saicas. Mas persiste a insuficiência de recursos e pessoas disponíveis para lidar com a demanda e a complexidade do trabalho; desse trabalho que tem como alvo uma parcela específica da população – a criança e o adolescente *perigoso e em perigo*.

¹⁹ A Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010, alterou o artigo 5º da Lei de Regulamentação Profissional do Assistente Social (Lei 8.662/1993) e definiu a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial.

Aos nove anos, Amanda foi acolhida junto com sua irmã, Paula, de onze anos de idade, em decorrência do que foi designado por situação de rua, alcoolismo e drogadição dos pais. No início do acolhimento, o pai, e principalmente a mãe, visitavam as filhas quinzenalmente no serviço: às vezes, chegavam alcoolizados, ou iam acompanhados de outras crianças pequenas (vizinhos ou primos das irmãs). Os momentos de embriaguez e a presença de outras crianças na visita ganharam destaque para a equipe como fatores que impediriam a construção e/ou manutenção de uma proximidade entre pai, mãe e filhas. Esses fatores se impuseram ao olhar avaliativo dos técnicos, os quais repetiam, em conversas ou em documentos técnicos, que tal postura do pai e da mãe, de estarem alcoolizados ou não garantem exclusividade e total atenção às filhas na visita, expressava desinteresse em reaver o cuidado das filhas.

Ainda que o trabalho primeiro do serviço seja acolher e proteger quem ali chega, com vistas ao retorno familiar, nesse Saica, a visita das famílias aos seus filhos era permitida em horário restrito: aos domingos, das 15 às 17 horas. Todas as famílias, exceto as que estivessem impedidas judicialmente, poderiam encontrar com seus filhos na instituição nesse período. Como esse era o único horário institucionalizado para visitas, qualquer familiar que desejasse ir num outro dia deveria solicitar à equipe técnica, mas isso nunca era dito aos familiares e, não coincidentemente, raramente acontecia uma visita fora do horário estipulado. Assim, ficava constituído um cenário de obrigatoriedade de ida das famílias nesse período previamente definido e, diante das ausências, ou das idas que escapassem ao estabelecido, como ocorria na família da Amanda, rapidamente se concluía, interpretativamente, pelo não desejo da família pelos seus filhos.

A estrutura da rotina desse serviço de acolhimento permite entrever que o investimento de trabalho objetivando o retorno à família de origem não é, muitas vezes, prioridade do trabalho. Assim, é fortalecida uma direção cada vez mais clara quanto aos rumos que a medida de acolhimento pode vir a tomar, tal como a tão frequente e rápida destituição do poder familiar. Desse modo, a prática da adoção (ou a espera indeterminada por ela) conquista, sutilmente, certa prioridade no trabalho desses profissionais. Numa máquina precarizada como o Saica, torna-se bastante difícil apreender os efeitos do funcionamento e propor ações que sejam coerentes com o objetivo de retorno ao convívio familiar. Soma-se a isso o imperativo do tempo, que urge nessas vidas, produzindo a necessidade de respostas rápidas.

Nesse sentido, a indeterminação se mostra como um componente relevante e constitutivo dos serviços de acolhimento, que se apresentam como uma casa temporária em

que o tempo de permanência é sempre indeterminado. Quem chega não sabe quanto tempo irá morar ali e, portanto, nem quanto tempo permanecerá afastado de sua família; tampouco sabe se poderá retornar para junto dela. Ainda que, em 2009, a Lei nº 12.010²⁰ tenha definido um tempo máximo de dois anos de permanência no serviço de acolhimento, essa indeterminação ocorre seja porque, no decorrer desses dois anos, não é possível saber exatamente quando será a saída do serviço, seja porque é comum a necessidade de uma criança ou um adolescente permanecer um tempo maior acolhido.

Certo dia, quando já estava com 12 anos, Paula saiu sem autorização do serviço. Pulou o muro da casa para ir ao encontro de seu pai, que estava do lado de fora do serviço, esperando pela filha. Nem pai nem filha desejavam o acolhimento institucional como uma estratégia de cuidado e proteção. Ambos, que viviam em situação de rua, desejavam morar juntos, ainda que enfrentassem uma vida repleta de adversidades. Tomaram a rua como morada, e, assim, foram viver uma vida exposta a circunstâncias de risco e fragilidades. Paula não retornou mais. Recusava-se a sair de perto da mãe e do pai, não queria voltar para o Saica.

A irmã menor não pulou o muro, ainda que também desejasse estar com sua família. À Paula, foi dada ordem de busca e apreensão, mas como não foi encontrada, algum tempo depois definiu-se pelo seu desacolhimento e, portanto, pelo retorno à sua família. Esporadicamente, ela e seus pais ligavam para o Saica para saber de Amanda, mas desde as primeiras vezes a equipe decidiu não autorizar as conversas, com o argumento de que só poderiam voltar a se falar caso Paula retornasse à tutela do Estado. Aos poucos, a família deixou de ligar na casa e no decorrer das semanas Amanda foi perdendo o contato com eles. Os profissionais do serviço sentiam medo de que Amanda pudesse *fugir* para ir ao encontro de sua família e, ao mesmo tempo, apostavam que, no serviço, Paula estaria mais bem protegida. Certamente, era uma decisão difícil “deixar ir” duas meninas para a situação de rua e alcoolismo dos pais. Mas, a essa altura, tal decisão já não estava mais no campo de atuação do serviço de acolhimento, ainda que este equipamento continuasse a endossar, através de relatórios e reuniões com outros profissionais, o discurso do perigo de viver nas condições dessa família. Assim, os dispositivos jurídicos passaram a atuar ativamente na busca por Paula e sua família.

Dois meses mais tarde, depois das tentativas frustradas de acolher Paula novamente, pai e mãe foram destituídos do poder familiar. Mas a destituição ganhou um contorno

²⁰ De acordo com a Lei nº 12010, Art. 19, § 2º, “a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária” (BRASIL, 2009b).

específico: eles foram destituídos da paternidade somente de Amanda, e continuaram pais de Paula. Uma configuração bastante paradoxal que convoca o olhar para as nuances da complexidade de um trabalho com essas famílias. O afastamento de Amanda de sua família foi expressamente produzido, dentre outros fatores, pela decisão do serviço de impedir o contato, ainda que por telefone, entre eles. Embora a intenção do serviço fosse o cuidado com ambas as meninas, o controle sobre tais vidas, suas formas de relação, a possibilidade de reconstrução de afetos e vínculo etc. foi determinante. Em apenas dois meses operou-se uma ruptura no interior dessa família, uma ruptura com Amanda.

Ao longo de todo esse tempo, as tais datas comemorativas escancaravam aos profissionais o sofrimento com o qual Amanda convivia diariamente. Assim, ela foi inserida na lista para adoção, de modo que pudesse retomar o convívio com uma família – outra família. Mobilizada pelo sofrimento da menina, a equipe do Saica passou a reivindicar, cada vez mais, nas instâncias jurídicas, que a adoção de Amanda não demorasse muito. De sua parte, ela manifestava o desejo de poder conviver novamente com seus pais, pedia explicitamente por eles e para voltar a morar com eles, e, ao mesmo tempo, manifestava a vontade de ter uma família adotiva, perguntando inúmeras vezes à equipe se ela seria adotada algum dia, quando isso aconteceria, quem a adotaria, por que demorava em ter uma família novamente etc. O tema da adoção está fortemente enredado no funcionamento do serviço, e talvez Amanda visse na adoção a única possibilidade de voltar a viver em família – assim como a equipe, que não apostava na família de origem como uma alternativa “saudável” ao desenvolvimento de Amanda.

Embora de saída eventualmente se possa crer que os acontecimentos na vida de Amanda só dizem respeito a ela, vale lembrar, como assinala Rose (1998, p. 30), que

Nossas personalidades, subjetividades e relacionamentos não são questões privadas, se isso significa dizer que elas não são objetos de poder. Ao contrário, elas são intensamente governadas. [...] Pode parecer que pensamentos, sentimentos e ações constituem o próprio tecido e constituição do mais íntimo eu, mas eles são socialmente organizados e administrados nos mínimos detalhes.

A discursividade dos profissionais, dos especialistas, engendra afetos e discursos em Amanda, atuando na produção de sua subjetividade. Na esteira do que propõe Rose (1998), é possível compreender o que levou Amanda a viver seu dia a dia na espera de viver em uma família novamente – a de origem ou alguma família adotiva, que ela ainda poderia vir a conhecer. O Saica era considerado passagem para alguma família.

4.3 O muro que produz adotáveis

A prática de adoção e o desejo de ser adotado integram de forma bastante emaranhada o trabalho no serviço de acolhimento. Por esse motivo, trazer à baila esse equipamento e seus (des)funcionamentos coloca a necessidade de evidenciar de que forma, no cotidiano de um Saica, vai sendo produzida a adoção. No caso de Amanda, a ideia é pôr em análise as forças que, na sua história, tornaram o “não pular o muro” em “necessidade de adoção”.

Há um fluxo instituído hoje, no território brasileiro, que permite o encontro entre dois grupos: de um lado, aquele que congrega os pretendentes à adoção e, de outro, aquele com crianças e adolescentes em “*condições de serem adotados*” (BRASIL, 2013, p. 91, grifos meus)²¹. Sem adentrar na complexidade da discussão, sem dúvida de fundamental importância, acerca de quais condições definem quem são os adotáveis, vale retomar a ideia já discutida anteriormente de que as dificuldades em permanecer com os filhos são absolutamente mais presentes na camada brasileira empobrecida e que, majoritariamente, é também negra. Ainda que a medida protetiva não seja justificada pela circunstância de pobreza, nota-se que são essas as famílias que têm chegado aos serviços. Nas diretrizes propostas pelo ECA fica evidente que essa informação entra em conflito com o princípio de que a pobreza não deve ser motivo para o acolhimento.

Numa sociedade em que a discriminação e a exploração incidem predominantemente sobre determinados grupos étnicos, e que a crença na incompetência das pessoas pobres é generalizada (PATTO, 2015), as explicações e os motivos que levam ao afastamento de famílias pelo Estado está, portanto, incrustado em um cenário muito mais complexo e problemático, como foi possível discutir em capítulo anterior. Ao retomar os dados acerca da população presente nos Saicas, encontra-se que mais de 80% dos acolhidos têm família. A direção do trabalho seria, portanto, a de conquistar e possibilitar o retorno ao convívio familiar. Todavia, mergulhando em uma análise mais aprofundada sobre as ações dos serviços cuja proposta é a de reintegração familiar, trabalhando com as famílias de origem (ASSIS; FARIAS, 2013), é possível entrever traços de uma cultura que segue avaliando e julgando as formas de cuidado e educação dessas famílias.

Na abordagem qualitativa, também percebeu-se que na maior parte dos serviços, com destaque para todos os da região Sul, o atendimento é voltado para a criança enquanto está acolhida e *pouco focado na reinserção familiar*.

²¹ Esta mesma expressão aparece em outro documento oficial, sinalizando não somente sua recorrência mas a persistência de uma ideia. (BRASIL, 2009a, p. 3).

Vários são os fatores e especificidades que se apresentam para que isso ocorra: falta de recursos (financeiros e humanos); perfil da instituição (pouco tempo de acolhimento, *serviço religioso caritativo-assistencialista*); *perfil das famílias (muito vulneráveis ou residentes em locais distantes)*; e por fim, a visão de que *não é “saudável” a busca pela reinserção*; ou de que isso não seria tarefa dos serviços prestados na unidade (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 144, grifos meus).

A visão de que “não é saudável a busca pela inserção familiar”, considerando que aqui o termo família refere-se à família de origem, parece contrariar o percurso histórico de políticas que primam pela valorização da convivência familiar e comunitária, contrariando a ideia de que *uma certa* convivência familiar e comunitária é que seria a correta. Se a efetivação de atividades que promovam a integração das crianças e dos adolescentes com suas famílias de origem ou extensas é fundamental para que a medida de proteção em serviço de acolhimento seja breve, como determina a legislação, há de se considerar como tais atividades têm sido pensadas. “Não é isso [as ações voltadas às famílias] o encontrado em várias unidades do país” (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 146). De acordo com esses mesmos autores, “inexistem vínculos com a família de origem porque ela é socialmente vulnerável o que a desqualifica para se responsabilizar pelos filhos” (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 147).

Pela idade de Amanda, pouca era a possibilidade de adoção (ASSIS; PIRES, 2013; VARGAS, 2013; MENDES, 2007; CAMARGO, 2005), e essa era uma questão que preocupava todos da equipe. Não sendo a família de origem compreendida como uma alternativa possível, e trabalhando com o pressuposto da importância de que Amanda pudesse ter seu direito à convivência familiar garantido, eram discutidas diferentes estratégias para enfrentar a então orfandade, engendrada no próprio tecido de funcionamento dos equipamentos da assistência social. Na estrutura da rotina do serviço, se desvela uma engrenagem em que se busca por pessoas que estejam ancoradas nas premissas do que hoje é entendido como família; tal busca, ocorrendo em processo paralelo à definição pela destituição familiar, produz a intensificação da lógica e, portanto, da necessidade de adoção. Ou seja, a força do discurso hegemônico do “direito à vivência familiar”, operando no jogo da decisão pela destituição da família de origem de uma dada criança, constitui um campo em que a adoção ganha importante força.

Como visto anteriormente, o percurso histórico de políticas tem primado, cada vez mais, pela valorização do “estar na família e na comunidade”, ideia expressa na Constituição Federal de 1988 que estabelece que a família tem especial proteção do Estado e que este vem assegurar às crianças e aos adolescentes o direito à convivência familiar e comunitária. Nesse

cenário, em que se fortalecem tais ideias, é possível identificar duas importantes linhas de força: a primeira, em descontinuidade com as práticas anteriores, e a mais explícita, que faz garantir, intensamente, o tal direito à convivência familiar e comunitária; a segunda, marcada pela visão de que “não é saudável a busca pela inserção familiar”, aqui se referindo à família de origem, faz reforçar o preconceito para com as famílias pobres, fortalecendo a ideia ou a crença na incapacidade destas em cuidar de seus filhos e filhas. O que está em jogo, portanto, é uma certa concepção de cuidado articulada à noção de família, da qual as famílias pobres, de saída, se distanciam, de forma que todo esse campo imprime, assim, uma dinâmica perigosa e acelerada de destituições e adoções, tão comuns nas práticas existentes hoje no serviço de acolhimento.

E foi nessa engrenagem que, a certa altura do trabalho, a relação estabelecida entre uma voluntária e Amanda passou a chamar atenção de todos. Silvia tornou-se uma voluntária do serviço após conhecer o Saica através do “Atendimento Fraternal”²², reuniões fundamentadas em um ritual religioso, nesse caso o espiritismo, e oferecidas pela entidade que geria o serviço em parceria com a prefeitura. O Atendimento Fraternal integrava um conjunto de ações que eram organizadas e oferecidas pela e na sede da entidade, espaço localizado em uma casa ao lado do Saica, a fim de garantir a sua missão. Abertos a qualquer um que tivesse interesse, esses espaços também podiam ser frequentados pelas crianças e pelos adolescentes acolhidos – quando estes aceitavam o convite feito pelos próprios profissionais da organização. Era um convite desprovido de obrigatoriedade e que, quando aceito, era tido pelos profissionais como uma boa prática, como uma atitude alinhada a uma intenção de “autocuidado”, de “bom futuro”. Foi em uma de suas idas ao Atendimento que Silvia conheceu Amanda e outras crianças acolhidas, o que a levou a se aproximar do trabalho do então abrigo. Aos poucos, Silvia passou a desenvolver algumas atividades na casa, como voluntária, e, cada vez mais, ela e Amanda foram se aproximando, criando vínculo e estreitando laços.

A existência de atividades religiosas nos serviços de acolhimento e a presença de voluntários desempenhando atividades na casa estão relacionadas à participação da organização não governamental (ONG) como uma das estruturas por meio das quais, no Brasil, se efetiva a medida protetiva de acolhimento, tal como ocorria no serviço onde Amanda morava. Tais entidades vinculam-se, majoritariamente, a missões religiosas e, nesse sentido, carregam em seu discurso a lógica de “ajudar o próximo” (GUEDES, 2013). Ainda

²² Espaço de estudo da doutrina espírita e no qual também ocorre ritual religioso vinculado ao espiritismo.

que sob novos moldes, a forte presença de entidades religiosas nas práticas do campo da assistência, bem como seus efeitos, apontam para a continuidade de aspectos relacionados à filantropia e à caridade, fortemente presentes na história do trato dispensado a crianças e adolescentes em situação de risco, e constituem-se, desse modo, em importantes aspectos na produção de subjetividade dessa população.

4.4 A relação público-privada

De qualquer modo, só é possível qualquer tipo de assistência à infância com numerário. Até mesmo as formas promocionais e caritativas são quase sempre executadas por pessoas ricas ou mediante coleta de recursos entre aqueles que os têm, quer dizer, sem dinheiro nem a caridade é possível. As instituições dedicadas ao atendimento de crianças padeceram historicamente da carência de recursos, quer se tratem de instituições oficiais ou particulares. (TRINDADE, 1999, p. 2).

A relação entre organizações não governamentais e o Estado, na oferta de políticas públicas, tais como a medida protetiva de acolhimento, é bastante comum e recente no contexto brasileiro, dado que a emergência das ONGs data de meados do século XX. Mas a relação do Estado com outras instituições no atendimento à criança afastada da família não é recente, pois já no período da Roda dos Expostos, confrarias e irmandades foram responsáveis por desenvolver uma prática de cunho assistencialista a essa população. Talvez o Estado nunca tenha assumido integralmente tal trabalho, tendo sempre delegado parte das responsabilidades a outras instituições. Se a função do Estado é também a de designar outros atores para atuar na execução de políticas, o que interessa pensar, neste momento, é a relação estabelecida hoje entre esses diferentes setores e quais seus efeitos nas práticas destinadas a essa população. A emergência das organizações não governamentais ocorreu recentemente e esteve vinculada às ideias de participação da sociedade civil e de transformação social, as quais se intensificaram nessa época, no Brasil e em outras partes do mundo (MACHADO, 2015).

No contexto das Nações Unidas, em 1945, é encontrado o primeiro registro formal utilizado para tratar de instituições que se autorreconheciam como diferentes do Estado. Eram instituições que, no seu surgimento, tinham a proposta de oposição ao governo. De forma semelhante, no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, época de grande censura e restrição de direitos políticos, ganhavam força as iniciativas populares dedicadas à luta pelo acesso à cidadania, e a Igreja estava no jogo como uma poderosa aliada. No início dos anos 1970, as

organizações não governamentais se afirmaram de modo mais institucionalizado e suas formações estruturaram-se em práticas de oposição à ditadura militar e, portanto, numa proposta antigoverno.

A entidade que geria o Saica de Amanda se insere no bojo desses acontecimentos. Fundada em 1963²³, com uma missão de cunho religioso, nesse caso pautada no espiritismo, tal ONG alicerçava-se no funcionamento filantrópico voltado para a infância carente e chegou a atender cerca de 60 crianças e adolescentes na mesma residência, tal como ocorria nos antigos orfanatos. Na época de seu surgimento, o atendimento era financeiramente possibilitado pelas doações daqueles que se alinhavam aos princípios dessa religião e/ou à proposta de atendimento às crianças consideradas órfãs, não havendo nenhuma verba pública destinada para esse tipo de gasto; e dessa forma funcionou por muitos anos, até que a relação das ONGs com o Estado viesse a adquirir novos contornos.

Numa perspectiva mais geral, as ONGs são entendidas como organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e que executam atividades de interesse público. Trata-se de instituições de direito privado que não têm validade legal e que podem ser desde organizações religiosas a associações, federações, sociedades e, também, partidos políticos (MACHADO, 2015). Essa pluralidade de possibilidades, e também de significados no que se refere a esse tipo de organização, carrega as marcas de um surgimento que esteve vinculado aos chamados “novos movimentos sociais”. Tais movimentos se formaram no contexto da ditadura militar brasileira, na tentativa de oposição a ela, e carregaram uma diversidade de anseios populares e de participação social. Igreja, esquerda e movimento sindical cavaram espaço para possibilitar o acesso à cidadania, prejudicada quando da instituição da ditadura.

Nos idos dos anos 1980, com o crescente processo de redemocratização, essas práticas, que estavam dissociadas do governo, passaram a ocorrer em parceria com ele, de modo que o Estado incluiu em seu modo de governar tudo aquilo que parecia estar até então à margem.

O fenômeno da participação popular não pode ser creditado somente ao aumento de consciência por parte de quem está reivindicando, mas também deve ser entendido a partir da esfera governamental. O governo não só abriu espaço como até incentivou a participação das organizações. (TEIXEIRA, 2000 apud PEREZ, 2005, p.43).

²³ Observa-se que 69,1% dos Saicas têm até 15 anos de existência no Brasil e os serviços da região Sudeste e Nordeste são os mais antigos, sendo que 14, 4% dos serviços da região Sudeste têm mais de 30 anos (ASSIS; PIRES, 2013).

A lógica do neoliberalismo, que ganhava cada vez mais força nesse período, operava nessa conjuntura também provocando uma redefinição das funções estatais. Assim, o Estado democrático, liberal e mínimo, reduziu suas intervenções no campo social e agiu de maneira a dar espaço às ONGs, possibilitando que tivessem um novo lugar no campo social. Ainda, passou a se apresentar como parceiro da sociedade em determinadas responsabilidades, entendidas como atividades sociais relevantes (MACHADO, 2015, p. 69). Em paralelo, e inserida nesse cenário esboçado pela lógica neoliberal, a partir da Constituição de 1988, a assistência social assumiu uma condição de política pública integrando o tripé da seguridade social brasileira, juntamente com a saúde e a previdência social. Sua emergência como política não mais isolada e complementar à Previdência ocorreu de forma integrada a outras políticas do campo social, o que apontava para uma premissa de articulação de esforços a fim de evitar “desequilíbrios” econômicos e sociais. Desequilíbrios estes que haviam se intensificado no período ditatorial e que se impunham às preocupações estatais, engendrando um campo no qual, a partir da reivindicação da sociedade pela garantia de direitos, o Estado inventava diferentes estratégias, buscando investir e otimizar um modo de vida, garantindo algum equilíbrio social (FOUCAULT, 2005).

Garantir direitos e condições dignas de vida; garantir proteção social a todos que dela necessitam. Este foi o discurso sobre o qual se alicerçou a política de assistência, buscando contemplar toda a população através do Sistema Único de Assistência Social (Suas), cuja elaboração se deu no ano de 2004 com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e cuja implantação foi consolidada em 2005. A proteção social começava a ser entendida como um conjunto de ações coletivas, públicas, com o objetivo de proteger indivíduos contra os riscos inerentes à vida ou de assistir as necessidades geradas em diferentes momentos históricos, tais como todas aquelas compreendidas no campo da desigualdade social (Brasil, 2005).

Nesse período, diferentes outros documentos legais surgiram para tratar do tema da proteção e do cuidado à criança e ao adolescente. O ECA (BRASIL, 1990) já havia sido criado em 1990; em 2006, foi promulgado o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) e, no ano de 2009, a Lei Nacional da Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2009b), as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (BRASIL, 2009c) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009d). Muitas foram as mudanças que ocorreram nessa década com relação à temática da medida protetiva de acolhimento.

Em âmbito estadual, no ano de 2009, seguindo determinação do governo municipal de São Paulo, a casa teve que submeter-se à adequação do espaço físico e do número de crianças e adolescentes atendidos para constituir-se como um serviço conveniado com a prefeitura, portanto, um serviço denominado *municipalizado*. Era a relação do Estado com as ONGs se reconfigurando. Como toda definição legal e toda mudança na política pública tem impacto direto na vida das pessoas, essa mudança culminou na divisão daquela casa em três, cada uma delas com meninos e meninas, entre zero e dezoito anos de idade. Amanda foi acolhida pouco tempo depois dessa transição enfrentada pelo serviço, e a casa onde ela morava se localizava ao lado da sede da organização parceira.

No município de São Paulo, este tipo de relação entre Estado e ONG é a principal forma de oferta do serviço. O Sudeste brasileiro é a região com o maior percentual de instituições desse tipo, sendo 69,6% dos serviços de acolhimento geridos por ONGs (ASSIS; PIRES, 2013, p. 90) e é nessa mesma região que se encontra o maior percentual de serviços dirigidos por voluntários (41,3%) (ASSIS; PIRES, 2013, p. 119). O elevado número de entidades não governamentais é reflexo do percurso brasileiro no atendimento a crianças e adolescentes, feito por entidades filantrópicas e religiosas, mantendo-se ainda hoje um ranço do ideário caritativo e assistencialista.

Diferentes atores compõem o campo de atendimento às políticas sociais destinadas às crianças e aos adolescentes:

Entre eles encontram-se os nichos empresariais criados pela nova economia de mercado “responsável” do ponto de vista ambiental e social, e as novas organizações sociais de caráter público (Ongs, organizações da sociedade civil de interesse público – Oscips –, fundações etc.). Muitas dessas organizações foram chamadas de “terceiro setor”, e são responsáveis pela rápida expansão de fundações empresariais, entidades caritativas, filantrópicas e organizações sociais que, muitas vezes, em suas práticas endossam discursos sobre a ineficiência estatal, ou denegam a eficiência do Estado para promover e garantir pactos assentados no princípio de cidadania, defendendo uma suposta eficiência do mercado ou a existência de uma “virtuosidade” das ações da sociedade civil (PERES; PASSONE, 2010, p. 670).

Vê-se, dessa forma, o embate e as relações estabelecidas entre o Estado, organizações e movimentos sociais, bem como com o mercado, garantindo o funcionamento de uma sociedade neoliberal e engendrando disputas que se materializam nas vidas governadas.

As três casas que se constituíram nas mudanças ocorridas no ano de 2009 continuaram pertencendo à mesma organização, a qual, esporadicamente, proporcionava encontros e

confraternizações que reuniam todo mundo. Alguns desses encontros eram de cunho religioso, como acontecia antes da divisão das casas. A diferença que a proposta da *municipalização* viria a imprimir seria um maior controle em relação aos determinantes religiosos existentes nesse tipo de serviço. Como, por exemplo, a obrigatoriedade das crianças e dos adolescentes terem que participar de atividades religiosas não mais podia existir nos serviços. O Estado, assumidamente laico, propunha serviços de acolhimento também laicos. Mas, ainda que com esse controle, a religião se manteve presente e passou a penetrar nas ações de uma forma mais sutil e invisível.

Como dito anteriormente, todos os jovens eram *convidados* a participar dos Atendimentos Fraternos, podiam recusar, mas, quando aceitavam tal convite, eram vistos com bom olhos pelos profissionais da equipe. Em relatório à Vara da Infância, constava que tal menino ou menina “frequenta regularmente os encontros religiosos oferecidos pela entidade”, como se esse fosse necessariamente um aspecto positivo para a vida da criança ou do adolescente, pois parecia relacionar-se diretamente à ideia de “bons costumes”, de “futuro da nação”. Amanda frequentemente ia aos Atendimentos Fraternos e a outras atividades, e ali conheceu Silvia. Amanda, em busca de uma família, e Silvia, casada e sem possibilidade de engravidar, rapidamente se aproximaram. Nesse contexto, Silvia se tornou aquela que levaria Amanda para passar os finais de semana em sua casa; pagaria aulas de Kumon²⁴ para ajudar nas dificuldades da menina na escola; daria presentes especiais, em datas especiais; e faria todo o processo necessário para entrar na fila de adoção e tentar ter Amanda em sua família. Algo que nunca aconteceu.

4.5 Quando o serviço não se torna temporário

O encontro entre Silvia e Amanda animou a equipe com o possível destino da menina: o de retornar ao convívio familiar e poder fazer parte de uma família que, neste caso, seria uma família cujas relações pareciam “boas” e permeadas por cuidado e afeto. Por ter interesse em ter a guarda de Amanda, Silvia deixou de ir como voluntária ao serviço e passou a ir como futura família da menina. Ela e a equipe se preocupavam com a ideia de que outras crianças criassem expectativas de virem a ser adotadas por Silvia. O foco do trabalho com Amanda no

²⁴ “Kumon é um método [japonês] que visa desenvolver autodidatismo nos alunos de forma individualizada por intermédio das disciplinas de matemática e língua pátria.” Disponível em: <www.kumon.com.br>.

serviço passou a ser então o de fortalecer a relação entre ela e sua futura mãe, para, assim, facilitar o processo de adoção.

Tudo parecia caminhar na direção de devolver à menina a vida em família. Mas o processo de adoção requer etapas importantes, tais como uma inscrição de interesse de adoção na Vara da Infância, seguido de um curso para poder ser habilitado à adoção; assim, o pretendente entra na fila de adoção e aguarda por uma criança com o perfil desejado. Esse protocolo foi instituído a partir da promulgação do ECA, quando foram elaborados sistemas de informação reunindo, de um lado, pretendentes à adoção e, de outro, crianças e adolescentes em condições de ser adotados (BRASIL, 2008).

Sem adentrar no funcionamento, nas questões e nos efeitos do processo de adoção tal como hoje está estruturado, vale apontar que há, nos dias atuais, importantes embates entre pretendentes que buscam acelerar o processo para tão logo poderem encontrar um filho ou filha – em 2012, os pretendentes cadastrados para adoção totalizavam 28.114 – e profissionais que apostam no tempo para o trabalho com as famílias de origem e/ou no tempo para que uma adoção se efetive “com sucesso”, ou seja, sem acarretar em “devoluções” ou maiores sofrimento para a criança.

Silvia seguiu o protocolo e foi à Vara da Infância e da Juventude habilitar-se para o processo de adoção. Nesse período, enquanto esperava, manteve as idas de Amanda à sua casa, conforme autorização do serviço de acolhimento. A equipe do serviço incentivava a aproximação entre ambas, permitindo o encontro delas e, muitas vezes, oportunizando que elas estivessem juntas. Foi a equipe técnica que, num dado dia, pediu à Silvia ajuda financeira para que Amanda pudesse frequentar o Kumon, dado que enfrentava dificuldades em algumas matérias escolares.

O acompanhamento do processo escolar de cada criança e adolescente acolhido é realizado no dia a dia pelos orientadores da casa. Sempre que alguém chegava da escola deveria primeiro, em seu momento livre, fazer a lição de casa para, depois, poder brincar ou assistir televisão. Estar próximo para poder identificar as dúvidas e dificuldades enfrentadas nas atividades escolares era uma das funções que integrava o trabalho do orientador, o qual também deveria acompanhar e garantir o banho de cada um; acompanhar alguém em suas atividades, como consultas médicas, Kumon, balé, ou mesmo algum lazer etc. A precariedade do serviço, sua enorme complexidade e os escassos recursos, mais uma vez, configuravam uma cena em que o acompanhamento da vida escolar e a invenção de estratégias para lidar com os processos de aprendizado de cada um ali ficavam restritos. E, assim, o voluntário ganhava um papel importante nas necessidades de quem estava acolhido.

Às vezes, Amanda perguntava sobre seus pais e pedia por eles. Dizia das saudades que sentia, do desejo de reencontrá-los e da preocupação de que eles pudessem não estar bem. O tempo foi passando e o processo de adoção demorava. A circunstância paradoxal que Amanda vivia – querendo sua família e querendo outra família – foi ficando evidente aos olhos da equipe e os pretendentes que apareciam não eram Silvia. Assim, Amanda, cujos pais foram destituídos do poder familiar, continuou a viver no serviço por muitos anos. A proposta de um serviço temporário foi se tornando permanente a partir do funcionamento do próprio serviço, que produziu tal permanência em nome de um ideal de família e, também, de um ideal de sociedade.

A destituição do poder familiar determinada em pouco tempo e em circunstância bastante paradoxal, somada à permanência de Amanda no Saica até seus dezoito anos, traz à baila a necessidade de compreender como as destituições têm sido pensadas e que lugar ocupam no funcionamento do serviço de acolhimento. Pois, na esteira das reflexões de Passetti, em que se afirma que “o atendimento é sempre social, respeitando a alegada justiça social, enquanto o julgamento permanece individual” (PASSETTI, 1995, p. 55), propõe-se pensar que as destituições têm sido utilizadas como forma de julgamento e punição das famílias que não puderam garantir os direitos de seus filhos e, assim, são consideradas moralmente inadequadas.

Diante de uma família que manifestava o desejo de estar com as filhas, ainda que o retorno ao convívio familiar não pudesse ocorrer em curto prazo, definiu-se pela destituição, impossibilitando qualquer trabalho que buscasse privilegiar a família de origem. Ou, em outro sentido, garantindo ao Estado um tipo específico de controle:

Lá onde elas não são respeitadas, lá onde são acompanhadas de pobreza, portanto, de uma imoralidade suposta, a suspensão do poder patriarcal permitirá o estabelecimento de um processo de tutelarização que alia os objetivos sanitários e educativos aos métodos de vigilância econômica e moral. (DONZELOT, 1980, p. 84).

Desse modo, sob a tutela do Estado, a saída encontrada para garantir uma vida em família foi encaminhar Amanda à fila de adoção; sem sucesso, a menina seguiu sua vida no serviço de acolhimento.

Com o passar dos meses, Silvia começou a ficar mais ausente nas visitas e nos telefonemas para o Saica, até que, um dia, informou à equipe que havia desistido da tentativa de adotar Amanda, que permaneceu vivendo ali. Aos 18 anos, ao chegar à maioridade, ela se viu obrigada a deixar aquele lugar que por muitos anos foi sua casa. Dali decidiu reencontrar

os pais e a irmã, ficou um tempo morando com eles e, depois, mais ninguém teve notícias dos caminhos que tomou. Durante todos os anos que permaneceu no serviço, o trabalho cotidiano constituía uma importante questão sobre o que fazer com aqueles para os quais o serviço de acolhimento vai se tornando a única possibilidade. Deixar de tratar o Saica como um local de passagem é fazer o exercício incessante de não tornar o período de acolhimento um momento de espera para a saída, seja ela para alguma família ou para qualquer outro lugar quando se completa dezoito anos.

5 OS MOVIMENTOS, AS VOZES E A VIDA

Percorrer as nuances, as dobras e, também, os movimentos existentes nas histórias de Pedro, Douglas, Rafael, Lucas e Amanda, meninos e menina que nos acompanharam no decorrer deste trabalho, eis o caminho tomado com a proposta de compreender, na dimensão coletiva, aquilo que se constitui como experiência singular. Entre idas e vindas, tal como Pedro viveu no trânsito pelas instituições de acolhimento, este trabalho realizou incessantes movimentos que partiram do singular em direção ao coletivo e do coletivo ao singular. Foi em um movimento de *zoom*, e a partir da elaboração de narrativas ficcionadas, que se buscou acessar, em cada uma das experiências, não apenas aquilo que no cotidiano fica comumente obscurecido, perdido ou sem relevância; intentou-se, também, dar luz a algumas das forças presentes no campo de trabalho com crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, e seus efeitos.

Nesse movimento, foi enfrentado incessantemente o risco de cair em um discurso que visa afirmar direções conclusivas quanto aos caminhos a seguir, ou dizeres prescritivos sobre práticas a desempenhar. Essa foi uma das preocupações que habitou diariamente esta escrita, pois o encontro com situações delicadas e cujas vidas encontram-se, muitas vezes, em circunstâncias limite produz a exigência da urgência e clareza nas respostas. O trabalho num Saica demanda soluções e invenções rápidas para problemas que são historicamente constituídos e cujas raízes são bastante complexas. O perigo de tentar responder às urgências e ofertar caminhos a seguir está engendrado.

Mas, exatamente por lidar com vidas em suas singularidades, existe a aposta de, ao incidir nos discursos cristalizados, produzindo fissuras e ampliando o campo de possibilidades, tornar possível algum desvio que afirme a vida. E que afirme diferentes modos de vida. Nesse sentido, viu-se que, no encontro com as histórias lacunares da Família Santos, na escuta desses vazios, na existência de tempo para operar brechas no trabalho, no questionamento dos caminhos previamente estabelecidos, foi possível conquistar a ida ao cemitério; e, ali, no balcão da secretaria do cemitério, pode-se realizar a visita e a reconstituição do túmulo perdido do pai, visto socialmente como indigente.

Atravessado pela hegemonia dos discursos que se fundamentam na luta pela garantia de direitos e na necessidade da implementação das políticas públicas, este trabalho deparou-se constantemente com uma lógica em que predominava a reprodução dessas *verdades*, as quais parecem proteger os profissionais das violências existentes nessa área. Escapar à necessidade

presente em nós, tão forte, de afirmar que “só falta efetivar a política pública em voga para o trabalho com essas famílias dar certo” ou de criticar “a distância entre a prática e a teoria” foi um exercício de luta e desconstrução dessas verdades. Afinal, se se compreende a escrita como ação, aqui também ela o é, engendrando mundos e permitindo ou não formas de luta.

Diante de tantas idas e vindas por diferentes cenas e entre o macro e o micro, conquistou-se uma importante dúvida em relação a tais verdades. E, da dúvida, foi possível passar para uma afirmação transversalmente presente em todas as narrativas apresentadas: a necessidade de defesa da vida, ou melhor, das diferentes formas de vida. Da vida que não se adequa ao governo dos serviços de acolhimento, daquela que escapa às normatizações de família e da vida marginal, indigente, *perigosa* ou em *perigo*. Buscou-se afirmar a vida em suas singularidades, potências e movimentos.

Não mais imperava a necessidade de efetivar políticas e garantir direitos. Isso porque, instigados pelo interesse em compreender a que vem responder a suposta preocupação moderna com a infância e alicerçados na compreensão de um Estado violentador (PASSETTI, 1995), foi possível ver que os direitos promulgados na Constituição de 1988, no ECA de 1990 ou nos diversos documentos elaborados nos últimos anos, nenhum desses direitos necessariamente têm garantido as vidas nas suas nuances e pluralidades (SARAIVA, 2016).

Ao contrário, viu-se que, no decorrer da história do trato à criança e ao adolescente, ganhou forma uma máquina precarizada e produtora de vidas adoecidas, vidas enrijecidas, vidas permeadas por intensos e sutis sofrimentos; fossem essas vidas as das crianças e dos adolescentes acolhidos, fossem as de seus familiares ou mesmo a dos profissionais presentes nos equipamentos em tela. A lógica do *fazer viver* prevalece dificultando que consigamos interrogar as condições dessa vida.

Há um perigo à espreita na proposta de problematizar a lógica da garantia de direitos e que irromperia com força aqui, não fosse pela escrita conquistada no percurso de todo este trabalho, a qual intencionou dar luz à complexidade das histórias e ampliar as possibilidades de compreensão delas. O perigo seria cair na simples afirmação da incompetência dos serviços de acolhimento como resposta ou justificativa às dificuldades enfrentadas no trabalho; ou, então, cair na afirmação da incompetência do Cras, Creas, Conselhos Tutelares, Fóruns etc. Ou, pior, da de seus profissionais. Viu-se que os esforços e as lutas envolvidos no trato com cada uma das vidas violentadas pelo próprio Estado caem nos braços institucionais desse mesmo Estado. E se as crianças e os adolescentes em acolhimento, bem como suas famílias, passam a viver sob vigília-proteção-dependência da política de assistência, os

profissionais também são incorporados nessa maquinaria e vivem os efeitos violentos de sua precarização.

Foi com esse perigo em mente que se buscou construir, à luz das narrativas, uma problematização de algumas das práticas existentes nos serviços de acolhimento e, também, intentou-se afirmar a potência que pode existir nesses equipamentos. Pois, na esteira de Almeida, compreende-se que

[...] as instituições informam coisas sobre e, conseqüentemente, aos seus membros ou participantes, não exclusivamente por meio de seus discursos e objetivos, mas também pela forma como realiza esses objetivos em suas práticas cotidianas. (ALMEIDA, 2013, p. 155).

Nesses serviços, também são engendrados modos de vida de crianças, adolescentes e de suas famílias. E é no cotidiano de trabalho, minucioso e árduo, que se torna possível conquistar ações, desvios e linhas de fuga ao que domina em relações de poder cujos dispositivos se transformam em suas formas de tratar certas vidas como se não valessem como vidas (MACHADO, 2017).

Desse modo, entende-se que o serviço de acolhimento pode ser uma instituição de *bons acolhimentos*, tal como uma família também pode, mas não necessariamente o é. E essa compreensão é, aqui, fundamental. Na recusa de reproduzir o imperativo da *convivência familiar e comunitária*, mas afirmando sua importância, é que este trabalho transitou. Foi precisamente nessa ambivalência. Pois negar as possibilidades de enfrentamento de violências que são encontradas nesses equipamentos, e afirmar a família como única possibilidade de construção de encontros, vínculos, afetos e “bom desenvolvimento”, tal como o ECA preconiza, é negar todo o emaranhado existente nas formas de governo atuais, bem como toda uma história brasileira de tratamento dispensado à criança e ao adolescente das famílias pobres.

Pedro, Douglas, Rafael, Lucas e Amanda permitiram o exercício do pensamento sobre acontecimentos que ocorreram antes mesmo do surgimento da ideia desta pesquisa. E talvez, justamente por esse motivo, foi possível explorar as variadas formas de relação que se estabeleceram no serviço de acolhimento: os medos existentes no trabalho, as dificuldades enfrentadas e as invenções possíveis. Nesse percurso, emergiram importantes aspectos, tais como os paradoxos presentes no cotidiano de um Saica; a presença de desconfiança, tensão e imprevisibilidade; as famílias que são moralmente julgadas e condenadas pelas violências das quais também sofrem o impacto; e as forças presentes nas decisões por um desacolhimento ou

uma destituição do poder familiar. Ainda, foi possível vislumbrar efeitos dessa maquinaria de *cuidado e proteção* tal como ela está montada hoje. Portanto, por meio dessas vidas, foi possível explorar a produção de subjetividades existentes ali, bem como aquilo que tem escapado às práticas de governo hoje.

O reencontro com tais personagens, no decorrer deste trabalho, foi uma estratégia que visava restituir suas singularidades e devolver-lhes a complexidade de suas histórias. A busca era restituir, em parte, aquilo que foi destituído na própria engrenagem psico-jurídico-assistencial, uma vez que os profissionais da área também têm sido eficazes em atuar como braços do Estado nas suas técnicas de controle dos corpos. E, por esse motivo, são importantes atores em relação às vidas sobre quais atuam.

Nesse sentido, as folhas de papel em branco tornaram-se espaço de impressão de letras que fizessem soar um pouco da voz dessas vidas silenciadas. Talvez uma voz ainda em volume baixo; certamente uma voz um tanto distorcida. Mas se as políticas públicas são diariamente baseadas em números e em movimentos populacionais, há de se extrair a vida e as vozes de dentro desses números. E a proposta é que seja possível seguir nesse movimento de aproximação dessas histórias, permitindo um olhar atento para as vidas, restituindo o que o próprio Estado retirou e garantindo a escuta e a afirmação dessas vozes.

No decorrer de todo o trabalho, ainda que em companhia de Pedro, dos irmãos da Família Santos e de Amanda, foram empenhadas diferentes pessoas verbais na enunciação da narrativa afirmando diferentes lugares a partir dos quais se falava: ora a escrita se fez na primeira pessoa do singular, ora o trabalho foi desenvolvido por um “nós” e, em outros momentos, ainda, o sujeito indeterminado permitia entrever os enlaces teóricos sobre determinado tema. Essas variações foram necessárias para garantir o movimento de *zoom*, pois narrar a partir da experiência exigiu um posicionamento em primeira pessoa, fosse ela singular ou plural; mas o exercício do pensamento, as análises e as problematizações demandaram uma distância, um deslocamento daquilo que, como efeito da prática, se fazia intensamente presente e obscurecia o olhar.

A partir deste momento, propomos o retorno a uma escrita em primeira pessoa do plural. Para que, assim, seja possível nos despedirmos dessas e de tantas outras vidas, das famílias e dos profissionais, que estiveram nos acompanhando ao longo dessa trajetória. Não é possível saber o que se passou com as histórias, com cada uma delas – e esta é uma das questões produzidas no cotidiano desse trabalho que se faz em uma maquinaria complexa, e em uma cidade como São Paulo. Sabemos que, na engrenagem tão precarizada, há pouco a se fazer e, além disso, nos deparamos com pouco saber sobre a continuidade dessas histórias.

Não sabemos por onde essas vidas andam; não sabemos se escaparam à engrenagem psico-jurídico-social ou se nela se mantêm ainda hoje; não sabemos, tampouco, se essas vidas ainda são *feitas vivas*.

E esses não saberes importam aqui porque permitem que as indagações sobre essa maquinaria se mantenham vivas e também porque convocam inquietações e, dessa forma, possibilitam que não nos acomodemos com a histórica precarização e com as violências produzidas. Ainda, são não saberes que carregam uma certeza. A certeza de que são histórias em que o medo, as lacunas, a precariedade e o imperativo da “convivência familiar e comunitária” geram formas de viver que exigem ficarmos à espreita de como tudo isso se constitui no dia a dia: nas formas como as decisões são tomadas, nas condições e funcionamento do trabalho nos Saicas, nos saberes que produzimos, na nossa escrita e, também, naquilo que nos tornamos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. G. de M. Socialização e regras de conduta para adolescentes internados. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 149-167, 2013.

ALVIM, M. B.; VALLADARES, L. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **BIB**, Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciência Sociais, Rio de Janeiro, n. 26, p. 3-37, 2. sem. 1988.

AVOGLIA, H. R. C.; SILVA, A. M.; MATTOS, P. M. Educador Social: Imagem e Relações com Crianças em Situação de Acolhimento Institucional. **Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. XII, n. 1-2, p. 265-292, 2012.

ARANTES, E. M. de M. Arquivo e memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2010.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tr. D. Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSIS, S. G.; PIRES, L. O. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BAPTISTA, M. V. **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Cadastro Nacional de Adoção: Guia do Usuário**. Dispõe sobre a elaboração e o funcionamento do Cadastro Nacional de Adoção. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2009a. Disponível em: <www.cnj.jus.br/images/programas/cadastro-adocao/guia-usuario-adocao.pdf>.

_____. **Decreto nº 17.943 de 12 de outubro de 1927** – Código de Menores. Consolida as leis de assistência aos menores. Brasília: Senado, 1927.

_____. **Lei nº 947 de 29 de dezembro de 1902**. Reforma o serviço policial no Distrito Federal. Capital Federal: 14º da República, 1990.

_____. **Lei nº 8069 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Senado, 1990.

_____. **Lei nº 8662 de 13 de julho de 1990** - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1993.

_____. **Lei nº 12.010**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2009b.

_____. **Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.** Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Brasília: Congresso Nacional, 2010.

_____. **Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.** Brasília: Ipea, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.** Constrói as bases para implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: MDS, 2005.

_____. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Regulamenta a oferta dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2009c.

_____. **Orientações para Elaboração do Plano de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.** Brasília: MDS, 2013.

_____. **Plano Municipal de Assistência Social (2014 - 2017).** São Paulo: SMADS, 2013.

_____. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Dispõe sobre o plano nacional e as diretrizes da política de promoção, defesa e garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Brasília: MDS, 2006

_____. **Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Brasília: MDS, 2016.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Estabelece princípios e diretrizes para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília: MDS, 2004

_____. **Portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011.** Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. **Relatório da Infância e Juventude - Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País.** Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

_____. **Resolução Conjunta nº 002 de 2014 – CMDCA/COMAS (SP).** Dispõe Sobre a Regulamentação e Normatização de Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar no Município de São Paulo. São Paulo: CMDCA/COMAS, 2014a.

_____. **Resolução CNAS nº 23, de 27 de setembro de 2013.** Aprova critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do Reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal. Brasília: MDS, 2013.

_____. **Resolução CNAS nº 32, de 11 de dezembro de 2014.** Altera as Resoluções n. 23, de 27 de setembro de 2013, n. 31, de 31 de outubro de 2013, e n. 11, de 17 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2014b.

_____. **Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.** Brasília: MDS 2016. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Organiza por nível de complexidade a oferta dos serviços do SUAS. Brasília: MDS, 2009d.

BRITO, C. O.; ROSA, E. M.; TRINDADE, Z. A. O Processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 401-413, 2014.

CAMARGO, M. L. A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2, 2005, São Paulo. **Anais...** [online]. 2005. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200013&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 12 feb. 2018.

CARVALHO, V. **Orfanato procura doadores de cafuné, carinho e amor para crianças que esperam adoção).** Brasil. Disponível em: <<http://razoesparaacreditar.com/amor/doadores-de-caffune-amor-criancas-adocao/>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

CINTRA, A. L.; SOUZA, M. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. **Mal-Estar Subjetividade**, Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 809-833, 2010 .

CORAZZA, S. M. Crianças, jovens e adultos: desafios para a educação popular nos dias de hoje. Palestra. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES(AS) EM EDUCAÇÃO E CULTURAS POPULARES - ENPECPOP, Uberlândia, MG, 17 de setembro de 2011.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **Razões públicas, emoções privadas.** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

COUTO, O. H. C. Os caminhos cruzados da adoção: do abandono precoce à última esperança. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 36, n. 68, p. 63-69, dez. 2014 .

DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

DELEUZE, G. A Ascensão do Social. In: DONZELOT, J. **A Polícia das famílias.** Tr. M. de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DONZELOT, J. **A Polícia das famílias.** Tr. M. de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (org.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, 1995. p. 49-98.

FÁVERO, E. T.; VITALE, M. A.; BAPTISTA, M. V. **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Paulus, 2008.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Tr. R. C. M. Machado; E. J. Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

_____. Aula de 17 de Março de 1976. In: **Em defesa da sociedade** - Curso no Collège de France (1975-1976) Tr. M. E. A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. .p. 285-315.

_____. Aula de 11 de Janeiro de 1978. In: **Segurança, território, população**. Tr. E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 3-16.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tr. R. Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FUKUDA, C. C.; PENSO, M. A.; SANTOS, B. R. Configurações sociofamiliares de crianças com múltiplos acolhimentos institucionais. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p. 70-87, 2013.

FURLAN, V.; SOUSA, T. R. Família, acolhimento institucional e políticas públicas: um estudo de caso. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 499-516, 2014.

G1 São Carlos e Araraquara. **Crianças de orfanato podem passar o Natal com famílias de Araraquara, SP**. São Carlos e Araraquara. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/12/criancas-de-orfanato-podem-passar-o-natal-com-familias-de-araraquara-sp.html>. Acesso em: 21 dez. 2016.

GARCIA, M. A. O intelectual educacional e o professor críticos: o pastorado das consciências. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 53-78, 2002.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Tr. D. M. Leite. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOMES, R. V. **Pobreza (não) é motivo de acolhimento: crianças e adolescentes acolhidos (as) nas instituições fiscalizadas pela Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 14, v. 2, p. 467-475, 2009.

GULASSA, M. L. **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

HARDT, M. A. Sociedade Mundial de Controle. In: ALLIEZ, E. (org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

KUHLMANN JUNIOR, M.; ROCHA, J. F. T. da. Educação no asilo dos expostos da Santa Casa em São Paulo: 1896-1950. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 597-617, Dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 nov. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742006000300005>.

LAZZARI, M. C. A gestão da miséria sobre crianças e jovens. **Ecopolítica**, São Paulo, n. 8, v. 1, p. 72-79, 2014.

_____. **Panaceia Burocrática: uma Secretaria de Estado para Crianças e Adolescentes**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

MACHADO, A. M. A experiência sensível e a constituição do problema em um trabalho de intervenção. In: MACHADO, A. M.; COUTINHO A. B. C.; FONSECA, P. F. (orgs). **Concepções e proposições em Psicologia e Educação**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 29-48.

MACHADO, A. da C. P. **Os cursos de qualificação profissional básica de uma OSCIP da Fundação CASA: modos de educar por meio e entre instituições**. 2014. 195f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MACIEL, R. F. M. et al. Crianças à espera de adoção ou em medida protetiva: a inclusão escolar. **Revista SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 63-79, 2017.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MENDES, C. L. P. C. M. **Vínculos e rupturas na adoção: do abrigo para a família adotiva**. 2007. 217f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Ó, J. R.; AQUINO, J. G. Em direção a uma nova ética do existir: Foucault e a experiência da escrita. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 199-231, 2014.

PASIAN, M. S. et al. Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 61-70, 2013.

PASSETTI, E. (org). **Violentados: Crianças, adolescentes e justiça**. São Paulo: Imaginário, 1995.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Apresentação. In: **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 7-16.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

PEREZ, O. C. **ONGs e Governo: um estudo sobre as organizações não governamentais que trabalham com meninos(as) de rua no centro de São Paulo e as relações com a administração municipal.** 2005. 207f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PEREZ, J. R. J.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças.** Rio de Janeiro: Edusu, 1995.

REIS, C. dos. **(Falência Familiar) + (Uso de Drogas) = Risco e Periculosidade.** A naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória. 2012. 132f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012.

RIZZINI, I. **A assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção.** Rio de Janeiro: Ed. da Universitária Santa Úrsula, 1993.

_____. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. Tr. T. T. Silva. In: SILVA, T. T. (org.). **Liberdades Reguladas.** Petrópolis: Vozes, 1988. p. 30-45.

_____. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade.** Tr. A. A. L. Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

SARAIVA, Luis Fernando De Oliveira. **A familiarização da assistência social: promoção de direitos e gestão da vida no encontro entre vulnerabilidades, (des)proteção e periculosidade.** 2016. 210f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO. Prefeitura de São Paulo. **Assistência social tem 784 equipamentos para crianças e adolescentes.** 8 de junho de 2016. Disponível em: <<http://capital.sp.gov.br/noticia/assistencia-social-tem-784-equipamentos-para-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMADS. Prefeitura de São Paulo. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. São Paulo: SMADS, 2015. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/comunicacao/arquivos/Apresentacao_Acolhimento.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2016.

SOLON, L. de A. G. **A perspectiva da criança sobre o seu processo de adoção.** 2006. 211f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

SOUZA, F. H. O; CUNHA, E. L. A esperança na família: uma leitura psicanalítica do acolhimento institucional. **Epos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-18, 2011.

SOUZA, V. **De lágrimas, revides e futuros**. São Paulo: Incendiárias, 2016.

SPITZ. **O primeiro ano de vida**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

SPOSATI, A. de O. Os desafios da municipalização do atendimento à criança e ao adolescente: o convívio entre a Loas e o ECA. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 46, p. 104-115, 1994.

_____. **A Menina Loas: um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

TRINDADE, J. M. B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 35-58, set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 out. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100003>.

VARGAS, M. M. **Adoção tardia: da família sonhada a família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

VIEGAS, S. S. **A Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Abrigos de Belo Horizonte: história, organização e atores envolvidos**. Belo Horizonte: Ed. da PUC-Minas, 2007.